



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE Ciências Econômicas – Bacharelado

Chapecó, março de 2025.



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul

Chapecó, SC - Brasil

CEP 89815-899

Reitor: João Alfredo Braida

Vice-Reitora: Sandra Simone Hopner Pierozan

Pró-Reitor de Graduação: Élsio José Corá

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vítório Trevisol

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Willian Simões

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Edivandro Luiz Tecchio

Pró-Reitor de Planejamento: Ilton Benoni da Silva

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Clóvis Alencar Butzge

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretora de *Campus*: Adriana Remião Luzardo

Coordenadora Administrativa: Cladis Juliana Lutinski

Coordenadora Acadêmica: Crhis Netto de Brum

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenadora Administrativo: Adenise Clerici

Coordenadora Acadêmico: Judite Scherer Wenzel

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Cherlei Marcia Coan



Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Fábio Luiz Zeneratti

Coordenador Administrativo: William Pletsch dos Santos

Coordenadora Acadêmica: Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Jaime Giolo

Coordenador Administrativo: Bertil Levi Hammarstrom

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	5
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	8
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	19
3.1 Coordenação de curso.....	19
3.2 Equipe de elaboração:.....	19
3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular.....	19
3.4 Núcleo docente estruturante do curso.....	19
4 JUSTIFICATIVA.....	20
4.1 Justificativa da criação do curso.....	20
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais).....	25
5.1 Referenciais ético-políticos.....	25
5.2 Referenciais Legais e Institucionais.....	31
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	36
6.1 Objetivo Geral:.....	36
6.2 Objetivos específicos:.....	36
7 PERFIL DO EGRESSO.....	37
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	39
8.1 Articulação entre os domínios curriculares.....	41
8.1.1 Conteúdos relacionados a finanças organizacionais.....	47
8.2 Oferta de componentes curriculares no formato à distância.....	49
8.3 Atendimento às legislações específicas.....	54
8.4 Estrutura Curricular:.....	58
8.5 Resumo da carga horária das atividades a distância, AA, TCC e ACE.....	64
8.6 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica).....	65
8.7 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura curricular do curso:.....	66
9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	131
10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO.....	135
11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	146
12 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	149
13 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	153
14 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	158
15 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	163
15.1 Bibliotecas.....	163
15.2 Laboratórios.....	164
15.3 Demais itens.....	167
16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172
17 ANEXOS.....	173



1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Ciências Econômicas –

1.4 Grau: Bacharel em Economia

1.5 Título profissional: Economista

1.6 Local de oferta: *Campus* Chapecó

1.7 Número de vagas: 50

1.8 Carga-horária total: 3.120

1.9 Turno de oferta: Noturno

1.10 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 9 semestres

1.11 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 18 semestres

1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 420 horas

1.13 Carga horária mínima por semestre letivo: 180 horas

1.14 Coordenador do curso: Fabiano Geremia

1.15 Ato Autorizativo: RESOLUÇÃO Nº 171/CONSUNI/UFFS/2024

1.16 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva



de vagas para candidatas que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatas de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Capítulo VI Resolução 40/CONSUNI/CGAE/2022. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:

- **PRO-IMIGRANTE** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes imigrantes) instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019, é



um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante imigrante que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.

PIN (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

UMA BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)

“A universidade é o último nível formativo em que o estudante se pode converter, com plena consciência, em cidadão, é o lugar do debate onde, por definição, o espírito crítico tem de crescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma.”¹

José Saramago, 2005

Apresentação

A epígrafe de José Saramago, mencionada acima, resume a essência do papel da Universidade no processo formativo de seus estudantes: cidadãos conscientes do tempo histórico que vivem e capazes de produzir críticas a diferentes situações vividas ou presenciadas, bem como propor caminhos, ou atuar, para a superação das mesmas. Mas, para se chegar ao cidadão consciente e crítico, é necessário que a Universidade reúna outra condição, sinaliza Anísio Teixeira: a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender, pois há toda uma iniciação a se fazer, em uma atmosfera que cultive, sobretudo, a imaginação e, por extensão, a capacidade de dar sentido e significado às coisas por meio da leitura e do debate, que, aos poucos e ao longo do processo formativo, fará florescer o espírito crítico.²

O histórico institucional que apresentamos abaixo é, em linhas gerais, um sobrevoou panorâmico de uma história muito mais densa e repleta de particularidades das origens e dos 13 primeiros anos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tem a intenção de situar o leitor dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação sobre o percurso histórico institucional e realizar algumas leituras de contexto. Utilizamos como base documental para a escrita deste texto, os Relatórios do Grupo de Trabalho de Criação da UFFS (2007/2008), os Relatórios de Gestão 2009-2015 e 2009-2019, os Relatórios Integrados Anuais de Gestão (2019, 2020 e 2021) e os Boletins Informativos da UFFS (números 01 a 350). Há, também, memórias dos mentores deste texto, pois são partícipes da história da UFFS. É um texto informativo e de leitura leve, evitando adentrar em debates e embates políticos e ideológicos que perfazem o cotidiano de uma universidade, sobretudo nos anos mais recentes, cuja polarização se acentuou.

¹SARAMAGO, José. **Democracia e Universidade**. Belém: Editora UFPA, 2013. p. 26.

²TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1998. p. 88.



Concebendo a UFFS

Em 15 de setembro de 2009 o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em cerimônia pública, o Decreto-Lei nº 12.029, propiciando o nascimento da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Trinta dias depois, o professor Dilvo Ilvo Ristoff foi empossado como reitor *pro tempore* pelo Ministro da Educação. Em 15 de janeiro de 2010, o professor Jaime Giolo foi nomeado para o cargo de vice-reitor da UFFS.³ Em 29 de março de 2010, 2.160 alunos iniciaram as aulas nos 33 cursos de graduação, em estruturas prediais provisórias e um pequeno número de servidores (154 professores e 178 técnico-administrativos) distribuídos entre os *Campi*. A decisão de iniciar as aulas num tempo curto foi estratégica e, como contrapartida, exigiu do corpo técnico, da gestão da UFFS e suporte da UFSC (tutora da UFFS), ações rápidas para construir os *campi* o mais breve possível aproveitando o cenário político e econômico favorável. Em 2015, quando da integralização dos primeiros cursos de graduação e a contratação dos últimos servidores docentes e técnicos, existia uma infraestrutura básica em pleno uso nos *campi*. O orçamento anual destinado às universidades federais (novas e antigas instituições) passou a ser contingenciado a partir de meados de 2015.⁴

Essas datas, sujeitos históricos e instituições são referências, balizas históricas. No entanto, ao restringirmos atenção demasiada ao Decreto-Lei de criação da UFFS, às nomeação do reitor e vice-reitor *pro tempore* e o início das aulas, excluímos da história centenas de pessoas e movimentos sociais rurais e urbanos que, desde 2003, no Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, se organizavam, cada um a seu modo, para dialogar e pressionar o Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de criar uma Universidade Federal na região da Fronteira Brasil-Argentina. A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na região Sul), a Via Campesina, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) do PR, SC e RS, o Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, Igrejas, Assesoar, Movimentos Estudantis, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, representantes da UFSC, UFSM e do MEC, são, em linhas gerais, as entidades que se propuseram a mobilizar esforços para ler e refletir o tempo histórico vivido nas diferentes regiões.

Destas leituras, debates e reflexões, sobretudo após 2006 quando ocorreu a unificação

3 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p. 08-09.

4 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p.32-34; 46-47.



dos movimentos regionais resultando no nascimento do “Movimento Pró-Universidade Federal”, foram amadurecidos alguns dilemas que poderiam ser enfrentados com a criação de uma Universidade Federal e, a partir da comunidade acadêmica em diálogos e parcerias com a comunidade regional, construírem caminhos para superar os entraves históricos ao desenvolvimento econômico, social e cultural da região fronteira no Sul do Brasil. Dentre os dilemas levantados estavam: os limites do ideário neoliberal na resolução dos desafios enfrentados pelas políticas sociais voltadas aos municípios com baixo IDH; as discussões em torno da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior privado e comunitário; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a intensa migração da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; o fortalecimento da agricultura familiar com vistas às práticas agroecológicas e sustentáveis; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.⁵

Para dar conta dos dilemas da região de fronteira, as entidades e movimentos sociais tinham clara a necessidade de criar uma Universidade Federal com missão, metas, perfil e projeto pedagógico institucional diferente dos modelos tradicionais de Universidades Federais existentes nas capitais de estados e ao longo da região litorânea. Não foi sem razão que, em 15 de junho de 2007, representantes do Movimento Pró-Universidade Federal, em audiência com o Ministro da Educação, rejeitaram a oferta da criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET) para a região de fronteira. Argumentaram de maneira incisiva sobre a necessidade de uma Universidade Federal e, ao final da audiência com o Ministro da Educação, ficou acordado a criação de um Grupo de Trabalho para a Elaboração do Projeto da Universidade Federal, formada por representantes do Movimento Pró-Universidade Federal e representantes do Ministério da Educação. O Grupo de Trabalho foi formalizado em 22 de novembro de 2007, pela Portaria MEC nº. 948, contendo 22 membros (11 indicados pelo Movimento Pró-Universidade Federal e 11 do Ministério da Educação), sob coordenação dos professores Dalvan José Reinert (UFES) e Marcos Laffin (UFSC).⁶

Após várias reuniões, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul definiu que a nova instituição teria estrutura *multicampi* e gestão descentralizada. Inicialmente, previa-se a instalação de 11 *campi*, mas no decorrer das

5 RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008.

6 RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008. p. 03.



reuniões, debates e embates, chegou-se à proposição de iniciar com 4 *campus*, com a seguinte distribuição: sede da reitoria e *campus* em Chapecó, Santa Catarina; Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul, no Paraná. A inclusão de um quinto *campus*, em Realeza, no Paraná, ocorreu mediante articulação e decisão política do Governo Federal após prorrogação dos trabalhos do GT.⁷ O currículo institucional, no entender do Grupo de Trabalho, não deveria ter formato tradicional e propunham olhar para as experiências da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Para a definição dos cursos de graduação, com previsão inicial de 14 cursos (podendo chegar a 30), recomendavam olhar para as demandas mais prementes de cada microrregião de instalação dos *campi*, com prioridades para os cursos de ciências agrônômicas e veterinária, humanas, médicas e da saúde, engenharia, computação e ciências socialmente aplicáveis.⁸

Em 23 de julho de 2008, o Projeto de Lei nº 3.774/2008 que discorria sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados Federais e, em 14 de julho de 2009, foi aprovado em todas as comissões e remetido ao Senado Federal por meio do Ofício nº 779/09/PS-GSE, sendo apreciado e aprovado em 14 de setembro de 2009 e promulgado pelo Presidente da República em 15 de setembro. Enquanto o Projeto de Lei tramitava na Câmara dos Deputados e Senado Federal, o Ministério da Educação, em diálogo com o Movimento Pró-Universidade Federal constituiu a Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, composta por: Prof. Dilvo Ilvo Ristoff (Presidente), Profa. Bernadete Limongi (Vice-Presidente), Clotilde Maria Ternes Ceccato (Secretária Executiva), Antônio Diomário de Queiroz, Antônio Inácio Andrioli, Conceição Paludo, Gelson Luiz de Albuquerque, João Carlos Teatini de Souza Clímaco, Marcos Aurélio Souza Brito, Paulo Alves Lima Filho, Ricardo Rossato e Solange Maria Alves.⁹

Nas primeiras reuniões da Comissão de Implantação a meta estava em definir quais cursos seriam ofertados em cada *campus*, levando-se em consideração o perfil populacional, educacional, industrial, a matriz produtiva rural e os índices de saúde pública e alimentação dos municípios sedes dos *campi* e seu entorno. A partir de junho de 2009, o objeto de atenção da Comissão de Implantação passou a ser o Projeto Pedagógico Institucional, contendo os

7 NICTERWITZ, Fernanda. **As fronteiras de uma Universidade**: o município de Realeza/PR e a instalação do *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2017. Dissertação (Mestrado em História). - Programa de Pós-Graduação em História. Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR, 2017.

8 Idem. Ibidem. p. 44-66.

9 BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 148, de 11 de fevereiro de 2008.



princípios norteadores e o formato do currículo institucional composto por três eixos formativos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. A partir desta definição, mais de uma dezena de professores da UFSC foram convidados a produzir propostas de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS, documento importante porque era este estudo e proposição que daria uma ideia aproximada do perfil dos professores e técnico-administrativos a serem concursados, bem como das estruturas de salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, áreas experimentais e a composição da equipe de gestão da reitoria e dos *campi*. A decisão de aderir ao ENEM como forma de ingresso aos cursos de graduação da UFFS, a bonificação aos estudantes de escolas públicas, o início das aulas em 29 de março de 2010, a realização de concursos docentes e técnicos com apoio da UFSC também foram objetos de debate e deliberação pela Comissão de Implantação.¹⁰

O conjunto dos debates no interior do Movimento Pró-Universidade Federal e da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que não foram poucos e nem sempre amistosos, tiveram grande importância porque conceberam uma Universidade Federal para atender às demandas urbanas e rurais da região de fronteira. O perfil institucional foi maturado aos poucos e sinalizava (e ainda sinaliza) para os grandes dilemas do início do século XXI, exigindo forte compromisso com a formação de professores, profissionais e pesquisadores, atentos à sustentabilidade ambiental e ao princípio de solidariedade; a defesa dos preceitos democráticos, da autonomia universitária, da pluralidade de pensamento e da diversidade cultural com participação dos diferentes sujeitos sociais nos órgãos de representação colegiada e estudantis; a construção de dispositivos que combatam as desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; a valorização da agricultura familiar e no cultivo de alimentos orgânicos e agroecológicos como caminho para a superação da matriz produtiva existente; o pensar e fazer-se de uma Universidade Pública, de postura interdisciplinar e de caráter popular.¹¹

As reflexões de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti, Marilena Chauí e Renato Janine Ribeiro sobre a história, os debates e os embates das universidades públicas brasileiras, sobretudo a partir da década de 1930, perpassando pelos tempos ditatoriais e várias reformas universitárias, contribuíram, direta e

10 LINHA do tempo com o histórico da UFFS de 2005 a 2010. **Acervo arquivístico**. Disponível em: <https://acervo.uffs.edu.br/index.php/linha-do-tempo-com-o-historico-da-uffs-de-2005-a-2010>. Acesso em: 14 ago. 2022.

11 PERFIL Institucional UFFS. **Universidade Federal da Fronteira Sul**. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/perfil. Acesso em: 15 ago. 2022.



indiretamente, para embasar o projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Não menos importante foram as reflexões de Boaventura Sousa Santos sobre os cenários do ensino superior no continente europeu e latino-americano, evidenciando os caminhos e descaminhos das reformas universitárias nascidas naquele continente a partir do Tratado de Bolonha (1999) e os reflexos a curto, médio e longo prazo sobre o Ensino Superior Público, Comunitário e Privado na América Latina. Boaventura Sousa Santos alertava para o cenário neoliberal e o ataque incisivo ao Ensino Superior Público na tentativa de impor, via privatização, terceirização e cobrança de mensalidades, a lógica do ensino superior como mercadoria (iniciada, no caso brasileiro na década de 1960, ganhando fôlego a partir da década de 1990 com a criação de políticas públicas visando o financiamento estudantil, como o Fies).¹²

A materialização de um projeto de Universidade

Conceber a UFFS foi fruto de longos, e em alguns momentos, de tensos debates. Criou-se um projeto de Universidade sem igual, por atores diversos, voltada a atender as demandas da região da fronteira, no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa, na extensão e na cultura. Era necessário, agora, tornar a Universidade palpável, viva e pulsante. A equipe de gestores *pro tempore*, na reitoria e nos *campi* da UFFS, foi definida a partir da sintonia dos professores, técnico-administrativos e membros da comunidade regional com o projeto de universidade. Muitos dos membros da comissão de implantação fizeram parte da equipe de gestores *pro tempore*, sob a batuta do professor Dilvo Ilvo Ristoff e, adiante, pelo professor Jaime Giolo. A Universidade Federal de Santa Catarina, como dito anteriormente, foi acolhida como tutora da UFFS nos primeiros anos, para dar suporte à tramitação de licitações, concursos e gestão de pessoas.

Várias foram as frentes de atuação, das quais destacamos as adequações nos prédios, escolas e pavilhões que abrigariam as primeiras turmas de alunos, docentes e técnico-administrativos; as obras de edificações dos prédios de salas de aula e laboratórios, bem como a acessibilidade aos *campi* definitivos; a aquisição de mobiliários, livros e material de laboratórios; a realização de novos concursos; a produção de um número significativo de regimentos e políticas institucionais para normatizar o funcionamento da UFFS em suas diferentes instâncias; a produção dos projetos pedagógicos dos 33 cursos (42 ofertas, pois alguns cursos replicavam-se em dois períodos – matutino e noturno) de graduação e posterior

12 SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no século XXI: para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008.



postagem no e-MEC. O desafio era imenso, pois o quadro de servidores era, inicialmente, de 332 pessoas (154 docentes e 178 técnico-administrativos), distribuídos em 5 *campi* e reitoria. Em fins de 2011, o quantitativo de servidores havia sido ampliado para 504 pessoas (238 docentes e 266 técnico-administrativos).¹³

Em pouco mais de um ano de funcionamento, o Estatuto da UFFS tomou forma; o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho Estratégico Social (CES) foram constituídos e, junto com a elaboração de seu Regimento Interno, foi produzido e aprovado o Regimento Geral da UFFS. Ainda em 2010, o Regulamento da Graduação e outras políticas (de cotas/vagas, de permanência, de estágios, de mobilidade acadêmica e de monitorias) foram aprovadas. Também foram implantados os seguintes programas: Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Nos *campi*, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação passaram a ser produzidos e, no decorrer dos anos de 2012 a 2014, foram apreciados e aprovados pelo Consuni, seguidos de postagem no e-MEC. Na medida em que os projetos pedagógicos eram postados, comissões de avaliadores do INEP/MEC eram compostas para visita *in-loco* com o intuito de avaliar os cursos de graduação. Notas de excelência (4 e 5) foram atribuídas à maioria dos cursos de graduação da UFFS, muitos deles, avaliados ainda nas estruturas prediais e laboratoriais provisórias existentes nos *campi*.¹⁴

Os primeiros prédios de salas de aulas e de laboratórios construídos nos *campi* definitivos foram finalizados e disponibilizados para uso entre fins de 2012 e fins de 2014. É importante destacar que cada *campus*, ainda que tenham recebido prédios com mesmo formato, possuem características geográficas, arruamentos e projetos paisagísticos diferentes, respeitando a flora regional e as demandas por áreas experimentais pelos cursos de graduação, este último, com ênfase na multidisciplinaridade. Neste ritmo, de obras e infraestruturas, em meados de 2012, um novo *campus* foi criado, o *Campus* Passo Fundo, para receber um novo curso de graduação: Medicina, via plano de expansão de vagas para cursos de Medicina do MEC. Poucos meses depois, nova autorização foi concedida à UFFS, para abertura de outro curso de Medicina, no *Campus* Chapecó. Até meados de 2019, haviam sido investidos R\$ 263.054.644,79 em obras nos *campi*.¹⁵ Tal rubrica poderia ter sido maior, porém a partir de

13 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão Pro Tempore**: 2009-2015. Chapecó/SC: [s.n.], 2015. p. 52.

14 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Boletins informativos**. Chapecó/SC: [s.n.], [entre 2015 e 2019]. n. 01-250.

15 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.



2015 se estendendo a 2022, o orçamento do MEC destinado às universidades foi contingenciado e reduzido ano após ano. As poucas obras realizadas nos últimos anos deve-se, sobretudo, ao remanejamento de valores de custeio não utilizados durante a pandemia, migrados para a rubrica de capital e destinado à conclusão de obras iniciadas e de pequenos prédios destinados a espaços de socialização, praças de alimentação, depósitos e almoxarifados.¹⁶

Em 2010, a UFFS iniciou com 33 cursos de graduação. Em 2015, eram 42 cursos de graduação. Em fins de 2022 contava com 55 cursos de graduação. Com a integralização e consolidação da maioria dos cursos de graduação da UFFS, novos desafios surgiram e têm exigido ações diversas. Dentre estes desafios estão os índices de evasão e a baixa procura nos processos seletivos em alguns cursos de graduação. As políticas de auxílios socioeconômicos (auxílio-alimentação, moradia, transporte, bolsa permanência, bolsas de iniciação acadêmica e auxílios provisórios) destinadas a estudantes de graduação não têm conseguido manter todos os que recebem auxílio estudando. Se anterior à pandemia de Covid-19 os índices se mostravam preocupantes, durante e pós-pandemia, os índices subiram ainda mais, motivados, sobretudo, pela precarização das condições de vida, renda e trabalho dos estudantes e seus familiares.¹⁷ É sabido que não se trata de um problema exclusivo da UFFS, mas de uma situação que se repete em todas as Universidades Públicas, Federais, Estaduais e Comunitárias. O debate acadêmico sinaliza sintomas diversos. Para além do aspecto econômico e social, há influência dos cursos ofertados na modalidade EaD, cujos custos totais para se obter a diplomação são significativamente menores do que em curso de graduação presencial, mesmo numa universidade pública e gratuita, além do tempo do processo formativo. Há, ainda, um crescente desinteresse pelas novas gerações de jovens em optar pelo ensino superior como caminho para o exercício de uma profissão e atuação na sociedade. Existem grupos de estudos nos *campi*, fomentado pela Pró-Reitoria de Graduação, estudando essas e outras questões, bem como eventos de socialização e debates.¹⁸

Para além da graduação, a UFFS, desde seus primeiros passos, também dedicou-se a

2021. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

16 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021.** Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

17 NIEROTKA, Rosileia Lucia; BONAMIGO, Alicia Maria Catalano de; CARRASQUEIRA, Karina. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. e0233107, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003107>. Acesso em: 22 out. 2022.

18 UFFS realiza evento para discutir evasão nos cursos de graduação: Evento on-line ocorre na quarta-feira (1º), das 13h30 às 17h. **Universidade Federal da Fronteira Sul**, 30 ago. 2021. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao_social/noticias/uffs-realiza-evento-para-discutir-evasao-nos-cursos-de-graduacao. Acesso em: 22 out. 2022.



pensar as ações de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. De início, era necessário produzir as políticas de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. Mas não existiam documentos orientadores. Para produzir um documento norteador, foi necessário organizar um conjunto de eventos nos *campi*, intitulado: “Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE): Construindo agendas e definindo rumos” estruturado em 12 eixos temáticos, no formato de mesas redondas com ampla participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade regional. Dos debates e encaminhamentos realizados nos *campi*, sistematizados por comissões relatoras, na plenária final ocorrida no início de setembro de 2010, foi aprovado o documento norteador das ações prioritárias de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e cultura a serem viabilizados e implementados nos próximos anos. Deste documento, foram escritas, debatidas e aprovadas as políticas de pesquisa, de pós-graduação, de extensão e de cultura. Também deu origem ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Uma segunda edição da COEPE, seguindo o modelo anterior, foi organizada em 2018, produzindo novo documento orientador e novo PDI.

Com o ingresso de novos docentes no decorrer dos primeiros anos, pôde-se avançar na integralização da grade curricular dos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, da submissão dos primeiros grupos de pesquisas da UFFS no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq e a formalização dos primeiros Grupos de Trabalho (GT) para produzir propostas de programas de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*. Em 2012 obteve-se a aprovação dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos e em Educação, ambos com sede no *Campus* Chapecó. Outros 6 programas de Mestrado foram aprovados junto aos Comitês de áreas da Capes até 2015. Com a integralização dos cursos de graduação e a finalização da primeira fase de obras prediais e de infraestrutura nos *campi*, somado à reformulação de alguns cursos de graduação e a oferta apenas no período noturno de outros cursos (motivados pela evasão em cursos de licenciaturas ofertados no período matutino) houve condições propícias para os docentes criarem GTs e submeterem novas propostas de programas de mestrado acadêmico e profissional. Em fins de 2022, havia 18 programas de mestrado e 3 programas de doutorado, dois deles, interinstitucionais. Alguns programas de mestrado obtiveram nota 4 da Capes na avaliação quadrienal (2017-2020) e submeteram propostas de doutorado em janeiro de 2023. Para além dos mestrados e doutorados, ofertam-se, ainda, programas de Residências Médicas, Residências Multiprofissionais e mais de uma dezena de cursos de especialização.

No que se refere à pesquisa e extensão, nos primeiros anos da UFFS foram



constituídos o Comitê de Ética em Pesquisas com Humanos (CEP), o Comitê de Ética no uso de Animais (CEUA) e a Comissão Interna de Biossegurança (CIBIO), bem como os Comitês Assessores de Pesquisa e de Extensão e Cultura nos *campi*, para apreciar e emitir pareceres técnicos sobre as propostas. Em 2013, o Conselho Universitário, mediante a realização de audiências públicas nos *campi*, decidiu por não constituir uma fundação de apoio e gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão e, por conseguinte, autorizou a realização de acordos e convênios com fundações de outras universidades públicas situadas no sul do Brasil, para a gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão institucionalizados com recursos oriundos de fontes externas (emendas parlamentares, editais de fomento oriundo de empresas públicas, privadas e fundações estaduais – Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária).

Entre 2010 e 2022, UFFS, CNPq, Capes, Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária investiram, juntas, um valor superior a 15 milhões de reais em recursos financeiros para bolsas de pesquisas, extensão e cultura; para fomento de grupos de pesquisas; para custeio a projetos de pesquisa, extensão e cultura. Não menos importante foram os investimentos realizados pela UFFS em infraestrutura, mobiliários e equipamentos destinado aos 240 laboratórios didáticos e de pesquisas existentes e distribuídos nos *campi* da UFFS. Entre 2010 e 2022, foram investidos aproximadamente 10 milhões de reais para aquisição de materiais de consumo, mobiliários, equipamentos e contratação de serviços (coleta de resíduos e manutenção de equipamentos).¹⁹ Ao longo dos anos, professores e estudantes, de graduação e de pós-graduação, bolsistas ou voluntários, publicaram artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, ou no formato de livros e capítulos de livros, além de apresentações de trabalhos em eventos científicos em congressos, seminários e semanas acadêmicas. Essas publicações ajudaram a compor o conjunto de produções acadêmicas inseridas no Currículo *Lattes* dos docentes e discentes, contribuindo, por exemplo, na submissão e aprovação de programas de pós-graduação e, aos egressos dos cursos de graduação, a serem aprovados em concursos ou em processos seletivos em programas de pós-graduação, no Brasil ou no exterior.

A gestão *pro tempore* se encerrou em 2015 e, neste mesmo ano, houve a consulta pública para a escolha dos novos gestores da UFFS, na reitoria e nos *campi*. Na reitoria, o professor Jaime Giolo e o professor Antonio Inácio Andrioli foram reconduzidos ao posto de reitor e vice-reitor, agora eleitos. Nos *campi*, novos diretores. Todos almejavam dar

19 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



continuidade ao projeto de universidade que, ao longo dos anos, tornava-se real, palpável e exigiam atuação firme destes gestores e de suas equipes para finalizar obras, propor novos cursos e produzir novos documentos orientadores para os próximos anos. No entanto, os anos que se seguiram, na economia e na política, obrigaram os gestores a atuarem com um volume cada vez menor de recursos orçamentários, algumas vezes, contingenciados, noutras vezes, suprimidos.²⁰ Neste novo cenário econômico e sob o sombrio cenário político que culminou na deposição de um governo em 2016 e o alvorecer de outro, em 2019, a UFFS, assim como as demais Universidades Federais, sobreviveram com poucos recursos financeiros, elegendo prioridades em seus custeios e raras aquisições, algumas delas, complementadas com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Em 2019, a consulta pública para escolha de novos gestores levou ao posto de reitor e vice-reitor, os professores Marcelo Recktenvald e Gismael Francisco Perin. Não foram os mais votados na consulta pública, mas mediante envio da lista tríplice ao MEC, foram escolhidos para os referidos cargos. Candidatos a diretores de *campus* mais votados foram conduzidos ao posto de diretor. As restrições orçamentárias tornaram-se mais agudas, bem como os enfrentamentos políticos com o novo governo, frente às tentativas de imposição de reforma universitária. Na UFFS, assim como houve simpatizantes às reformas e à nova gestão da UFFS, houve resistências por parte de servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e comunidade regional, quer às propostas de reforma universitária, quer à gestão 2019-2023. Toda mudança de ritmo e de rumos produzem críticas, tensões e embates. Se por um lado provocam desgastes, por outro lado, suscitaram a defesa de princípios norteadores que sustentaram a concepção da UFFS quando de sua criação.

Com 13 anos de pleno funcionamento, a UFFS, está inserida na grande Mesorregião da Fronteira Sul em seis *campi*, com um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos que chegam a 1.500 pessoas e aproximadamente 10 mil estudantes de graduação e de pós-graduação. A visibilidade e a identidade institucional é conhecida e, aos poucos, explicita as diferentes funções da universidade na sociedade: formar pessoas e, com elas, transformar as distintas realidades regionais, urbanas e rurais, via produção científica e cultural.

Chapecó, maio de 2023.

(Texto homologado pela Decisão nº 5/2023 – CONSUNI/CGAE)

²⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Prof. Dr. Fabiano Geremia

3.2 Equipe de elaboração:

Prof. Dr. Fabiano Geremia

Prof. Me. Péricles Luiz Brustolin

Prof. Dr. Darlan Christiano Kroth

Prof. Dr. Angelo Brião Zanella

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Fabiane de Andrade Leite (Diretora de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. Franz, Sandra F. Bordignon (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Maiquel Tesser (Diretoria de Registro Acadêmico/DRA)

Ademir Luiz Bazzotti (Pedagogo), Marina Andrioli (Assistente em administração) (Divisão de Integração Pedagógica - PROEC)

Revisão das referências: Daniele Rohr

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O NDE do curso de Ciências Econômicas constituído pela Portaria N° 169/CCH/UFFS/2024 é responsável pelo acompanhamento do processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
Ângelo Brião Zanella,	Doutorado	Específico
Darlan Christiano Kroth	Doutorado	Específico
Fabiano Geremia, Siape	Doutorado	Específico
Péricles Brustolin	Doutorado	Específico



4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justificativa da criação do curso

A criação do curso de Ciências Econômicas insere-se como uma das iniciativas prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), (2019-2023) da UFFS, em que estabelece entre os objetivos e metas para de gestão entre 2019-2023, o objetivo específico 10 – Ampliar a oferta de vagas em cursos de Graduação da Universidade.

No contexto geral, uma primeira justificativa é a própria necessidade de contribuir na formação de recursos humanos na região, visando o desenvolvimento sustentável regional, conforme previsto nas diretrizes propostas pela II COEPE no ano de 2018 (GEREMIA ET AL, 2018) que se constitui como um dos princípios norteadores da própria UFFS. Efetivamente, em seu Projeto Político Institucional, ela se propõe “contribuir para um projeto de desenvolvimento regional integrado, sustentável e solidário, com a premissa de valorização e a superação da matriz produtiva existente [...]”. Da mesma forma, o desenvolvimento regional integrado é apresentado como uma “condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na região da fronteira sul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso.”

Um Curso de Ciências Econômicas, por sua natureza e características, é fundamental para a compreensão da problemática do desenvolvimento, tanto através de seus estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica regional, como através da proposição de políticas públicas de desenvolvimento, pois o mesmo envolve um conjunto de disciplinas teóricas, históricas e instrumentais, que proporcionam ao estudante de economia analisar e compreender a realidade econômica e social a nível nacional e regional, bem como sua inserção no contexto interacional. Nestes termos, a II COEPE destaca que “o desenvolvimento regional e o desenvolvimento urbano, e as políticas públicas a eles associadas, temas sobre os quais se busca direcionar ações no âmbito da Universidade, devem antes de tudo contribuir para o combate às diferenças na distribuição dos ônus e bônus a ação pública e privada sobre o território”. Ao mesmo tempo, procura formar profissionais que possam agir sobre essa realidade e contribuir para o seu desenvolvimento, subsidiando com suas pesquisas socioeconômicas a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento regional.

Um elemento propulsor do desenvolvimento regional, refere-se a dinâmica das atividades produtivas, lideradas pelos segmentos industrial e de serviços. Nesta seara, o



profissional de Ciências Econômicas possui habilidades e competências muito demandadas pelo setor empresarial, principalmente no atual contexto socioeconômico internacional, marcado pela globalização, inovação tecnológica e de sustentabilidade ambiental. Nestes termos, podemos mencionar o que sua base de formação em estrutura e dinâmica dos mercados, análise de conjuntura econômica, análise estatística e gestão financeira, possibilitam auxiliar na construção de cenários para a elaboração de planejamento empresarial, tomada de decisões, análise de viabilidade de negócios e tratamento de dados para formação de estratégias empresariais.

Nesta perspectiva, a região Oeste de Santa Catarina, pela sua formação socioeconômica peculiar, pela importância e especificidade de seus complexos agroindustriais no contexto da economia catarinense, brasileira e mundial e pelos problemas socioeconômicos oriundos do processo de desenvolvimento capitalista, justifica plenamente a criação de um Curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal da Fronteira Sul, com sede no seu *campus* de Chapecó.

Com efeito, a Região Oeste de Santa Catarina, inserida na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, compreende uma população de cerca de 1,2 milhão de habitantes distribuídos em 118 municípios. A Região Oeste representa cerca de 20% do PIB catarinense, e o município de Chapecó é a quinta maior economia do estado. Sua economia possui como principal setor de atividade a agropecuária (com forte presença da agricultura familiar que atua em parceria com cooperativas) associada a agroindústria de carnes e de lácteos, que juntos formam um rico complexo agroindustrial.

Tal complexo abrange desde a produção genética e nutricional do plantel até a existência de uma indústria metal-mecânica e uma rede de prestadores de serviços, que acompanham o paradigma tecnológico mundial. Mais recentemente (final de 2019), a região vem ampliando sua participação no comércio internacional, por conta da abertura de novos mercados (países asiáticos, incluindo China), em virtude do *status* da qualidade sanitária animal que possui o estado catarinense. Essas vantagens comparativas regionais vêm atraindo novos investimentos, como indústrias e serviços correlatos e de infraestrutura, impulsionando e dinamizando a matriz socioeconômica regional.

Neste sentido, pode-se afirmar que o novo ciclo de desenvolvimento que a região Oeste catarinense vislumbra, explicita por um lado o dinamismo econômico e o perfil empreendedor da sua população, mas por outro lado, demonstra a necessidade de constante formação de profissionais que possam auxiliar na condução dos empreendimentos privados e



no planejamento público para atender às novas demandas sociais que se apresentam. É nesta perspectiva que o curso de Ciências Econômicas se propõe a contribuir: formar profissionais para atuar junto às organizações públicas e privadas, no desenvolvimento de seus projetos promotores de desenvolvimento econômico.

Apesar do tamanho e do dinamismo de sua economia, a Região Oeste também enfrenta problemas específicos, frutos desse processo de expansão econômica, como escassez de mão obra qualificada, dependência de insumos básicos para a agroindústria (milho e soja), êxodo de jovens agricultores e problemas ambientais (falta de água e alterações do microclima) que comprometem a sustentabilidade de seu desenvolvimento.

É neste contexto que um Curso de Ciências Econômicas pode contribuir de forma efetiva para a compreensão desses problemas e para a solução deles através da proposição de políticas públicas de desenvolvimento e fortalecimento do empreendedorismo regional. O curso prevê, um conjunto de componentes curriculares voltados para finanças organizacionais e mercado de capitais, visando fortalecer a formação de profissionais com expertise em gestão financeira nos setores público e privado, por meio de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão.

Pelo campo do ensino, visa a capacitar recursos humanos capazes de iniciar e gerenciar projetos e empreendimentos voltados à geração de novas tecnologias, de empregos e de renda; pela pesquisa, objetiva realizar pesquisas na área de ciências sociais aplicadas buscando compreender e transformar a realidade local e suprir as carências no mercado de trabalho com profissionais com profundos conhecimentos em gestão financeira; e pela extensão, criar projetos de extensão que estimulem e desenvolvam projetos de desenvolvimento entre pequenas empresas objetivando a melhoria de sua competitividade e auxiliando na capacitação dos recursos humanos envolvidos na gestão destas empresas.

Nesta perspectiva, destaca-se que algumas das linhas prioritárias eleitas para a atuação da UFFS nos próximos anos, foram o “desenvolvimento regional, tecnologias e inovação”, a “gestão financeira pública e privada” a “agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural” e a “gestão das cidades, sustentabilidade e qualidade de vida”. Temas dos quais o curso de ciências econômicas pode contribuir com elevado potencial. Neste sentido, demonstra-se através da II COEPE (2018) o desejo e a necessidade por parte da comunidade regional em ter acesso por meio da UFFS de cursos de graduação que dialoguem com essa realidade.

A implementação do curso contribuiria não só para atingir os princípios da UFFS já



mencionados anteriormente, mas também para fortalecer a área de ciências sociais aplicadas no *campus* Chapecó, que conta atualmente apenas com o curso de Administração. Outra área em que o curso de Ciências Econômicas poderá contribuir é no fortalecimento do trabalho com temas interdisciplinares/transversais que a UFFS contempla, como: economia da saúde, desenvolvimento regional e políticas públicas. Esses temas também foram incluídos como áreas prioritárias para a criação de grupos de pesquisa, cursos de pós-graduação *stricto e lato-sensu*.

Além das razões apontadas, cabe mencionar a carência de cursos públicos e gratuitos de Ciências Econômicas na Região Oeste catarinense. Atualmente, no Estado de Santa Catarina há um total de dez cursos de graduação, oito presenciais e dois a distância, sendo 08 privados e dois públicos, o da UDESC e o da UFSC, localizados na capital, Florianópolis. Em toda a região Oeste de Santa Catarina, há apenas o curso da Unochapecó, de cunho privado, que oferece 40 vagas anuais. Esse cenário demonstra uma oferta claramente insuficiente, principalmente do ponto de vista do ensino público.

Assim, mais do que oferecer ensino superior público e gratuito, o grande diferencial do Curso de Ciências Econômicas da UFFS residirá na promoção de pesquisas e projetos de extensão na Região Oeste. Esta lacuna certamente poderá ser preenchida por um Curso de Ciências Econômicas de caráter público a ser oferecido pela UFFS.

Aspectos sobre a demanda existente

O curso procurará atender a demanda oriunda dos seguintes segmentos:

- Alunos provenientes das escolas do ensino médio, da região, dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul e de outros estados do país.
- Gestores e servidores públicos de órgãos municipais, estaduais e federais, que procuram aperfeiçoar seus conhecimentos e habilidades em vista de melhor exercer o cargo público, bem como desenvolver estratégias mais adequadas para o desenvolvimento da região.
- Gestores de organizações em geral (micro, pequenos e médios empreendimentos, cooperativas, instituições de pesquisa), que visam ampliar seus conhecimentos e qualificar a forma de gerir seus negócios;
- Técnicos e outros profissionais das empresas e cooperativas de toda a região, e;
- Lideranças políticas e lideranças das organizações da sociedade civil.
- População em geral dos municípios próximos.



O curso deverá:

- Formar estudantes para agir de forma crítica frente aos problemas gerados pela produção, distribuição e consumo da riqueza.
- Proporcionar uma sólida formação teórica, histórica e instrumental.
- Comprometer-se com o estudo da realidade concreta da qual é participante, sem prejuízo de uma formação técnico-científica e histórica adequada.
- Formar um profissional capaz de enfrentar as transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira, percebidas no conjunto das funções econômicas mundiais.
- Possibilitar o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico social, em consonância com o caráter plural da Ciência Econômica.
- Evidenciar atitudes éticas, responsabilidade social e coerência no exercício da profissão.

Inserção social do curso considerando as necessidades da comunidade regional

O curso pretende responder às necessidades identificadas no diagnóstico regional que vem sendo construído coletivamente em espaços como o Conselho de Desenvolvimento do Território e por órgãos governamentais.

O curso buscará apoiar e implantar, direta ou indiretamente, projetos estruturantes em vista de produzir conhecimento e reforçar ações que atuem sobre os gargalos regionais e os limites ao desenvolvimento sócio econômico e cultural. Buscará contribuir para as reflexões e análises que apontem os limites e contradições do modelo de desenvolvimento historicamente construído na região, de forma que no futuro a região possa dispor de estratégias inclusivas e equitativas de desenvolvimento.

Contudo, a UFFS, instituição pública, democrática, popular e gratuita, por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de seu Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) oferecerá o curso de Ciências Econômicas como resposta aos anseios regionais da Grande Região da Fronteira Sul. E, nesse sentido, o curso contempla uma proposta de formação profissional, consciente dos apelos e das manifestações daqueles que procuram criar e ampliar oportunidades produtivas, visando dinamizar as atividades



econômicas, construindo um novo futuro para a região.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais)

5.1 Referenciais ético-políticos

Os referenciais ético-políticos do curso de Ciências Econômicas seguem o disposto no projeto pedagógico institucional da UFFS e podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

a) Perspectiva universitária pública, autônoma, laica a fim de suprir as dificuldades historicamente acumuladas de acesso e permanência da população da mesorregião da Grande Fronteira Sul do Mercosul ao ensino superior;

b) Preocupação com a formação de cidadãos críticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da mesorregião da Grande Fronteira sul do Mercosul e do país como um todo;

c) Universidade democrática, autônoma, laica que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;

d) Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, a partir de um perfil formativo que englobe formação crítica, cidadã, interdisciplinar, histórica e profissional.

De forma complementar, o curso se orienta pelos princípios da formação pautada na educação da sustentabilidade ambiental; na educação em direitos humanos, democracia, solidariedade e equidade de oportunidades; na formação sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena. Tais princípios serão trabalhados de forma transversal no curso, mas também possuem conteúdos específicos na Estrutura curricular.

De acordo com essas diretrizes gerais, a formação do profissional de Ciências Econômicas deverá contribuir para permanência da população na Mesorregião da Fronteira Sul, oferecendo alternativas de qualificação e sólida formação profissional. Dessa forma, o curso procura contribuir para reverter a tendência de redução da população jovem na região e oferecer novas oportunidades de qualificação, fatores fundamentais para ampliar o dinamismo econômico e viabilizar melhores indicadores de qualidade de vida para a região (IBGE, 2020; MACEDO, MONTEIRO NETO; VIEIRA, 2022).

A UFFS não se preocupa apenas com o acesso da população historicamente excluída do ensino superior público, mas também com sua permanência na Universidade. Para isso, o curso de Ciências Econômicas, seguindo a política de assistência estudantil implementada



pela UFFS, disponibiliza auxílios socioeconômicos aos acadêmicos em condição de vulnerabilidade socioeconômica (KROTH; BARTH, 2022). Além disso, a universidade oferece anualmente um conjunto de bolsas de estudos em ensino (monitorias), pesquisa (iniciação científica) e extensão para estudantes que se vinculem a projetos junto aos professores. Desta forma, além de contribuir financeiramente para manutenção dos alunos mais carentes, oportuniza novas possibilidades de integração junto à universidade, via atividades de ensino, pesquisa ou extensão.

Para formar o profissional com as competências e habilidades dispostas neste projeto pedagógico, o curso de Ciências Econômicas busca forte integração nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas. Essa política, na perspectiva proposta, deverá contribuir para o desenvolvimento e disseminação de modelos e atividades econômicas alternativas, que se baseiam na sustentabilidade e na solidariedade, visando à mudança estrutural da matriz produtiva vigente. O curso prioriza ainda, nos moldes estabelecidos pelos referenciais ético-políticos da UFFS, o respeito aos princípios de democracia e autonomia, assim como a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, por entender que esse processo oportuniza a pluralidade metodológica e o debate acadêmico. Esse último entendido como uma excelente forma de avanço do conhecimento e fortalecimento dos três pilares básicos que sustentam uma Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão.

5.2 Referenciais epistemológicos

O papel da universidade no atual contexto social requer não apenas uma atividade inflexiva sobre os fundamentos éticos e políticos da práxis educativa; implica também uma profunda revisão das formas de produção, sistematização, conservação e transmissão do conhecimento. Do ponto de vista epistemológico a perspectiva proposta pela UFFS, criada para ser vetor do desenvolvimento mesorregional a partir de uma perspectiva solidária e sustentável, tem como premissa a mudança estrutural da atual matriz produtiva.

A elaboração deste Projeto Pedagógico do Curso – PPC tomou por base os princípios definidos pela UFFS, consoantes com os princípios gerais da universidade pública gratuita, laica e de qualidade, e sustentadas na exigência de formação baseada na indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão. As orientações pedagógicas, estipuladas nos âmbitos citados, estabelecem para o Curso de Ciências Econômicas os seguintes parâmetros:

a) o estímulo à criticidade, a ética e ao desenvolvimento de ações que vislumbrem a disseminação do conhecimento e a melhoria da sociedade como um todo;



- b) a articulação entre os Componentes Curriculares Regulares (CCRs), entre os diversos saberes e as demais atividades curriculares, que ultrapassem a formação estanque e fragmentada e que privilegie as articulações entre as diferentes atividades acadêmicas;
- c) a construção do conhecimento baseada na rigorosa abordagem teórico-prática, histórico e metodológico;
- d) a construção e desenvolvimento de avaliações qualitativas consoantes com o perfil pretendido do formando.

Os referidos parâmetros, ao constituírem-se a base para a elaboração do Projeto Pedagógico, estarão presentes na estrutura curricular, no perfil do formando e, portanto, nos próprios objetivos do curso. Assim sendo, na estrutura curricular e na abordagem teórico-prática, histórico e metodológico, estarão presentes de forma transversal em todos os CCRs, a noção de uma formação plural e a associação entre teoria e prática, haja vista a existência de abordagens e correntes distintas na interpretação das questões econômicas e a complexidade e multidimensionalidade do real. Embora ser trabalhada de forma transversal, a análise de das diferentes correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas, será consolidada nos CCRs de “História do Pensamento Econômico (HPE)” e de “Desenvolvimento Econômico”.

Procura-se, ao desenvolver as potencialidades da academia, vincular o ensino, a pesquisa e a extensão à necessidade de interpretação da realidade concreta, bem como as associações entre o local, o regional, o nacional e o internacional. Desta forma, a ênfase será dada à realidade local, regional e brasileira, seu contexto interno, suas subdivisões e sua inserção internacional. Paralelamente, não se deve perder de vista as associações existentes entre as questões econômicas com aquelas de outras ordens, como política, social e cultural, percebendo as ciências econômicas como inseridas na grande área das ciências sociais e aplicadas.

O currículo, embora concebido com base na organização dos CCRs, tem passado por modificações que objetivam torná-lo mais flexível, permitindo uma maior comunicação entre os CCRs, melhor relação teoria-prática e maior participação do acadêmico. Esta temática tem sido objeto de discussão entre docentes da instituição, no sentido de avaliarem alternativas para a implantação de uma proposta integradora para o curso, que sistematize e oriente a interação entre os saberes desenvolvidos no ementário de seus diversos componentes curriculares.

Na dimensão do ensino, o curso de Ciências Econômicas contempla a preocupação em desenvolver suas atividades de forma crítica e reflexiva, em uma perspectiva histórica que



demonstre a evolução da sociedade e das suas diferentes formas de organização, funcionamento e modos de produção. Objetiva-se construir uma forma de pensar que supere o individualismo, estimulando o desenvolvimento e a disseminação da identidade coletiva por meio da cooperação e compartilhamento do conhecimento.

Em consonância com as diretrizes epistemológicas da UFFS, o curso de Ciências Econômicas procura, por meio dos seus diversos componentes curriculares (especialmente por meio do domínio específico), uma formação que contemple o estudo do conhecimento nas suas mais diversas manifestações. A disposição dos componentes curriculares na estrutura curricular demonstra não estarem as diversas formas de conhecimento desconexas, mas sim integradas, proporcionando a formação de um profissional com visão holística dos saberes em sua manifestação abstrata e concreta.

Na dimensão da pesquisa científica, esta perspectiva epistemológica orienta a opção por atividades comprometidas com:

- a) A produção e sistematização de conhecimento sobre o contexto de inserção do Curso de Ciências Econômicas, sobretudo na compreensão da identidade dos elementos que unem a mesorregião da grande fronteira sul; sua inserção estadual, nacional e internacional.
- b) O fomento ou aprofundamento das dinâmicas de modelos econômicos de desenvolvimento sustentáveis;
- c) Diálogo com a comunidade regional e suas organizações no sentido de atender as demandas existentes.

Esta perspectiva epistemológica reinterpreta também a importância da pesquisa e da extensão acadêmica para a compreensão do papel social da UFFS. A extensão é concebida pelo Projeto Pedagógico Institucional da UFFS como canal de produção da legitimidade social da universidade. A pesquisa objetiva compreender e analisar a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul para construir conhecimentos sobre ela que conduzam a mudanças políticas e sociais. Com isso, consegue-se a integração orgânica entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro do curso. A teoria da sala de aula é transposta para fora dela, compreendendo que a Universidade não é um ambiente fechado, mas dialoga constantemente com a comunidade que a abriga, sendo, também, lugar onde serão construídos os meios através dos quais a melhoria das condições dos cidadãos da região onde a Universidade está inserida é almejada.

Na dimensão da pesquisa, seguindo a perspectiva epistemológica da UFFS, o curso



de Ciências Econômicas contempla a produção e a sistematização do conhecimento voltado para a realidade regional. Além de priorizar a formação de identidades coletivas, a pluralidade científica e a ideia de um paradigma integrador do conhecimento, a pesquisa no curso está direcionada à criação, promoção e ampliação de estudos que estimulem o dinamismo da economia regional. No contexto do perfil de profissional que se deseja formar, a pesquisa desenvolvida no curso prioriza estudos econômicos, sociais, políticos e ambientais relacionados às questões de desenvolvimento da região.

As pesquisas incluem, ainda, o suporte e assistência tecnológica das atividades econômicas que contemplem o desenvolvimento regional como um todo. As pesquisas desenvolvidas no curso procuram também atender as demandas da comunidade regional e estimular o desenvolvimento de modelos de produção voltados ao desenvolvimento sustentável. A partir da concepção de ensino e pesquisa, o curso de Ciências Econômicas procura viabilizar atividades de extensão que forneçam apoio às atividades econômicas da região. O curso compreende-se como um sistema aberto que interage com a comunidade e, em conjunto com esta, produz e dissemina o conhecimento.

5.3 Referenciais metodológicos

As competências e habilidades dos egressos do curso de Ciências Econômicas são formadas e desenvolvidas em um contexto que privilegia a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Através dessa articulação procura-se formar profissionais conscientes do seu papel como agentes transformadores da atual realidade social e promotores do desenvolvimento local. Busca-se desenvolver no egresso capacidades críticas, inovadoras, empreendedoras e solidárias, preocupado com as questões pertinentes ao desenvolvimento regional. Para formação de um profissional capacitado a compreender o espaço de atuação e suas múltiplas interações, o curso oferece uma sólida formação em componentes curriculares que contemplam uma formação sociológica, política, econômica, ambiental e quantitativa, além de incentivar a pesquisa e a extensão nessas áreas. Além dos componentes curriculares dispostos nos domínios de formação, essas questões terão preferência nos trabalhos de conclusão de curso e/ou projetos de pesquisa e de extensão do curso.

O egresso do curso de Ciências Econômicas é um profissional preocupado com o desenvolvimento regional, com a sustentabilidade não apenas financeira dos



empreendimentos, mas com a questão ambiental, a utilização de tecnologias limpas, energias renováveis e também, com o desenvolvimento social e humano.

Assim, o curso de Ciências Econômicas, por meio deste projeto pedagógico, articulará o ensino, pesquisa e extensão bem como contemplará os princípios de disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na medida em que promoverá o estudo, a integração, e a discussão entre os docentes e discentes dos diversos componentes curriculares, assim como o ensino e a extensão. Esse processo deve ser entendido como a integração entre CCRs e os diferentes campos do saber organizando-os para a unidade do conhecimento, visando ao pleno desenvolvimento do educando (compreensão crítica do mundo presente). Deseja-se uma formação que prepare o profissional tanto para o exercício da cidadania, quanto para o mundo do trabalho em um processo permanente de qualificação do currículo, de forma a incorporar, nas diferentes possibilidades de formação (como CCRs obrigatórios, optativos, atividades complementares), os desafios impostos pelas mudanças sociais e pelos avanços científicos e tecnológicos.

Desta forma, o curso proporciona ao egresso uma formação sólida, combinando amplo conteúdo teórico e prático, essencial para a atuação do economista, com um diferencial ao enfatizar as finanças organizacionais e mercado de capitais. Uma das inovações que o curso traz, é a oferta de componentes curriculares de extensão que visam articular as diferentes atividades extensionistas, proporcionando aos estudantes a interação com a comunidade e oportunizando espaços da prática profissional.

Essa linha contempla aspectos do desenvolvimento socioeconômico e também do desenvolvimento regional e urbano, envolvendo também a área financeira, pública e privada, entendendo-a como um elemento para o desenvolvimento, por isso entende-se a área como uma unidade não dissociada. Não se tratando apenas das questões econômicas pertinentes ao desenvolvimento, mas também de aspectos políticos, sociais, culturais, ambientais e institucionais. Dentre os CCR's ofertados na estrutura curricular diretamente relacionados a essa linha, destacam-se: Mercado Financeiro; Mercado de Capitais I e II; Contabilidade de Custos; Estrutura e Análise de Balanço; Finanças Corporativas I e II.

Convém ressaltar que além dos CCRs obrigatórios, ementas e objetivos relacionados às Finanças organizacionais, merece destaque também a oferta de CCRs optativos, oficinas, atividades de pesquisa e extensão, seminários avançados e outras atividades acadêmicas que destacam o sistema financeiro e suas relações com as finanças organizacionais.



5.2 Referenciais Legais e Institucionais

O curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira sul – UFFS é oficializado pelos seguintes instrumentos legais:

5.4.1 Instrumentos de base nacional

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de



Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências.

Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

5.4.2 Instrumentos legais da UFFS

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de



universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 01 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2011 – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.

Resolução nº 11 – CONSUNI/UFFS/2012 - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 33 - CONSUNI/UFFS/2013 – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 6 - CGRAD/UFFS/2015 – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 7 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015 – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

Resolução nº 2 – CONSUNI/PPGEC/2016 – Aprova a Política de Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 04 – CONSUNI/PPGEC/2017 - Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução Nº 53 / 2024 - CONSUNI - CGAE - Regulamenta a elaboração/reformulação, os fluxos e os prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e dá outras providências.

Resolução Nº 54 / 2024 - CONSUNI - CGAE – Núcleo docente estruturante (NDE) no âmbito dos cursos de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul

Resolução nº 04 – CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 16 - CONSUNI/UFFS/2019 - Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira



Sul.

Resolução nº 23 - CONSUNI/PPGEC/2019 - Aprova o Regulamento da Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul

Resolução nº 93 – CONSUNI/UFFS/2021 - Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 39 - CONSUNI/CGRAD/UFFS/2022 – Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Resolução nº 40 - CONSUNI CGAE/UFFS/2022 – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

Resolução nº 106 - CONSUNI/UFFS/2022 - Estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 42 - CONSUNI CGAE/UFFS/2023 - dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da UFFS.

Resolução nº 43/ CONSUNI CGAE/UFFS/2023 - Regulamenta os procedimentos para a aproveitamento de componente curricular (CCR) nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.

5.4.3 Instrumentos específicos do curso de Ciências Econômicas

Parecer CNE/CES nº 146/2002, aprovado em 3 de abril de 2002 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design.

Parecer CNE/CES nº 54/2004, aprovado em 18 de fevereiro de 2004 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Bacharelado.

Parecer CNE/CES nº 380/2005, aprovado em 6 de outubro de 2005 - Reconsideração do Parecer CNE/CES nº 54/2004, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso



de Graduação em Ciências Econômicas.

Resolução CNE/CES nº 7, de 29 de março de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências.

Parecer CNE/CES nº 95/2007, aprovado em 29 de março de 2007 - Alteração do Parecer CNE/CES nº 380/2005 e da Resolução CNE/CES nº 7/2006, relativos as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas.

Resolução CNE/CES nº 4/2007, de 13 de julho de 2007 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral:

O Curso de Graduação em Ciências Econômicas tem como objetivo formar profissionais críticos, capacitados a compreender o desenvolvimento regional em suas dimensões econômicas, sociais, políticas, e ambientais, com competências e habilidades para a análise de problemas socioeconômicos, permitindo a proposição de ações integralizadoras de desenvolvimento econômico sustentável, principalmente em contexto regional.

6.2 Objetivos específicos:

O Curso de Ciências Econômicas, nestes termos, assume como objetivos específicos:

- a) Formar profissionais que, ao exercerem sua função específica, serão capazes de desempenhar o papel de agentes, intermediários e interlocutores entre instituições em assuntos econômicos; e de desempenhar políticas, programas, projetos e ações que dependam do ferramental ligados a teoria e a prática econômica;
- b) Formar profissionais que possam interferir, de forma ética e com responsabilidade social, com formação sólida, nos rumos da sociedade;
- c) Formar economistas conscientes de sua realidade histórica, e com uma visão crítica sobre os processos sociais nos quais está inserido;
- d) Formar profissionais imbuídos de espírito empreendedor e de liderança, capazes de solucionar e diagnosticar problemas advindos do meio público e privado;
- e) Preparar profissionais para a compreensão de questões políticas e socioeconômicas, articulando o poder público e os atores sociais, propondo ações regionais para o desenvolvimento sustentável, além de subsidiar a elaboração de políticas públicas, locais e/ou regionais;
- f) Formar economistas com formação sólida para contribuir na gestão de diferentes tipos de organização.



7 PERFIL DO EGRESSO

O curso de Ciências Econômicas da UFFS apresenta ênfase na defesa do pluralismo de correntes de pensamento, buscando, com isso, garantir ampla formação a seus acadêmicos. Assim, ao concluir o curso, pretende-se que o formando tenha adquirido sólida base de conhecimentos, desenvolvimento de raciocínio abstrato e capacidade de construção de modelos analíticos, além de ampla base de humanidades, com ênfase em história econômica e história do pensamento econômico, sociologia econômica e elementos de epistemologia. No que se refere à própria teoria econômica, espera-se que domine os principais aspectos das diversas correntes de pensamento, tendo sido exposto desde cedo aos temas e aspectos centrais do debate, para poder formar paulatinamente sua própria visão sobre questões complexas na área.

No exercício de sua profissão, o aluno formado por este Curso de Ciências Econômicas deverá possuir as seguintes habilidades e competências:

- a) Base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico social;
- b) Capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;
- c) Capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos;
- d) Compreender e analisar criticamente textos econômicos;
- e) Diagnosticar o perfil econômico da região e viabilizar alternativas para o desenvolvimento regional sustentável;
- f) Identificar, analisar e sistematizar problemas e potencialidades produtivas regionais;
- g) Valorizar a importância das atividades econômicas da região, incluindo a agricultura familiar, pequenas organizações produtivas urbanas e rurais, cooperativas, associações e o meio ambiente;
- h) Discutir e dialogar sobre modelos de desenvolvimento;
- i) Reconhecer, valorizar e promover as competências regionais;
- j) Promover eventos e debater publicamente o desenvolvimento regional e nas Ciências Econômicas como um todo;
- k) Estimular e ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda na região;
- l) Analisar a viabilidade econômica de produtos e projetos;



- m) Estimar impactos econômicos, ambientais e socioculturais nos empreendimentos e políticas propostas;
- n) Sugerir e aperfeiçoar empreendimentos para o desenvolvimento local, buscando oportunizar novas fontes de energia;
- o) Analisar as questões relacionadas a atual matriz produtiva existente na região com os diversos públicos e interesses visando sua transformação.
- p) Realizar pesquisas e análises de mercado e de viabilidade econômico-financeira;
- q) Elaborar planejamento estratégico nas organizações;
- r) Desenvolver projetos inovadores nos diferentes setores produtivos;
- s) Operar e prestar assessoria no mercado financeiro;
- t) Atuar na gestão, assessoria e consultoria econômico-financeira em organizações privadas, setor financeiro e cooperativas;
- u) Produzir e analisar dados e informações estatísticas de natureza econômica e financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços;
- v) Realizar perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica, mediação e arbitragem, em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação;
- w) Elaborar análise financeira de investimentos;
- x) Confeccionar orçamentos públicos e privados e avaliação de seus resultados.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFFS *campus* Chapecó-SC, se reflete indubitavelmente na organização curricular. Nela o quadro docente do curso exercitará seu potencial inovador e criativo e estabelecerá expressamente as condições para a efetiva conclusão do curso, desde que comprovados a indispensável integralização curricular e o tempo útil fixado para o curso, de acordo com os regimes acadêmicos adotados pela UFFS.

Abaixo estabelecemos alguns princípios norteadores da estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas:

- O Curso será um todo articulado resultante de grandes núcleos de reflexões, e não um mero ajustamento de componentes curriculares. Destacamos como principais núcleos, o conjunto dos conteúdos de formação geral, o conjunto dos conteúdos de formação teórico-quantitativa, o conjunto dos conteúdos de formação histórica e o conjunto de conteúdos teórico-práticos;
- Nesse todo articulado, os núcleos teórico-quantitativo e de formação histórica da estrutura curricular passarão a constituir-se na parte fundamental da formação acadêmica;
- A formação teórica passará a se fundamentar, por coerência político-científica, no pluralismo metodológico com base no estudo crítico das grandes correntes de pensamento econômico.
- Consonância com a estrutura curricular da UFFS, que engloba três domínios do conhecimento (comum, conexo e específico) entrelaçados entre si, que buscam assegurar que todos os estudantes da UFFS recebam uma formação ao mesmo tempo cidadã, técnico-científica, interdisciplinar e profissional.

Para tanto, o Curso de Ciências Econômicas pretende desenvolver uma abordagem metodológica que possibilite amplas alternativas de ensino e aprendizagem, seja com a utilização de novas técnicas, em especial que envolvam a modalidade de ensino semipresencial, ou com o uso de tradicionais e consolidadas formas acadêmicas de ensino e aprendizagem.



A integração curricular deverá ser garantida por mecanismos de junção das diversas unidades em que se estruturam os conteúdos e o processo de ensino como um todo, de forma a garantir ao graduando a capacidade de abordagem multidisciplinar, integrada e sistêmica.

Nesse sentido, o primeiro movimento foi identificar os interesses locais, regionais, institucionais e do Governo Federal. Como resultado, verificou-se a necessidade da formação de profissionais economistas que possam atuar de forma mais intensa e articulada no interior das organizações, contribuindo na resolução de problemas e superação de desafios da área de gestão financeira e para a proposição de estratégias competitivas nos mercados (e setores) em que atuam. Para alcançar esse objetivo, os CCRs foram pensados para desenvolver habilidades profissionais com fortes fundamentos microeconômicos, como por exemplo os CCRs de: Mercado de Capitais I e II, Finanças Corporativas I e II, Administração Estratégica, Pesquisa Mercadológica, Administração e Análise de Projetos, Análise Estatística e Econometria I.

De forma complementar e ao reconhecer que a resolução de problemas e a proposição de soluções passam pelo sólido conhecimento da realidade política-socioeconômica, o curso prevê um conjunto de CCRs de formação histórica, como História Econômica Geral, História do Pensamento Econômico, Formação Econômica do Brasil, Economia Brasileira I e II.

A metodologia de ensino dos CCRs de formação profissional, além dos tradicionais recursos da exposição didática, dos exercícios práticos em sala de aula, dos estudos dirigidos e independentes, e seminários e estudos de casos, incluirão mecanismos que garantam a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade e os avanços tecnológicos, incluindo alternativas como visitas técnicas e projetos de pesquisa e extensão a serem desenvolvidos ou que já se encontram estruturados, como o NECOOP (Núcleo de Estudos em Cooperação da UFFS).

Adicionalmente, a estrutura curricular foi organizada para se articular desde o primeiro semestre letivo com a extensão universitária. Ainda que o Curso de Ciências Econômicas nasça com o compromisso de ampliar a relação com a comunidade regional e fortalecer as pontes entre universidade e comunidade, as diretrizes nacionais curriculares estabeleceram a exigência de inserção de atividades de extensão nos currículos da graduação, na carga horária mínima de 10% (Resolução do Conselho Nacional da Educação n. 7/2018). Essa inserção está prevista na estrutura através da oferta de nove CCRs, um em cada nível do curso. Os CCRs servem como um meio aglutinador dos projetos e ações de extensão do curso de Ciências Econômicas. Ao se matricular nos CCRs de extensão, os estudantes passam a se



vincular a um ou mais projetos, em que desenvolverão ações ao longo do semestre letivo, permitindo oportunidade para que todos os estudantes participem de forma efetiva e que tais ações estejam vinculadas aos conteúdos estudados no curso, sob a supervisão direta de um professor. Os diferentes projetos e modalidades de extensão estão descritos no Regulamento de Ações Curriculares Complementares de Extensão (ACE) do curso, disponibilizado em anexo.

Muito embora os cursos de graduação tenham por função precípua a formação profissionalizante, o que deve caracterizar o seu nível superior é o compromisso com a construção do conhecimento e não apenas a sua transmissão. O domínio do conhecimento é condição *sine qua non*, mas não suficiente, pois o que lhe dá maior sentido e adequabilidade é o aprender a lidar criativamente com o mesmo, buscando o seu avanço. Aprender a aprender é condição necessária para que o indivíduo possa compreender as transformações históricas por que passa a sociedade moderna. Para tanto, o compromisso construtivo deve estar presente em todas as atividades curriculares.

Assim, serão valorizados mecanismos capazes de desenvolver no aluno a cultura investigativa, metodológica e crítica. Diante de tais mecanismos, explicitam-se, ainda aqui, a integração do ensino com a pesquisa; os programas de iniciação científica e os programas específicos de aprimoramento discente, dentre outros, desenvolvidos dentro das instâncias da pesquisa e da extensão.

8.1 Articulação entre os domínios curriculares

8.1.1 Componentes Curriculares do Domínio Comum

O **Domínio Comum** compreende o conjunto de CCRs que deverão ser cursadas por todos os estudantes de todos os cursos de graduação. Possui como objetivos:

a) desenvolver em todos os estudantes da UFFS as habilidades e competências instrumentais consideradas fundamentais para o bom desempenho de qualquer profissional (capacidade de análise, síntese, interpretação de gráficos, tabelas, estatísticas; capacidade de se expressar com clareza; dominar minimamente as tecnologias contemporâneas de informação e comunicação) e

b) despertar nos estudantes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização



sócio-político-econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões (municipal, estadual, nacional, regional, internacional).

A estrutura curricular é objeto de permanente debate, como ocorreu ao longo do ano de 2012, no qual ocorreram adaptações em termos de forma ao modelo inicial. A nova configuração do domínio comum passou a compor dois eixos: o primeiro chamado de “contextualização acadêmica”, tem o objetivo de desenvolver habilidades/competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional. O segundo eixo, denominado “formação crítico-social” com o objetivo de desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade sócio-ambiental, e à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos.

Os CCRs que fazem parte do **domínio comum** contempladas no currículo do curso de Ciências Econômicas do *Campus* Chapecó da UFFS são: Produção Textual Acadêmica, Matemática “B”, Estatística Básica, Introdução ao Pensamento Sociológico, Meio Ambiente, Economia e Sociedade, Direitos e Cidadania e Iniciação à Prática Científica. Totalizando assim sete componentes curriculares com uma carga horária total de 420 horas.

Abaixo os componentes curriculares que compõem o Domínio Comum e que são obrigatórios para todos os estudantes do curso:

DOMÍNIO COMUM	
COMPONENTE CURRICULAR	Horas
EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA	
Iniciação à prática científica	60
Produção textual acadêmica	60
Matemática B	60
Estatística básica	60
EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL	
Introdução ao pensamento social	60
Meio Ambiente, economia e sociedade	60
Direitos e Cidadania	60
Total de horas	420

Quadro 1: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do curso de Ciências Econômicas.



8.1.2 Componentes Curriculares do Domínio Conexo

O **Domínio Conexo** refere-se ao conjunto de componentes curriculares situados na interface entre áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *campus*, conforme expõe a Resolução nº. 7/2017 do Conselho de *Campus*.

A área da qual o curso de Ciências Econômicas participará será a que mais se aproxima da área de Ciências Sociais Aplicadas, que atualmente é representada pelo curso de Administração. Nestes termos, considerando que o curso de Administração também está passando por processo de revisão de seu PPC, haverá um espaço para dialogar com o curso e construir em conjunto o novo domínio conexo que se vislumbra com a criação do curso de Ciências Econômicas.

Atualmente, abrigam-se os seguintes CCRs obrigatórios e idênticos no curso de Administração, a qual Ciências Econômicas pretende se filiar, cuja natureza epistemológica é comum aos cursos ofertantes que são Fundamentos do Cooperativismo e Administração e Análise de Projetos, totalizando 120 horas.

Abaixo, os componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo atual :

DOMÍNIO CONEXO	
COMPONENTE CURRICULAR IDÊNTICOS OBRIGATÓRIO	Horas
Fundamentos do Cooperativismo	60
Administração e análise de projetos	60
COMPONENTE CURRICULAR NÃO IDÊNTICOS OBRIGATÓRIO	Horas
Contabilidade Introdutória	60
Estrutura e Análise de Balanços	30
Subtotal	90
COMPONENTE CURRICULAR IDÊNTICOS OPTATIVOS	Horas
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60
Direito Digital e Proteção de Dados	30



Empreendedorismo	30
Noções de Direito Público e Privado	30
Direito Empresarial	30
Subtotal	180

COMPONENTE CURRICULAR NÃO IDÊNTICOS OPTATIVOS	Horas
Ciência de dados	30
Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	30
Mercado de Derivativos	30
Subtotal	90

Total	480
--------------	------------

Quadro 2: Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo do Curso de Ciências Econômicas.

O quadro 2 apresenta as diferentes modalidades de conexões previstas pela Resolução n. 7/2017 do Conselho de *Campus* de Chapecó:

8.1.3 Domínio Específico

O **Domínio Específico** compreende aqueles CCRs específicos (para além dos domínios comum e conexo) que consistem na base de sustentação do curso, compreendendo 37 CCRs, divididas em 2.190 horas.

Considerando que as diretrizes curriculares do curso de Economia apontam para a necessidade de constituição de CCRs que abordem quatro conjuntos formativos (formação geral, teórico-quantitativo, histórica e teórico-prático) apresenta-se essa seção do domínio específico, com base nesta formatação, acrescenta-se um quinto conjunto voltado para finanças organizacionais, com o objetivo de fortalecer a formação dos acadêmicos.

8.1.3.1 Conteúdos de Formação geral

Estes componentes curriculares contemplam estudos introdutórios à formação do economista, bem como conhecimentos em áreas afins. De acordo com as diretrizes curriculares (Resolução CNE/CES n. 4 de 13 de julho de 2007), estes CCRs deverão deter no



mínimo 10% da carga total do curso. O quadro a seguir apresenta os componentes do curso que refletem a formação geral, contemplando um total de 9 CCRs, sendo 540 horas, totalizando 17,3% da carga total do curso.

FORMAÇÃO GERAL	
Componente curricular	Horas
Matemática B	60
Introdução ao pensamento social	60
Produção textual acadêmica	60
Fundamentos de Administração	60
Estatística básica	60
Contabilidade introdutória	60
Matemática financeira	60
Direitos e Cidadania	60
Iniciação à prática científica	60
Subtotal	540

Quadro 3 - Componentes curriculares que compõem a Formação Geral do Curso de Ciências Econômicas.

8.1.3.2 Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativo

Os conteúdos se direcionam para a formação profissional propriamente dita, abordando conhecimentos avançados de microeconomia, macroeconomia, desenvolvimento, econometria, estatística e matemática. Segundo as diretrizes curriculares (Resolução CNE/CES n. 4 de 13 de julho de 2007), o conjunto destes CCRs deverá possuir no mínimo 20% da carga horária do curso. A seguir, verificamos estes conteúdos na estrutura curricular do curso de Ciências Econômicas, totalizando 21 CCRs (1.170 horas) perfazendo um total de 37,5% da carga horária total do curso.

FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVO	
Componente curricular	Horas
Introdução a Economia	60
Mercado Financeiro	60
Matemática para economistas	60
Contabilidade Social	60
Análise Estatística	60
Microeconomia I	60
Microeconomia II	60
Macroeconomia I	60
Macroeconomia II	60
Econometria I	60



Mercado de Capitais I	60
Mercado de Capitais II	60
Economia monetária	30
Meio ambiente, economia e sociedade	60
Economia Internacional	60
Desenvolvimento Econômico	60
Economia do setor público	60
Pesquisa Mercadológica	60
Optativa I	60
Optativa III	30
Optativa IV	30
Subtotal	1.170

Quadro 4 - Componentes curriculares que compõem a Formação Teórico-Quantitativa do Curso de Ciências Econômicas.

8.1.3.3 Conteúdos de Formação Histórica

Estes CCRs permitem ao economista uma visão ampla dos fatos socioeconômicos, relacionando a questão histórica com a teoria econômica. De acordo com as diretrizes curriculares (Resolução CNE/CES n. 4 de 13 de julho de 2007), estes CCRs deverão deter 10% da carga total do curso. No curso de Ciências Econômicas esse eixo formativo contempla 12,5% da carga horária total, composto por 7 CCRs (390 horas). O quadro a seguir apresenta os componentes curriculares do curso que refletem a formação histórica.

Além dos CCRs mencionados a seguir, será ofertado um seminário temático avançado de conteúdo relacionado a formação histórica como complemento a formação do acadêmico. Esse seminário constituirá no mínimo 60hs e fará parte das Atividades Autônomas.

FORMAÇÃO HISTÓRICA	
Componente curricular	Horas
História Econômica Geral	60
Formação Econômica do Brasil	30
História do Pensamento Econômico	60
Fundamentos do Cooperativismo	60
Economia Brasileira I	60
Economia Brasileira II	60
Seminário Formação História	60
Subtotal	390

Quadro 5 - Componentes curriculares que compõem a Formação Histórica do Curso de Ciências Econômicas.

8.1.3.4 Conteúdos Teórico-práticos



Os CCRs pertencentes a este conjunto fornecem uma relação com as questões práticas na formação dos acadêmicos, de acordo com o perfil do egresso. De acordo com as diretrizes curriculares (Resolução CNE/CES n. 4 de 13 de julho de 2007), estes CCRs deverão deter 10% da carga total do curso. O quadro seguir apresenta os componentes do curso que refletem a formação teórico-prática, composto por 2 componentes curriculares. O primeiro, intitulado Monografia I, será realizado projeto de pesquisa e o segundo, Monografia II, em que o acadêmico elaborará a pesquisa para conclusão do curso. No total, este eixo formativo contempla 240 horas.

Além desses componentes, serão ofertados um seminário temático avançado de conteúdo relacionado a teoria-prática para complementar a formação do acadêmico, além de visita a empresas e instituições (públicas e privadas) e viagens de estudo. Essas atividades compõem as horas destinadas para as Atividades Autônomas que contemplam um total de 120 horas. Por fim, fazem parte desse eixo, as atividades curriculares de extensão, no total de 330 horas.

Desta forma os conteúdos teórico-práticos contemplam um total de 690 horas, equivalente a 22,11% da carga total do curso.

FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICO	
Componente curricular	Horas
Monografia I	60
Monografia II	180
Atividades Autônomas	120
Atividades Curriculares Extensão	330
Subtotal	690

Quadro 6 - Componentes curriculares que compõem a Formação Teórico-Prática do Curso de Ciências Econômicas.

8.1.1 Conteúdos relacionados a finanças organizacionais

Os CCRs deste eixo fazem relação com a ênfase dada pelo curso de Ciências Econômicas da UFFS, que é a área de “finanças organizacionais”. Há um conjunto de seis CCRs mais voltadas a área de gestão em finanças e estratégia organizacional, conforme demonstrado no quadro abaixo, que acabam se complementando com os CCRs dos demais eixos, proporcionando a formação desejada pelo curso.



FINANÇAS ORGANIZACIONAIS	
Componente curricular	Horas
Estrutura e Análise de Balanços	30
Finanças corporativas I	60
Finanças corporativas II	60
Contabilidade de custos	60
Administração e análise de projetos	60
Administração estratégica	60
Subtotal	330

Quadro 7 - Componentes curriculares que compõem a Formação de Finanças Organizacionais do Curso de Ciências Econômicas.

A ênfase dada pelo curso de Ciências Econômicas, possibilita ainda a conexão com demais cursos de ciências sociais aplicadas do *campus*, como Administração e Ciências Contábeis, otimizando o uso dos recursos físicos e humanos e fortalecendo a área de conhecimento visando sinergias para o desenvolvimento da pós-graduação.

Portanto, ao avaliarmos os conteúdos delineados pelas diretrizes curriculares (Resolução CNE/CES n. 4 de 13 de julho de 2007) e o currículo do curso de Ciências Econômicas da UFFS, observamos o atendimento às diretrizes, conforme demonstrado a seguir.

Campos interligados de formação do curso de Ciências Econômicas	Total Carga Horária	%
Formação Geral	540	17,4
Formação Teórico-Quantitativa	1.170	37,5
Finanças organizacionais	330	10,5
Formação Histórica	390	12,5
Teórico-Práticos	690	22,1
Atividades Autônomas	120	3,2*
Atividades Extensão	330	
Total	3.120	100

*As atividades Autônomas (AA) e Atividades de Extensão são subconjuntos da formação teórico-prático

Quadro 8 – Campos interligados de formação do curso de Ciências Econômicas

O próximo quadro explicita a comparação com tais critérios.

Conteúdo	Requerido (CNE) %	Total da estrutura %
Formação Geral	10	17,4
Formação Teórico-Quantitativa	20	37,5
Formação Histórica	10	12,5
Teórico-Práticos	10	22,1



--	--	--

Quadro 9

Além dos CCR específicos relacionados a finanças organizacionais, a estrutura curricular contempla os componentes Monografia I e Monografia II em que se dará preferência para temas relacionados a finanças para a realização da pesquisa para o trabalho final do acadêmico. Também são considerados, dentro da temática de finanças, os seminários temáticos (no mínimo dois, com carga horária total de 90 horas), os quais integram as horas destinadas às ACCs.

Os componentes curriculares totalizam 660 horas e têm como objetivo, além de aprofundar o estudo na temática de finanças, estabelecer conexões com os demais conteúdos do curso, proporcionando uma abordagem interdisciplinar e sistêmica.

A área das finanças organizacionais envolve conteúdos relacionados a gestão financeira e orçamentária, finanças públicas, planejamento orçamentário e tributário, administração e análise de projetos, gestão e controle de custos. A gestão financeira e orçamentária vem se consolidando como uma área estratégica para a sustentabilidade das organizações, tendo em vista os desafios impostos pelas inovações tecnológicas e financeiras que permeiam as transações econômicas na economia moderna. Logo, o domínio dessa área permite que o profissional de economia desenvolva habilidades para contribuir para o sucesso das organizações, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor.

Os CCRs que compõem este eixo são: Estrutura e Análise de Balanços, Finanças corporativas I, Finanças corporativas II, Contabilidade de custos, Administração e análise de projetos e Administração estratégica.

8.2 Oferta de componentes curriculares no formato à distância

O Ministério da Educação (MEC), através da Portaria nº. 2.117, de 6 de dezembro de 2019, regulamentou a introdução na organização curricular de cursos de graduação, a oferta de componentes integrantes do currículo que utilizem modalidade à distância.

De acordo com essa Portaria, caracteriza-se a modalidade à distância como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino e aprendizagem centradas na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.



Poderão ser ofertados componentes curriculares na modalidade à distância desde que a parte ministrada à distância não ultrapasse a 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso. As avaliações dos CCRs ofertados na modalidade poderão ser à distância ou presenciais a critério do professor que ministra o CCR.

A oferta dos componentes curriculares previstos na modalidade à distância deverá incluir métodos e práticas de ensino e aprendizagem que incorporem o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para a realização de aulas síncronas e assíncronas atendendo os objetivos pedagógicos. Todos os componentes se valerão da EaD – trabalhos de campo, produção de arquivos, coleta de dados, visitas técnicas a empresas – contato com a realidade empresarial.

Nestes termos, considera-se que o uso de TICs abre perspectivas para novos ritmos e dimensões de ensinar e aprender (KENSKI, 2012), ampliando os tempos e locais onde a construção do conhecimento ocorre e modificando, inclusive, a forma pela qual se ensina e se aprende. Modifica-se, assim, a lógica sob a qual os processos de ensinar e aprender submetem-se, ultrapassando os limites impostos pelos espaços e horas tradicionais, os quais são ainda válidos, mas não mais exclusivos.

Nesta proposta de Curso, pretende-se realizar uma experiência de incorporação de aulas não presenciais a componentes curriculares com parte de sua carga horária teórica e presencial. Dessa forma, foram previstas 25% de carga horária à distância ao todo nos CCR do Curso (conforme se apresenta no item 8.4 da estrutura curricular), mas sem que isso engesse o planejamento docente. Sabe-se que essa previsibilidade apenas abre ao docente a possibilidade de trabalho mediado por TICs, mas não fecha a carga horária efetiva de ensino a distância. A partir da PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019, do Ministério da Educação, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância, o curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Chapecó - SC, institui 25% da carga horária total nesta modalidade, com alguns componentes curriculares ministrados totalmente a distância, enquanto outros serão oferecidos de forma híbrida, conforme indicado no item 8.4.

A metodologia para ministrar componentes curriculares totalmente a distância será sensivelmente distinta de componentes curriculares na modalidade híbrida, com a possibilidade de cada docente introduzir métodos e técnicas adequadas ao componente em que está ministrando, conforme descrito a seguir:

- Métodos e práticas para Componentes Curriculares totalmente a Distância:



A metodologia de Ensino Baseada em *E-learning* com a Abordagem de Estudos de Caso. a) Plataforma de Aprendizagem: Utilizar uma plataforma de ensino a distância robusta, que permita interação on-line, bem como a centralização de conteúdos, leituras, videoaulas, *quizzes* e fóruns de discussão; b) Estudos de Caso Econômicos: Para manter a relevância prática, os CCRs podem ser organizadas em torno de estudos de caso reais. Os conteúdos das ementas podem abordar casos específicos (como crises econômicas, políticas monetárias, investimentos, etc.), fornecendo leituras e materiais interativos (infográficos, vídeos, simulações) que exemplificam conceitos econômicos; c) *Feedback* e Avaliações Contínuas: Avaliações devem ser contínuas e multimodais, como *quizzes*, discussões em fóruns, e submissão de ensaios ou projetos que discutam soluções ou análises de problemas econômicos do estudo de caso; d) Autoaprendizado Guiado e Ritmo Flexível: Os estudantes terão autonomia para seguir o curso no próprio ritmo, mas com *checkpoints* obrigatórios (tarefas e avaliações periódicas). Assim, cada acadêmico pode personalizar seu aprendizado, enquanto o professor monitora o progresso, e; e) Tutoria e Suporte Online: os docentes ou tutores virtuais estarão disponíveis para consultas, esclarecimentos e apoio, com horários regulares de atendimento via chat ou videoconferência.

- Metodologia para Componentes Curriculares Híbridos:

A Metodologia de Ensino Híbrido com Atividades de Sala de Aula Invertida (Flipped Classroom). a) Parte a Distância (Conteúdo Teórico): O conteúdo teórico será ministrado *online*, através de videoaulas, *podcasts*, e materiais interativos em que os acadêmicos devem acessar antes dos encontros presenciais. Isso permite que o tempo presencial seja otimizado para atividades mais práticas e dinâmicas; b) Ferramentas Interativas: Utilização de *quizzes online*, simuladores econômicos e fóruns para discutir os conteúdos e estimular o pensamento crítico. c) Parte Presencial (Aplicação Prática): No encontro presencial, as atividades serão voltadas à aplicação prática dos conceitos aprendidos *online*. Isso pode incluir debates econômicos, resolução de problemas complexos, discussões sobre políticas públicas, e análises de cenários econômicos atuais; d) Trabalhos em Grupo e Discussões Orientadas: Durante as aulas presenciais, os acadêmicos podem ser divididos em grupos para realizar projetos colaborativos ou discussões de casos complexos, onde cada grupo deve aplicar os conceitos aprendidos *online* e propor soluções, e; e) *Feedback* e Avaliação: A avaliação híbrida pode incluir tanto provas presenciais quanto avaliações *online* a critério do docente. Por exemplo, atividades práticas realizadas em sala podem complementar trabalhos teóricos entregues à distância, promovendo uma integração das duas formas de ensino.



Essas metodologias garantem flexibilidade e eficiência no ensino de Ciências Econômicas, proporcionando uma sólida base teórica através da EaD e aplicando os conhecimentos adquiridos nas atividades presenciais ou híbridas.

O sistema de gerenciamento das aulas à distância adotado pelo Curso será aquele fornecido pela UFFS. Atualmente, é utilizado a plataforma virtual de ensino e de aprendizagem SIGAA, ou seja, as condições necessárias quanto ao AVEA (ambiente virtual de ensino e de aprendizagem) já são fornecidas pela instituição. Sumariamente, por meio da plataforma SIGAA, é possível valer-se de metodologias como o trabalho a partir de atividades de chat, de fórum, de lista de tarefas ou lição, de construção colaborativa de texto (escrita colaborativa), de elaboração de base de dados (para download e para upload de arquivos pelo professor e pelos estudantes). Todos esses recursos, podem também ser utilizados como possibilidades de avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem ofertados à distância.

Conforme destaca Moran et al. (2000) a tecnologia apresenta-se como meio, como instrumento para colaborar com o desenvolvimento desse mesmo processo de ensino e aprendizagem, e deve ser usada como ferramenta pedagógica para criar um ambiente interativo que favoreça a mediação, por parte do professor, no processo de construção do conhecimento por parte do aluno. No entanto, compreende-se que capacitações para docentes no que se refere ao ensino à distância são essenciais. Os docentes devem obrigatoriamente, possuir capacitação específica para Educação a Distância – EaD e para o ambiente virtual de ensino e aprendizagem. Os docentes que não possuem tal capacitação devem realizar curso de capacitação específico para este fim, ofertados no Programa de Capacitação Docente da UFFS ou equivalente, com carga horária mínima de 80 horas.

A oferta de componentes na modalidade à distância requer planejamento. No que se refere às atividades do componente curricular que serão desenvolvidas à distância, elas precisam ser programadas de forma articulada às demais atividades feitas de modo presencial, com objetivos claros, para que resultem em aprendizado para os alunos. Conforme destacado no início desta subseção, o formato à distância possibilita novas formas de interação e de construção do conhecimento, desenvolvidas em tempos e locais diferentes, o que contribui para a formação profissional do egresso de ciências econômicas.

Dentre os aspectos relevantes, destaca-se que há ganhos formativos relacionados à maior proximidade com as realidades práticas das organizações e atividades ligadas à ênfase do curso, permitindo, assim, uma conexão mais consistente entre o que se visita na teoria e o



que pode ser verificado e experimentado na prática.

Essa possibilidade de metodologia favorece também o desenvolvimento da capacidade de compreensão das realidades profissionais, bem como refina o potencial de análise crítica dos contextos que se apresentam, aproximando o acadêmico da tomada de decisões e favorecendo a avaliação de suas relações de causa e efeito.

O plano de curso de cada Componente Curricular, seja na modalidade à distância ou híbrida, deve fornecer informações claras e detalhadas sobre o processo de avaliação, conforme orientado pela Resolução 42/2023 CONSUNI/CGAE. Essa transparência é essencial para que os acadêmicos compreendam os critérios e as ferramentas que serão utilizadas para medir seu desempenho ao longo do curso.

De acordo com o Art. 8º dessa resolução, o plano de curso de CCRs ofertados integral ou parcialmente na modalidade EaD deve, obrigatoriamente, incluir os seguintes elementos:

a) Metodologia e Avaliação: O plano deve apresentar claramente a metodologia que será adotada no desenvolvimento do CCR, juntamente com uma descrição detalhada do processo avaliativo. Isso inclui os tipos de avaliações que serão aplicadas (provas, trabalhos, projetos, participação em fóruns, etc.) e como cada uma contribuirá para a nota final do acadêmico;

b) Atividades Presenciais e à Distância: O plano de curso deve descrever, de forma detalhada, quais atividades serão realizadas presencialmente e quais serão feitas a distância. Essa discriminação é fundamental para que os alunos saibam exatamente o que esperar em termos de organização e preparo para cada tipo de atividade;

c) Atendimento ao Aluno: O professor deve indicar os horários disponíveis para atendimento individual aos alunos, seja presencial ou virtualmente, permitindo que eles tirem dúvidas e recebam suporte durante o desenvolvimento do componente curricular;

d) Atividades de Interação: Deve haver uma programação clara de atividades de interação entre professor e estudantes, tanto em formas de comunicação síncrona (como aulas ao vivo ou chats em tempo real) quanto assíncrona (como fóruns ou envio de tarefas), que estejam alinhadas com a carga horária do CCR.

e) Uso do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA): O plano também deve fornecer orientações claras sobre como utilizar o AVEA, a plataforma virtual que será utilizada para disponibilizar os materiais de estudo, realizar avaliações e interações entre professor e aluno.

Esses requisitos garantem que o plano de curso de cada CCR ofereça uma estrutura



pedagógica organizada e transparente, promovendo o bom desenvolvimento das atividades e garantindo que os acadêmicos saibam como serão avaliados e acompanhados ao longo do componente curricular.

8.3 Atendimento às legislações específicas

1- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

A sustentabilidade ambiental é um tema onipresente na estrutura curricular do curso de Ciências Econômicas, sendo trabalhado de forma específica em um conjunto de CCRs obrigatórios (expostos no quadro abaixo) e abordado de forma transversal nos demais CCRs, atendendo assim a legislação específica.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 Educação Ambiental		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Meio Ambiente, Economia e Sociedade 4 (Obrigatório)	Relação entre ambiente e sociedade: agroecologia, sustentabilidade, agricultura familiar, cooperativismo, associativismo. Sociedade civil e a questão ambiental.	ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular . Blumenau: Edifurb, 2008. CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza : estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.
Desenvolvimento Econômico 4 (Obrigatório)	Atualidades sobre desenvolvimento: inovação tecnológica, distribuição de renda, saúde, educação, sistema financeiro, meio ambiente. Estratégias de desenvolvimento.	VEIGA, J. E.; Desenvolvimento Sustentável : o desafio do século XXI. – Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
Fundamentos do Cooperativismo 4 (Obrigatório)	Bases doutrinárias do cooperativismo. Surgimento do cooperativismo moderno. Cooperativismo e desenvolvimento.	ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. Economia popular e solidária : alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. (Coleção Brasil Urgente).

Quadro 10 – Componentes curriculares e respectivos tópicos e bibliografias que atendem a legislação específica (Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002).

2- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais,



bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

A formação histórica e a formação teórico-prática do curso contemplam a discussão de Relações Étnico-Raciais, consideradas elementares para a formação do economista. Mais especificamente, essa temática é discutida em CCRs obrigatórios, bem como em Seminários ao longo do curso.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004		
Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Formação Econômica do Brasil 30 horas (Obrigatório)	O debate em torno da herança colonial: grandes interpretações sobre a formação econômica brasileira (1500-1808). Os fundamentos da ocupação territorial e econômica e o sentido do povoamento. Formação do Estado Nacional (1750-1822).	FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil . Editora Nacional, 2003. FAUSTO, B. História do Brasil . São Paulo: Edusp, 2003 FREYRE, G. Casa Grande e Senzala . São Paulo, editora Global, 2005. GORENDER, J. O Escravismo Colonial . S. Paulo: Ática, 1978.
História Econômica Geral 60 horas (Obrigatório)	O tráfico negreiro e acumulação primitiva do capital.	DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo . 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015. HUBERMAN, L. História da riqueza do homem: do feudalismo ao século XXI . 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 316 p. FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade brasileira . São Paulo: Global, 2008.
Desenvolvimento econômico 60 horas (obrigatória)	Atualidades sobre desenvolvimento: inovação tecnológica, distribuição de renda, saúde, educação, sistema financeiro, meio ambiente. Desigualdades (regional, renda, educacional, racial, direitos humanos, gênero e outros) e desenvolvimento. Estratégias de desenvolvimento.	FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil . Editora Nacional, 2003. SEN, Amartia. Desenvolvimento como Liberdade . SP: Companhia das Letras, 2000. WILKINSON, R.; PICKETT, K. O nível: por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos . RJ: Civilização Brasileira, 2015. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Quadro 11 – Componentes curriculares e respectivos tópicos e bibliografias que atendem a legislação específica (Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004).



3- Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

O tema dos Direitos Humanos serão abordados de forma transversal em todo o curso, no entanto, há CCRs obrigatórios que abordarão o tema de forma mais específica, além das atividades de extensão a serem realizadas ao longo do curso.

Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 Direitos Humanos		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Direitos e Cidadania 60 horas (Obrigatório)	Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.	BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Brasília: UnB, 2009.
Desenvolvimento Econômico 60 horas (obrigatório)	Atualidades sobre desenvolvimento: inovação tecnológica, distribuição de renda, saúde, educação, sistema financeiro, meio ambiente. Desigualdades (regional, renda, educacional, racial, direitos humanos, gênero e outros) e desenvolvimento. Estratégias de desenvolvimento.	FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento . RJ: Fundo de Cultura, 1961. SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico . São Paulo: Abril, 1982. VEIGA, J. E.; Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI . – Rio de Janeiro: Garamond, 2010. RAMOS, André de Carvalho. Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
Introdução ao Pensamento Social (Obrigatório)	Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.	GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber. Petrópolis: Vozes, 2005.

Quadro 12 – Componentes curriculares e respectivos tópicos e bibliografias que atendem a legislação específica (Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012).



8.4 Estrutura Curricular:

Curso de graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado <i>Campus Chapecó</i>					Atividades			Aulas na modalidade EAD	TCC *	Total de Horas	Pré- req
					Aulas presenciais						
Nível	Nº	Dom ínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensionista	Teórica	Discente Orientada		
1º nível	01	ES	GCS0760	Introdução à Economia	60					60	
	02	CM	GEX1052	Matemática B	60					60	
	03	ES	GCS0761	Fundamentos de Administração	60					60	
	04	CM	GLA0689	Produção Textual Acadêmica	60					60	
	05	CM	GCH1738	Introdução ao Pensamento Social	60					60	
Subtotal					300					300	
2º nível	06	ES	GCS822	Mercado Financeiro		30		30		60	
	07	ES	GEX1233	Matemática para economistas	60					60	
	08	ES	GCH1994	História Econômica Geral	45			15		60	
	09	CM	GEX1050	Estatística básica	60					60	
	10	ES	GCS825	Contabilidade Introdutória	30			30		60	
	11	ES	GCS826	Extensão econômica I			30			30	
Subtotal					195	30	30	75		330	
3º nível	12	ES	GCS827	Microeconomia I	60					60	07
	13	ES	GEN508	Análise estatística	60					60	
	14	ES	GCS828	Contabilidade Social				60		60	
	15	ES	GCS829	Formação Econômica do Brasil				30		30	
	16	ES	GCS830	Estrutura e Análise de Balanços		30				30	10



Curso de graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado <i>Campus Chapecó</i>					Atividades			Aulas na modalidade EAD	TCC *	Total de Horas	Pré- req
					Aulas presenciais						
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensionista	Teórica	Discente Orientada		
	17	ES	GCS831	Matemática Financeira	60					60	
Subtotal					180	30		90		300	
4º nível	18	ES	GCS832	Microeconomia II	60					60	12
	19	ES	GCS833	Macroeconomia I	60					60	
	20	ES	GCS834	Econometria I	30	30				60	13
	21	ES	GCS835	História do Pensamento Econômico	30			30		60	
	22	ES	GCS836	Finanças Corporativas I	30	30				60	16
	23	ES	GCS837	Extensão econômica II			30			30	
Subtotal					210	60	30	30		330	
5º nível	24	ES	GCS838	Macroeconomia II	60					60	19
	25	CM	GCS0686	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	45			15		60	
	26	ES	GCS839	Mercado de Capitais I		30		30		60	06
	27	ES	GCS840	Finanças Corporativas II	60					60	22
	28	ES	GCS841	Economia Brasileira I				60		60	15
Subtotal					165	30		105		300	
6º nível	29	ES	GCS842	Economia Internacional	60					60	
	30	ES	GCS843	Economia Brasileira II	30			30		60	
	31	ES	GCS844	Contabilidade de custos		60				60	10
	32	ES	GCS845	Mercado de Capitais II		30		30		60	26
	33	ES	GCS846	Extensão econômica III			90			90	



Curso de graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado Campus Chapecó					Atividades			Aulas na modalidade EAD	TCC *	Total de Horas	Pré- req
					Aulas presenciais						
Nível	Nº	Dom ínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensionista	Teórica	Discente Orientada		
Subtotal					90	90	90	60		330	
7º nível	34	ES	GCS847	Desenvolvimento Econômico	60					60	
	35	ES	GCS848	Economia do Setor Público		30		30		60	
	36	CM	CH1737	Iniciação à Prática Científica	45			15		60	
	37	CM	GCS0687	Direitos e Cidadania	45			15		60	
	38	ES	GCS849	Pesquisa Mercadológica				60		60	
Subtotal					150	30		120		300	
8º nível	39	ES	GCS850	Monografia I	15				45	60	18, 24, 27, 30
	40	ES		Optativa I				60		60	
	41	CN		Optativa II				60		60	
	42	CN	GCS525	Fundamentos do Cooperativismo				60		60	
	43	CN	GCS550	Administração e Análise de Projetos	60					60	
	44	ES	GCS876	Extensão econômica IV			30			30	
Subtotal					75		30	180	45	330	
9º nível	45	ES	GCS851	Monografia II		15			165	180	39
	46	ES	GCS852	Economia Monetária				30		30	06, 24
	47	ES		Optativa III				30		30	
	48	CN		Optativa IV	30					30	
	49	ES	GCS853	Administração Estratégica				60		60	



Curso de graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado Campus Chapecó					Atividades			Aulas na modalidade EAD	TCC *	Total de Horas	Pré-req
					Aulas presenciais						
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensionista	Teórica	Discente Orientada		
Subtotal					30	15		120	165	330	
Subtotal Geral					1395	285	180	780	210	2.850	
Atividades Autônomas										120	
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEs)										150	
Total Geral					1395	285	450	780	210	3.120	

CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexo ES – Domínio Específico

a) Atividades descritas conforme previsto no Art. 44 do atual Regulamento da Graduação da UFFS

Rol de componentes optativos:

Curso de graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado Campus Chapecó			Atividades		Total de Horas
			Aulas presenciais	Aulas na modalidade EAD	
Nº	Código	Componente Curricular	Teórica	Teórica	
55	GLA213	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	60		60
56	GCS854	Estudos Avançados em Economia I		60	60
57	GCS855	Estudos Avançados em Economia II	30		30
58	GCS856	Estudos Avançados em Economia III		60	60
59	GCS857	Estudos Avançados em Economia IV		30	30



Curso de graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado <i>Campus Chapecó</i>			Atividades		Total de Horas
			Aulas presenciais	Aulas na modalidade EAD	
Nº	Código	Componente Curricular	Teórica	Teórica	
60	GCS858	Estudos Avançados em Economia V		60	60
61	GCS859	Estudos Avançados em Economia VI		30	30
62	GCS860	Estudos Avançados em Economia VII		60	60
63	GCS861	Estudos Avançados em Economia VIII		30	30
64	GCS862	Estudos Avançados em Economia IX		60	60
65	GCS863	Estudos Avançados em Economia X	30		30
66	GCS864	Estudos Avançados em Economia XI		60	60
67	GCS865	Estudos Avançados em Economia XII		30	30
68	GCS866	Estudos Avançados em Economia XIII		60	60
69	GCS867	Estudos Avançados em Economia XIV	30		30
70	GCS868	Estudos Avançados em Economia XV		60	60
71	GCS869	Estudos Avançados em Economia XVI		30	30
72	GCS870	Estudos Avançados em Economia XVII		60	60
73	GCS871	Estudos Avançados em Economia XVIII		30	30
74	GEX1234	Estudos Avançados em Economia XIX		60	60
75	GEX1235	Estudos Avançados em Economia XX	30		30
76	GCH2000	Direito Digital e Proteção de Dados		30	30



Curso de graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado <i>Campus Chapecó</i>			Atividades		Total de Horas
			Aulas presenciais	Aulas na modalidade EAD	
Nº	Código	Componente Curricular	Teórica	Teórica	
77	GCS872	Empreendedorismo		30	30
78	GCH2001	Noções de Direito Público e Privado		30	30
79	GCS873	Direito Empresarial		30	30
80	GEX1236	Ciência de dados		30	30
81	GCS874	Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais		30	30
82	GCS875	Mercado de Derivativos		30	30



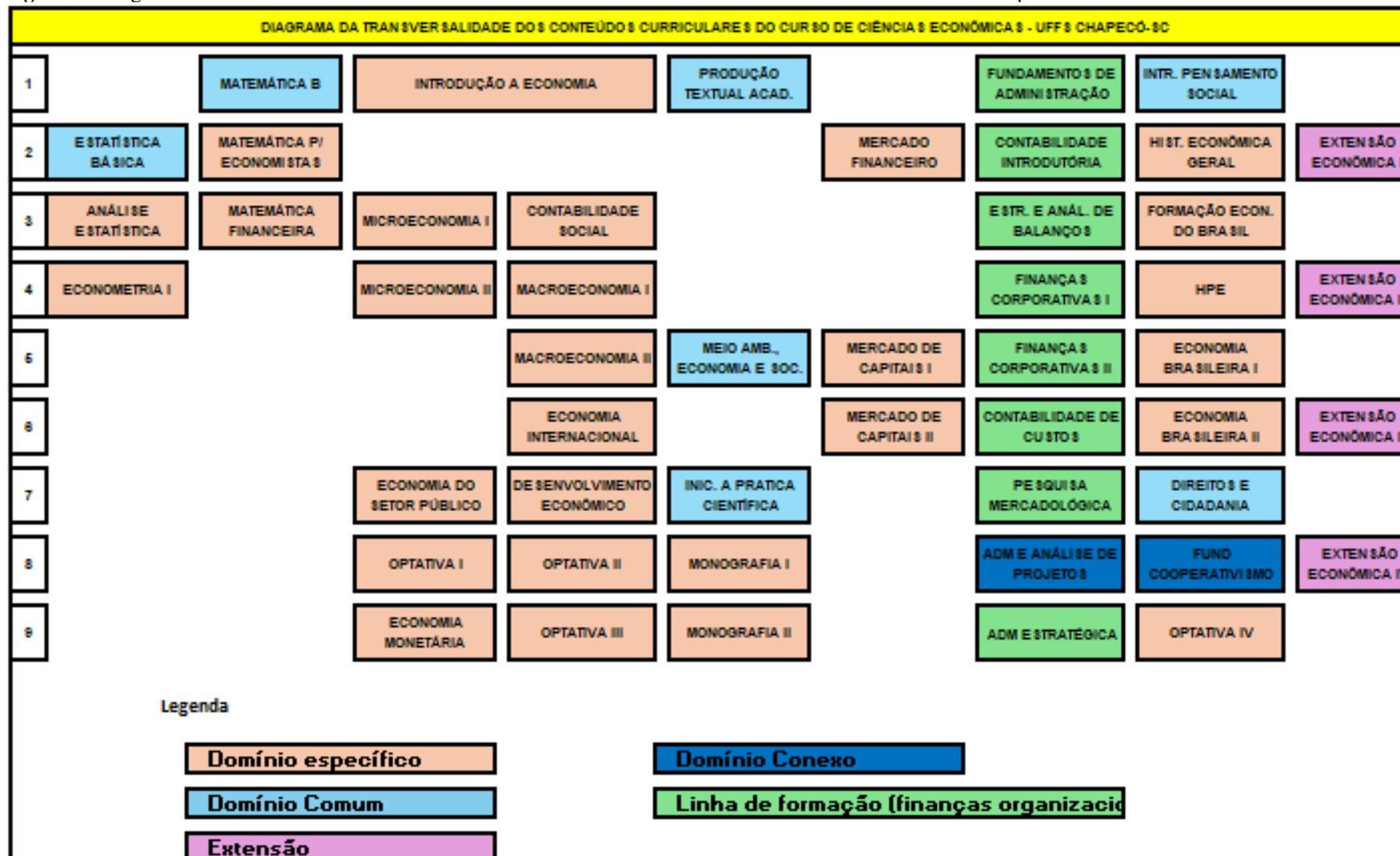
8.5 Resumo da carga horária das atividades a distância, AA, TCC e ACE.

Resumo de Carga horária de Estágio, ACC, TCC e Atividades Semipresenciais	Carga horária (horas)
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	240
Atividades Autônomas (AA)	120
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACE)	330
Atividades à distância*	780



8.6 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica)

Figura 1 - Diagrama da Transversalidade dos Conteúdos Curriculares do Curso de Ciências Econômicas – UFFS Chapecó





8.7 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura curricular do curso:

8.7.1 Estágios curriculares supervisionados

O curso não possui estágio curricular supervisionado obrigatório.

8.7.2 Atividades Autônomas (Normatização no ANEXO I)

Atividades Autônomas são aquelas realizadas pelo acadêmico, de sua livre escolha, desde que vinculadas à sua formação e que possibilitam a complementação dos conteúdos ministrados no curso e/ou atualização de temas emergentes ligados à Ciência Econômica, ao mesmo tempo em que favoreçam a prática de estudos independentes, transversais e/ou interdisciplinares, bem como o desenvolvimento das habilidades comportamentais, políticas e sociais, auxiliando na consolidação do perfil do egresso.

Os objetivos gerais das Atividades Autônomas são os de flexibilizar o currículo obrigatório, aproximar o acadêmico da realidade social e profissional e propiciar-lhes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre comunidade e Universidade, por meio da participação do acadêmico em atividades que visem à formação profissional e cidadã.

Estas atividades propiciam ao curso a flexibilidade exigida pelas Diretrizes Curriculares. Esta flexibilidade também ocorre por meio dos CCRs optativos oferecidos pelo curso; estas, no entanto, são previamente definidas em relação às suas denominações e conteúdos programáticos.

As Atividades Autônomas AAs do Curso de Ciências Econômicas da UFFS têm uma carga horária mínima prevista de 120 horas e estão divididas em nove modalidades, conforme indicado no Regulamento das AAs (Anexo). Caberá ao Colegiado acompanhar a formação do aluno, orientando a definição dessas atividades e a regulamentação para o seu aproveitamento. As AAs do curso não podem ser integralizadas em uma única modalidade.

As atividades somente serão aceitas quando realizadas após o ingresso do acadêmico na Universidade. Tais atividades poderão ser comprovadas pelos respectivos comprovantes da realização em cada semestre letivo, conforme documentos comprobatórios expostos no Regulamento.



As AAs serão avaliadas e reconhecidas, semestralmente, por comissão composta de 03 (três) professores do curso, indicada pelo respectivo colegiado e instituída pelo coordenador do curso.

8.7.3 Trabalho de Conclusão de Curso (Normatização no ANEXO II)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na elaboração de monografia pelo aluno com defesa em banca. A elaboração do TCC é estruturada como um trabalho de pesquisa econômica, preferencialmente voltado para finanças organizacionais ou mercado de capitais. O trabalho será elaborado na fase final do curso em âmbito dos componentes curriculares Monografia I, em que o aluno elaborará o projeto de pesquisa a ser desenvolvido, e o componente curricular Monografia II, pelo qual realizará a pesquisa propriamente dita. Os dois componentes totalizam 240 horas.

Ao final da pesquisa, o acadêmico apresentará/defenderá sua monografia perante banca composta por três professores da área, conforme regulamento do trabalho de conclusão (monografia) em anexo.

8.7.4 Atividades de inserção da Extensão e Cultura no currículo (Normatização no ANEXO III)

Entende-se por Atividades Curriculares Complementares de Extensão (ACEs) - do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, aquelas realizadas pelo acadêmico, de livre escolha, desde que atendidos os seguintes requisitos: i) sejam realizadas sob a coordenação e/ou orientação docente; ii) que promovam o envolvimento da comunidade regional como público abrangido pela ação; iii) que se vinculam a formação do estudante às atividades que proporcionem o desenvolvimento da formação geral e do perfil do egresso almejado.

As ACEs propiciam ao curso uma flexibilidade e complementaridade exigida pelas Diretrizes Curriculares e tem como objetivo ampliar e complementar o currículo obrigatório do curso, aproximar o acadêmico da realidade social e profissional; propiciar aos acadêmicos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre comunidade e Universidade, por meio da participação do acadêmico em atividades que visem à formação profissional e para a cidadania e desenvolver habilidades comportamentais, políticas e sociais, auxiliando na consolidação do perfil do egresso.

As ACEs têm uma carga horária mínima prevista de 330 horas e estão divididas em



seis modalidades, conforme Regulamento (Anexo). Na oferta dessas modalidades, está prevista a presença de 4 CCRs, nos níveis 2, 4, 6 e 8. Os CCRs servem como um meio aglutinador dos projetos e ações de extensão do curso de Ciências Econômicas. Ao se matricular nos CCRs de extensão, os estudantes passam a se vincular a um ou mais projetos, em que desenvolverão ações ao longo do semestre letivo, permitindo oportunidade para que todos os estudantes participem de forma efetiva e que tais ações estejam vinculadas aos conteúdos estudados no curso, sob supervisão direta de um professor. Para além desses CCRs, o estudante poderá desenvolver outras modalidades de ACEs previstas no regulamento, permitindo a flexibilidade curricular necessária.

Importante destacar que o desenvolvimento das ações extensionistas do curso estão integradas de forma indissociável com as atividades de ensino e pesquisa do curso, possuindo portanto como linhas de extensão prioritária: desenvolvimento regional, desenvolvimento rural e questão agrária, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento urbano, direitos individuais e coletivos, empreendedorismo, emprego e renda, espaços de ciência, gestão institucional, gestão pública, inovação tecnológica, organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares, questões ambientais e temas específicos desenvolvimento humano.

Com base na composição da estrutura curricular, compor um quadro com a forma e a respectiva carga horária que atenderá a inserção da extensão e da cultura:

	Carga horária (horas)
CCR Integral em atividades de extensão e cultura	180
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura	150
Total na modalidade extensão e cultura	330

Quadro 13 Atividades de Extensão e Cultura



8.8 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares

8.8.1 Componentes curriculares de oferta regular

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0760	INTRODUÇÃO À ECONOMIA	60
EMENTA		
Noções básicas de economia: escassez, fatores de produção, fluxo circular e o funcionamento da economia, bens econômicos, mensuração da atividade econômica. Mercado, sistemas de preços e planejamento. Introdução ao sistema financeiro, o setor público e o setor externo. Introdução aos principais aspectos do desenvolvimento econômico.		
OBJETIVO		
Possibilitar ao acadêmico o entendimento acerca dos conceitos e princípios de economia; além de entender a evolução do pensamento econômico, das teorias microeconomia e macroeconômica e, de forma geral, o funcionamento da economia internacional. Apresentar as funções e estrutura do setor público e compreender o conceito de desenvolvimento econômico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. Introdução à economia . Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.		
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. Manual de introdução à economia . Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2006.		
GREMAUD, Amaury Patrick; AZEVEDO, Paulo Furquim de; DIAZ, Maria Dolores Montoya. Introdução à economia . São Paulo: Atlas, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia (Edição Compacta). São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.		
ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia . São Paulo: Atlas, 2003.		
ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia . Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2004.		
SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. Economia . Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2004.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1052	MATEMÁTICA B	60
EMENTA		
Operações com números reais. Equação de 1º e 2º grau. Grandezas proporcionais. Juro simples. Equação exponencial e logarítmica. Juro composto. Função: constante, polinomial de 1º e 2º grau, exponencial e logarítmica. Noções de geometria. Noções de trigonometria.		
OBJETIVO		
Utilizar conceitos e procedimentos matemáticos para analisar dados, elaborar modelos, resolver problemas e interpretar suas soluções em situações concretas relacionadas à vida do cidadão e do curso. Sintetizar, deduzir, elaborar hipóteses, estabelecer relações e comparações, detectar contradições, decidir, organizar, expressar-se e argumentar com clareza e coerência utilizando elementos de linguagem matemática.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DEMANA, D. F. et al. <i>Pré-Cálculo</i> . São Paulo: Addison Wesley, 2009.		
DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Plana . 8. ed. São Paulo: Atual, 2005. 9 v.		
_____. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Espacial . 6. ed. São Paulo: Atual Editora, 2005. 10 v.		
IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Conjuntos, Funções . 8. ed. São Paulo: Atual, 2010. 1 v.		
IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Logaritmos . 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. 2 v.		
_____. Fundamentos de matemática elementar: Matemática Comercial . São Paulo: Atual, 2004. 11 v.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANTON, H. Cálculo . 8. ed. São Paulo: Bookman, 2007. 1 v.		
BARBOSA, J. L. M. Geometria Euclidiana Plana . Rio de Janeiro: SBM, 2000. (Coleção do Professor de Matemática).		
CARVALHO, P. C. P. Introdução à Geometria Espacial . Rio de Janeiro: SBM, 2000. (Coleção do Professor de Matemática).		
FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A . 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.		
LEITHOLD, L. Cálculo com geometria analítica . 3. ed. SP: HARBRA, 1994. 1 v.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA0689	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	60
EMENTA		
Compreensão, produção e circulação de textos orais e escritos da esfera acadêmica e profissional: seminário, resenha, artigo. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos e técnicos. Tópicos gramaticais. Revisão textual.		
OBJETIVO		
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica e profissional.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.		
CITELLI, Adilson. O texto argumentativo. São Paulo: Scipione, 1994.		
MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília S. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.		
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.		
MEDEIROS, João B. Redação científica. São Paulo: Atlas, 2009.		
MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.		
SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. São Paulo: Ática, 2005.		
COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade. SP: Martins Fontes, 2006.		
COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita. Campinas: Pontes, 2002.		
FARACO, C. A.; TEZZA, C. Oficina de texto. Petrópolis: Vozes, 2003.		
GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008.		
KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos. SP: Contexto, 1997.		
_____. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2009.		
SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos. Petrópolis: Vozes, 2002.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1738	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	60
EMENTA		
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005.		
LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas : das origens a Max Weber. Petrópolis: Vozes, 2005.		
LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988.		
TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo: Unesp, 2008.		
CORCUFF, Philippe. As novas sociologias : construções da realidade social. Bauru: EDUSC, 2010.		
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008.		
GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999.		
LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.		
MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994.		
OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0761	FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO	60
EMENTA		
Introdução à administração: conceitos básicos. Funções gerenciais: planejamento, organização, comando, coordenação e controle. Áreas da Administração: geral, produção, marketing, finanças e recursos humanos. Noções de planejamento.		
OBJETIVOS		
Apresentar os fundamentos da ciência administrativa para que o estudante de Economia tenha uma visão geral de uma organização e suas principais áreas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2007.		
DAFT, Richard. Administração. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.		
LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto Luiz J. Administração: princípios e tendências. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.		
MAXIMIANO, Antônio C. A. Introdução à administração. 8. ed. SP: Atlas, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DAFT, Richard L. Organizações: teoria e projetos. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.		
HUNTER, James C. O monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.		
JONES, Gareth R. Teoria das organizações. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.		
MONTANA, Patrick J.; CHARNOV, Bruce H. Administração. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		
ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. Fundamentos de administração. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.		
SOBRAL, Filipe; PECI, Alketa. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013.		
STONER, James Arthur Finch; FREEMAN, R. Edward. Administração. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1233	MATEMÁTICA PARA ECONOMISTAS	60
EMENTA		
O conceito de limite para funções: principais teoremas; Continuidade. Derivada. Cálculo de derivadas. Aplicações de derivadas: máximos e mínimos; Otimização condicionada e não-condicionada (método de Lagrange). Integrais: definida e indefinida e técnicas de integração. Aplicações gerais.		
OBJETIVO		
Desenvolver a habilidade na utilização da linguagem matemática, através do cálculo, da álgebra linear e da análise estática, com destaque para os problemas de otimização, para compreender a construção dos modelos econômicos.		
REFERÊNCIA BÁSICA		
ANTON, Howard; BIVENS, Irl & DAVIS, Stephen. Cálculo: Um Novo Horizonte , vol. 1. Porto Alegre: Bookman, 2007.		
CHIANG, Alpha C. & WAINWRIGHT, Kevin. Matemática para Economistas . Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2006. Tradução da 4 ed.		
SIMON, Carl P. & BLUME, Lawrence. Matemática para Economistas . Porto Alegre: Bookman, 2004.		
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR		
ANTON, Howard; RORRES, Chris. Álgebra Linear com Aplicações . Porto Alegre: Bookman, 2007. 8a ed.		
IEZZI, G. & HAZZAN, S. Fundamentos da Matemática Elementar (vol. 4) - 6ª ed. São Paulo: Atual, 1993.		
LEITHOLD, L. Matemática aplicada à economia e administração . São Paulo: Harbra, 1988.		
IAN, JACQUES. Matemática para economia e administração - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.		
MORETTIN, P. A. Introdução ao cálculo para administração, economia e contabilidade São Paulo: Saraiva, 2009.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS822	MERCADO FINANCEIRO	60
EMENTA		
Poupança, investimento e intermediação financeira. Mercados financeiros. Sistema Financeiro Nacional: estrutura e instituições financeiras. Produtos financeiros. Investidores Institucionais. Ativos Financeiros. Supervisão financeira. Análise de Risco. Introdução à microeconomia bancária.		
OBJETIVO		
Compreender os diversos mercados, produtos e suas inter-relações existentes no Sistema Financeiro Nacional.		
REFERÊNCIA BÁSICA		
ASSAF NETO, A. Mercado Financeiro, 3ª ed. São Paulo, Editora Atlas S/A, 2000. MISHKIN, F. S. Moedas, Bancos e Mercados Financeiros. 5ª ed. RJ: LTC, 2000. PINHEIRO, J. L. Mercado de capitais: fundamentos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.		
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR		
CARVALHO, F. J. C de. Et al. Economia monetária e financeira: teoria e prática. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007. FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços. 16ª ed. RJ: Qualitymark, 2005. FERREIRA, F. M. R.; MEIRELLES, B. B. (Orgs.) Ensaio sobre economia financeira. RJ: BNDES, 2009. MELLAGI FILHO, A.; ISHIKAWA, S. Mercado financeiro e de capitais. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. STIGLITZ, J. Rumo a um novo paradigma em economia monetária. SP: Francis, 2004.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1050	ESTATÍSTICA BÁSICA	60
EMENTA		
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.		
OBJETIVO		
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e, sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.		
BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011.		
CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.		
SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística para cursos de engenharia e informática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005.		
CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões . 2. ed. Rj: Elsevier, 2006.		
GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. Quantificação em Geografia . São Paulo: DIFEL, 1981.		
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005.		
MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.		
MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.		
SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.		
SPIEGEL, M. R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.		
TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.		
VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de Estatística . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1994	HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	60
EMENTA		
A transição do feudalismo ao capitalismo. O mercantilismo e a formação dos Estados Nacionais modernos. O tráfico negreiro e acumulação primitiva do capital. A Revolução Industrial e suas consequências. As crises cíclicas e a transição ao capitalismo monopolista. A crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial. A economia do pós-guerra e a nova ordem econômica mundial.		
OBJETIVO		
Examinar a natureza, o funcionamento e as origens das economias capitalistas, identificando a história como uma forma de abordagem dos problemas econômicos. Discutir as diversas experiências históricas e as influências mútuas exercidas pelas diferentes regiões.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDERSON, P. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . São Paulo: Brasiliense, 1982. DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo . 9. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015. LANDES, D. S. Prometeu Desacorrentado . Rio de Janeiro, editora Campus, 2005. FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade brasileira . São Paulo: Global, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BEAUD, M. A História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias . São Paulo, Brasiliense, 1994. BRAUDEL, F. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII , Martins Fontes, São Paulo, 1996. HOBSBAWM, E. J. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo . 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. HUBERMAN, L. História da riqueza do homem: do feudalismo ao século XXI . 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 316 p. POLANYI, K. A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época . Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS825	CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA	60
EMENTA		
Contabilidade: conceito, objetivo, objeto, finalidade, técnica e campo de aplicação. Patrimônio: ativo, passivo e patrimônio líquido. Apuração do resultado do exercício. Plano de contas (elementos patrimoniais e elementos de resultado). Balanços sucessivos. Partidas dobradas. Princípios e regimes contábeis. Demonstrações contábeis: estrutura e elaboração.		
OBJETIVOS		
Compreender os principais procedimentos e relatórios contábeis, levando-se em conta os diferentes usuários e as informações de que necessitam para construção de orçamento empresarial e tomar decisões.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores : para as áreas de administração, economia, direito e engenharia. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
MARION, José Carlos. Contabilidade básica . 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial . 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica fácil . 29.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R.; SANTOS, Ariovaldo dos. Manual de contabilidade societária : aplicável a todas as sociedades. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2013.		
MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis : contabilidade empresarial. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
MARION, José Carlos. Contabilidade rural : contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.		
MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços : abordagem básica e gerencial. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
SILVA, César Augusto Tibúrcio. TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade básica . 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS826	EXTENSÃO ECONÔMICA I	30
EMENTA		
<p>Projetos de extensão universitária relacionados às atividades econômicas. Os projetos de extensão buscarão proporcionar aos estudantes oportunidades de atuação em projetos que abordem temas como políticas públicas, sustentabilidade ambiental, agricultura familiar, economia solidária, planejamento econômico, mercado financeiro, desenvolvimento econômico, finanças pessoais e empresariais, fortalecendo a capacidade analítica e crítica dos discentes e gerando impacto positivo no entorno social e econômico.</p>		
OBJETIVO		
<p>Promover a integração entre a universidade e a comunidade por meio de projetos de caráter misto, com parte voltada ao ensino para capacitar os acadêmicos e parte direcionada à extensão universitária. Busca-se aplicar de forma prática os conhecimentos adquiridos no curso de Ciências Econômicas, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social tanto do país quanto da comunidade regional.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>DIAS SOBRINHO, José. Universidade e sociedade: educação superior, extensão e cidadania. Florianópolis: Insular, 2005.</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Extensão universitária: parceria da universidade com a sociedade. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>MACHADO, Lucília Regina de Souza (Org.). Extensão universitária e sociedade: temas, conceitos e práticas em debate. Campinas: Autores Associados, 2014.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>As referências serão específicas para cada projeto de extensão.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS827	MICROECONOMIA I	60
EMENTA		
Métodos em Microeconomia. Teoria do consumidor: preferência, utilidade, escolha, preferência revelada, restrição orçamentária e excedente do consumidor. Demanda individual e de mercado. Elasticidade. Excedente do Consumidor. Teoria da firma: tecnologia, custo de produção no curto e longo prazo e minimização de custos.		
OBJETIVO		
Apresentar uma visão sistematizada do processo de tomada de decisão do consumidor e da firma em mercados diferenciados que permita ao aluno entender a atividade econômica que percebemos diariamente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
McGUIGAN, J.R.; MOYER, R. C.; HARRIS, F.H. de B. Economia de empresas: aplicações, estratégia e práticas . SP: Pioneira Thomson Learning, 2004.		
PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia . 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 711 p. ISBN 8587918117		
VARIAN, Hal R.. Microeconomia: princípios básicos, uma abordagem moderna . Rio de Janeiro: Campus, c1999. 740 p. ISBN 85-352-0439-3		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CHIANG, Alpha C.; WAINWRIGHT, Kevin. Matemática para economistas . Tradução da 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006. 659 p.		
EATON, B. C.; EATON, D. F. Microeconomia . São Paulo: Saraiva, 1999. 606 p.		
PINHEIRO, R. M. (Org.) et al. Comportamento do consumidor e pesquisa de mercado . Rio de Janeiro: FGV, 2006. 164p.		
STIGLITZ, J. E.; WALSH, C. E.. Introdução à microeconomia . RJ: Campus, 2003.		
VASCONCELLOS, M. A. S. de; OLIVEIRA, R. G. de. Manual de microeconomia . 2. ed. SP: Atlas, 2000. 317 p. ISBN 85-224-1330-4		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS828	CONTABILIDADE SOCIAL	60
EMENTA		
Conceitos gerais. Agregados macroeconômicos e identidades contábeis para a economia nacional. Contas econômicas integradas e as tabelas de recursos e usos para a economia nacional. Contas econômicas integradas por setor institucional. Balanço de pagamentos. Contas monetária e financeiras. Números índices. Matriz insumo produto.		
OBJETIVOS		
Proporcionar aos alunos o conhecimento dos sistemas contábeis de estatísticas econômicas oficiais (contas nacionais, balanço de pagamentos, contas monetárias e financeiras) e seus instrumentos básicos (matriz insumo-produto e números índices).		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FEIJÓ, C. A.; RAMOS, R. L. O. (ORGs.). Contabilidade Social : referência atualizada das contas nacionais do Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.		
ROSSETTI, J. P. Contabilidade Social . 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 1995.		
PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. A Nova Contabilidade Social . 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BERNI, D. A. LAUTERT, V. Mesoeconomia : a mensuração do esforço produtivo da sociedade. Porto Alegre: Bookman, 2011		
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas nacionais. 2022.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEN508	ANÁLISE ESTATÍSTICA	60
EMENTA		
Probabilidade. Variáveis aleatórias. Distribuições de Probabilidade: principais modelos. Amostragem. Estimativa de parâmetros. Testes de hipóteses. Análise de correlação e de regressão linear. Análise da variância.		
OBJETIVO		
Viabilizar ao aluno o conhecimento básico dos conceitos de inferência estatística e de relacionamento entre variáveis, possibilitando ao futuro economista a tomada de decisão baseada em dados.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 9. ed. Florianópolis: UFSC, 2014.		
BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística básica . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.		
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística . 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.		
HOFFMAN, R. Estatística para economistas . 4ª ed. SP: Cengage, 2006.		
MOORE, David S. A estatística básica e sua prática . 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.		
TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DOWNING, Douglas; CLARK, Jeffrey. Estatística aplicada . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.		
FONSECA, J. S. da; MARTINS, G. de A.; TOLEDO, G. L. Estatística aplicada . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 266 p.		
KAZMIER, L. J. Estatística aplicada à economia e administração . São Paulo: Makron Books, 2004.		
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.		
LARSON, Ron; FARBER, Elizabeth. Estatística aplicada . 4. Ed. São Paulo: Pearson, 2010.		
LEVINE, Davi et al. Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em Português . 6. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.		
SHARPE, Norean R.; DE VEAUX, Richard D.; VELLEMAN, Paul F. Estatística aplicada - Administração, Economia e Negócios . Local. Porto Alegre: Bookman, 2011.		
SPIEGEL, M. R. Estatística . 4. ed. São Paulo: Makron Books, 2009.		
SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A.; ANDERSON, David R. Estatística aplicada à administração e economia . 3. ed. São Paulo: Cengage, 2014.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS830	ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS	30
EMENTA		
Estrutura das demonstrações contábeis. Ajustes nas demonstrações contábeis para análise de indicadores. Decisões administrativas com base no Sistema de Informações Contábeis e gerenciais. Cálculo e interpretação dos principais quocientes ou índices de liquidez, endividamento, atividade e rentabilidade. Análise financeira e econômica. Conceituação e uso dos principais indicadores. Análise horizontal e vertical. Análise de indicadores combinados. Avaliação de desempenho empresarial. Indicadores de insolvência.		
OBJETIVO		
Conhecer, calcular, interpretar e analisar os demonstrativos contábeis e seus indicadores.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços . 7.ed. São Paulo: Atlas, 1998.		
MATARAZZO, Dante Carmine. Análise Financeira de Balanços . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.		
MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis . 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços . 9.Ed. São Paulo: Atlas, 2007.		
EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA-USP. Contabilidade Introdutória . 9. ed. SP: Atlas, 1998		
FRANCO, Hilario. Contabilidade Geral . 23 ed. São Paulo: Atlas, 1998.		
IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade . 6.ed. São Paulo: Atlas,2000.		
SILVA. José Pereira da. Análise financeira das demonstrações contábeis . São Paulo: Atlas. 2006.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS829	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	30
EMENTA		
<p>O debate em torno da herança colonial: grandes interpretações sobre a formação econômica brasileira (1500-1808). Os fundamentos da ocupação territorial e econômica e o sentido do povoamento. Formação do Estado Nacional (1750-1822). Os sistemas sócios produtivos e os ciclos econômicos da produção escravista: produção açucareira, agricultura de subsistência, pecuária e mineração (1822-1888). A formação do capital industrial (1888-1930). A crise do sistema colonial e ascensão do sistema econômico-produtivo cafeeiro.</p>		
OBJETIVO		
<p>Examinar as principais características da economia brasileira, desde a fase colonial até os anos iniciais do século XX, privilegiando as seguintes diretrizes: as mudanças estruturais na economia; as políticas econômicas e os agentes sociais; a inserção do país no cenário internacional. A bibliografia utilizada ressalta as interpretações e controvérsias das principais transformações ocorridas naquele período.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>MELLO, J. M. C. de. O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 11. ed. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2023.</p> <p>FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Editora Nacional, 2003.</p> <p>PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. 364 p.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: Edu sp, 2003</p> <p>FREYRE, G. Casa Grande e Senzala. São Paulo, editora Global, 2005.</p> <p>GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. 5. ed. rev. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. 650 p.</p> <p>HOLANDA, S. B. de. Visão do Paraíso: Motivos Endêmicos no Descobrimento e Colonização. São Paulo, editora Brasiliense, 1996.</p> <p>HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.</p> <p>NOVAIS, F. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial. São Paulo: Brasiliense, 1998.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS831	MATEMÁTICA FINANCEIRA	60
EMENTA		
Capitalizações simples e composta. Descontos simples e compostos. Rendas certas. Rendas variáveis. Equivalência de fluxos de caixa. Noções de análise de investimento (TIR, VPL, <i>pay-back</i> e outros métodos). Correção monetária. Amortização de empréstimos.		
OBJETIVO		
Compreender e aplicar o conceito de juros na solução de problemas de empréstimos e investimentos de capital, e outras ferramentas de suporte à tomada de decisão financeira.		
REFERÊNCIA BÁSICA		
ASSAF NETO, A. Matemática Financeira e suas aplicações . 7. ed. SP: Atlas, 2002.		
CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKE, B. H. Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial . 11. ed. São Paulo: R. dos Tribunais, 2010.		
HAZZAN, S.; POMPEO, J. N. Matemática financeira . São Paulo: Saraiva, 2001.		
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR		
BRUNI, Adriano Leal, FAMÁ, Rubens. Matemática Financeira com HP12C e EXCEL . 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKE, B. H. Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial . 8. ed. São Paulo: R. dos Tribunais, 1998.		
CASTELO BRANCO, Anisio Costa. Matemática financeira aplicada: com valiosos exemplos de aplicação do método algébrico, de calculadora financeira e do programa microsoft excel . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.		
CRESPO, A. A. Matemática Comercial Financeira Fácil . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.		
IEZZI, G.; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D. Fundamentos de Matemática Elementar, 11: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva . 1. ed. São Paulo: Atual, 2004.		
PUCCINI, A. de L. Matemática financeira: objetiva e aplicada . 7. ed. SP: Saraiva, 2004.		
SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática financeira: aplicações a análise de investimentos . 3. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS832	MICROECONOMIA II	60
EMENTA		
Fundamentos teóricos e princípios básicos da abordagem Neoclássica referente aos principais modelos de concorrência imperfeita: Monopólio, Concorrência Monopolística e Oligopólio. Equilíbrio geral e falhas de mercado. O bem-estar econômico. Introdução a Teoria dos Jogos.		
OBJETIVO		
Fornecer os elementos básicos da análise microeconômica do comportamento das firmas na determinação dos preços nas várias estruturas de mercado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
EATON, B. C.; EATON, D. F. Microeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999. 606 p.		
PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia . 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 711 p. ISBN 8587918117		
VARIAN, Hal R. Microeconomia: princípios básicos, uma abordagem moderna . Rio de Janeiro: Campus, c1999. 740 p. ISBN 85-352-0439-3		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CHIANG, A. C. Matemática para economistas . SP: McGraw-Hill, 1982. 684 p.		
FIANI, R. Teoria dos Jogos. 3ª ed. RJ: Campus, 2009.		
STIGLITZ, J. E.; WALSH, C. E.. Introdução à microeconomia . RJ: Campus, 2003.		
VASCONCELLOS, M. A. S. de; OLIVEIRA, R. G. de. Manual de microeconomia . 2. ed. SP: Atlas, 2000. 317 p. ISBN 85-224-1330-4		
WESSELS, W. J. Microeconomia: teoria e aplicações . São Paulo: Saraiva, 2002		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS833	MACROECONOMIA I	60
EMENTA		
Introdução à macroeconomia: Variáveis Macroeconômicas. Modelo Clássico de Determinação da Renda. Modelo Keynesiano de Determinação da Renda. A Síntese Neoclássica e o Modelo IS-LM.		
OBJETIVOS		
Proporcionar aos acadêmicos uma compreensão abrangente das principais variáveis macroeconômicas e dos modelos teóricos que explicam a determinação da renda, incluindo o Modelo Clássico, o Modelo Keynesiano e a Síntese Neoclássica com ênfase no modelo IS-LM, capacitando-os a analisar e interpretar fenômenos econômicos contemporâneos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. FROYEN, R. T. Macroeconomia . São Paulo: Saraiva, 1999. LOPES, A. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de macroeconomia: básico e intermediário . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
MANKIWI, N. G. Introdução à economia . São Paulo: Cengage Learning, 2009. PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia . 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. ROSSETTI, J. P. Introdução à economia . São Paulo: Atlas, 2002. PINHO, D. B. et al. Manual de Economia . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0687	DIREITOS E CIDADANIA	60
EMENTA		
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.		
OBJETIVO		
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992.		
CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.		
MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005.		
SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.		
TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1995.		
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.		
DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: UnB, 2009.		
DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003.		
DALLARI, D. A. Elementos de teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995.		
FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado . 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.		
HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Repa. São Paulo: 34, 2003.		
IANNI, O. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.		
LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . São Paulo: UNESP, 2004.		
MORAES, Alexandre. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2009.		
MORAIS, José Luis Bolzan de. Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.		
NOBRE, Marcos. Curso livre de teoria crítica . Campinas, SP: Papyrus, 2008.		



PINHO, R. C. R. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais. SP: Saraiva, 2006.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS835	HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO	60
EMENTA		
Mercantilismo e Fisiocracia. O pensamento dos autores clássicos: Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus e J.B. Say. A Economia Marxista. Críticas à Economia Clássica: a Escola Histórica Alemã. A Escola Marginalista. A Teoria Geral de John Maynard Keynes. Os Pós-Keynesianos. A Síntese Neoclássica. A abordagem monetarista e a economia monetária da produção. Schumpeter e a construção do pensamento evolucionista. Os Novo-Clássicos. Os Novos-Keynesianos.		
OBJETIVO		
Introduzir o acadêmico ao estudo das principais obras e autores das escolas do pensamento econômico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRUE, S. L. História do pensamento econômico . São Paulo: Thompson, 2007.		
FEIJO, R. História do pensamento econômico . São Paulo: Atlas, 2007.		
HUNT, E. História do Pensamento Econômico . Rio de Janeiro: Campus, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
GALBRAITH, J. K. O Pensamento Econômico em Perspectiva – uma história crítica . São Paulo: Pioneira, 1989.		
MARSHALL, A. Princípios de Economia: tratado introdutório . São Paulo: Nova Cultural, 1988.		
MILL, J. S. Princípios de Economia Política . São Paulo: Nova Cultural, 1988.		
POLANYI, K. A Grande Transformação: as origens da nossa época . Rio de Janeiro: Campus, 2000.		
SCHUMPETER, J. A História da Análise Econômica . Rio de Janeiro: Centro de Publicações Técnicas da Aliança, 1964.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS836	FINANÇAS CORPORATIVAS I	60
EMENTA		
Significado e objetivo da administração financeira. Administração do ativo circulante e do passivo circulante. Planejamento e administração do capital de giro. Alavancagem financeira e operacional. Planejamento da estrutura de capital. Fontes de financiamento. Decisões sobre o destino do lucro. Política de dividendos.		
OBJETIVO		
Conhecer e compreender as técnicas e ferramentas de finanças corporativas, com ênfase no gerenciamento financeiro de curto prazo e na gestão do capital das organizações.		
REFERÊNCIA BÁSICA		
GITMAN, L.J. Princípios de Administração Financeira . São Paulo: Harbra, 1997. MARION, J.C. Análise das demonstrações contábeis . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002. LIMA, Fabiano Guasti, ASSAF NETO, Alexandre. Fundamentos de administração financeira . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014.		
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR		
ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. Curso de Administração Financeira . São Paulo: Atlas, 2009. ASSAF NETO, A, SILVA, C. A T. Administração do Capital de Giro . 2ed. São Paulo: Atlas, 2002. DAMODARAN, A. Avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo . 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010. SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas . 12. Ed. São Paulo: Atlas, 2013. SOUZA, Acilon Batista. Curso de Administração Financeira e Orçamento: princípios e aplicações . São Paulo: Atlas, 2014.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS841	ECONOMIA BRASILEIRA I	60
EMENTA		
<p>Primeira República: do encilhamento à I Guerra Mundial. As políticas de valorização do café e câmbio. O Brasil no período entre Guerras. Crescimento e estagnação nos anos 20. A crise de 29. A economia brasileira no período 1930-45. O Estado desenvolvimentista. A economia brasileira nos anos do “desenvolvimentismo” 1951-1974. O debate sobre industrialização e substituição de importações. Relações internacionais. Os problemas estruturais.</p>		
OBJETIVOS		
<p>Examinar as principais características da economia brasileira, entre os anos iniciais da Primeira República (1889) até o início da década de 1970, período marcado pelo auge e crise da atividade primário-exportadora, assim como pelo crescimento industrial, privilegiando as seguintes diretrizes: as mudanças estruturais na economia; as políticas econômicas e os agentes sociais; a inserção do país no cenário internacional.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ABREU, M. P. (org.) 1989. A Ordem do Progresso cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 445 p.</p> <p>TAVARES, M. C. Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Zahar Editoras, Rio de Janeiro, 1983.</p> <p>SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. 3. ed. rev. São Paulo: Hucitec, 2021. 388 p.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954). São Paulo: Hucitec, 2014.</p> <p>LUZ, N. V. A luta pela industrialização no Brasil: 1808-1930. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.</p> <p>MELLO, J. M. C. de. O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 11. ed. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2023.</p> <p>OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista/o ornitorrinco. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.</p> <p>VILLELA, A. Dos “Anos Dourados” de JK à crise não resolvida. In: GIAMBIAGI, F. et. al. Economia brasileira contemporânea. Elsevier, 2005.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS837	EXTENSÃO ECONÔMICA II	30
EMENTA		
<p>Projetos de extensão universitária relacionados às atividades econômicas. Os projetos de extensão buscarão proporcionar aos estudantes oportunidades de atuação em projetos que abordem temas como políticas públicas, sustentabilidade ambiental, agricultura familiar, economia solidária, planejamento econômico, mercado financeiro, desenvolvimento econômico, finanças pessoais e empresariais, fortalecendo a capacidade analítica e crítica dos discentes e gerando impacto positivo no entorno social e econômico.</p>		
OBJETIVO		
<p>Promover a integração entre a universidade e a comunidade por meio de projetos de caráter misto, com parte voltada ao ensino para capacitar os acadêmicos e parte direcionada à extensão universitária. Busca-se aplicar de forma prática os conhecimentos adquiridos no curso de Ciências Econômicas, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social tanto do país quanto da comunidade regional.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>DIAS SOBRINHO, José. Universidade e sociedade: educação superior, extensão e cidadania. Florianópolis: Insular, 2005.</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Extensão universitária: parceria da universidade com a sociedade. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>MACHADO, Lucília Regina de Souza (Org.). Extensão universitária e sociedade: temas, conceitos e práticas em debate. Campinas: Autores Associados, 2014.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>As referências serão específicas para cada projeto de extensão.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS838	MACROECONOMIA II	60
EMENTA		
O lado da oferta: mercado de trabalho, determinação dos salários e dos preços e a taxa natural de desemprego; o modelo de oferta e demanda agregadas; as várias versões da curva de Phillips; inflação e desemprego. Crescimento econômico: teorias neoclássicas das flutuações e do crescimento. Os novos keynesianos e as hipóteses de rigidez nominal e real. Teorias neoclássicas do crescimento econômico: o modelo de Solow; a nova teoria do crescimento.		
OBJETIVO		
Apresentar os princípios macroeconômicos complementares à Macroeconomia I, essenciais para a formação do economista.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 3 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.		
FROYEN, R. T. Macroeconomia . São Paulo: Saraiva, 1999.		
DORNBUSCH, R.; FISHER, S. Macroeconomia . São Paulo: Makron Books do Brasil, 1991.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
LOPES, L. M. & VASCONCELOS, M. A. S. (org.): Equipe de professores da FEA-USP . Manual de macroeconomia: nível básico e intermediário. São Paulo, Atlas, 1998.		
LIMA, G. T. e SICSÚ, J. (Orgs.). Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea . São Paulo: Campus, 1999.		
SIMONSEN, M. H. & CYSNE, R. P. Macroeconomia . 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1995.		
LOPES, A. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de macroeconomia: básico e intermediário . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.I		
VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 4 ed. São Paulo, Atlas, 2007.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS834	ECONOMETRIA I	60
EMENTA		
Modelos de regressão lineares simples e múltipla: estimadores de mínimos quadrados, momentos e máxima verossimilhança. Qualidade do ajuste; Propriedades no modelo clássico; Omissão de explicativas relevantes e interpretação; Inferência: testes de hipótese; Autocorrelação e Heterocedasticidade: conceitos, testes, implicações e inferência. Variáveis binárias dependentes e independentes. Endogenia em modelos de equações simultâneas: estimação e inferência.		
OBJETIVO		
Instrumentalizar os estudantes com as ferramentas básicas da econometria para fins de realizar análises econômicas baseadas em dados.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GUJARATI, D. Econometria Básica , trad. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Campus, 2006.		
STOCK, J.; WATSON, M. Econometria . São Paulo: Pearson, 2004.		
WOOLDRIDGE, J.M. Introdução à Econometria: uma abordagem moderna . São Paulo: Cengage Learning, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
MYNBAEV, K.; LEMOS, A. Manual de Econometria , RJ: FGV, 2004.		
MADDALA, G.S. Introdução à econometria . 3ª ed. RJ: LTC, 2001.		
HOFFMAN, R. Estatística para economistas . 4ª ed. SP: Cengage, 2006.		
PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. Econometria: modelos e previsões (trad 4a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2004		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS839	MERCADO DE CAPITAIS I	60
EMENTA		
Fundamentos da renda variável. Mercado de renda fixa. Mercado de ações e análise de investimentos. Tipos de ações. Formas de negociação na bolsa. Índices do mercado. Abertura de capital (IPO). Governança corporativa. Escolas de análise: fundamentalista e grafista.		
OBJETIVO		
Compreender e analisar criticamente o mercado de ações e suas formas de análise.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ASSAF NETO, A. Mercado Financeiro , 3ª ed. São Paulo, Editora Atlas S/A, 2000.		
MELLAGI FILHO, A.; ISHIKAWA, S. Mercado financeiro e de capitais . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.		
PINHEIRO, J. L. Mercado de capitais: fundamentos e técnicas . São Paulo: Atlas.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BODIE, Z., KANE, A., MARCUS, A.J. Fundamentos de investimentos . Porto Alegre: Bookman.		
BRITO, N. R. O. de. Gestão de Investimentos . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.		
FERREIRA, L. F. R. Mercado de opções: estratégia vencedora . SP: Saraiva, 2009.		
FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços . 16ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.		
HULL, J. Introdução aos mercados futuros e de opções . 2. ed. São Paulo: BM&F, 1996.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS840	FINANÇAS CORPORATIVAS II	60
EMENTA		
<p>Planejamento financeiro e orçamentário: conceito, premissas e diretrizes. Orçamento Operacional: Orçamento de vendas (volume, receitas e prazos de recebimento); orçamento de produção (pessoal, matérias primas e custos indiretos de fabricação); orçamento de despesas (administrativas, vendas e financeiras). Orçamento de capital (investimentos em ativos produtivos). Orçamento Financeiro: Fluxo de caixa, Demonstração do Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial. Controle e análise das variações.</p>		
OBJETIVO		
<p>Apresentar o processo de Planejamento Financeiro e orçamentário de uma organização, bem como, seus principais componentes e sua utilidade para a tomada de decisões relacionadas à vendas, produção e controle financeiro, facilitando a configuração de sistemas orçamentários voltados à gestão das organizações.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CARNEIRO, Murilo; MATIAS, Alberto B. Orçamento empresarial: teoria, prática e novas técnicas. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>HOJI, Masakazu; SILVA, Hélio Alves da. Planejamento e controle financeiro: fundamentos e casos práticos de orçamento empresarial. São Paulo-SP: Atlas, 2010.</p> <p>LUNKES, R. J. Manual de orçamento. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>FREZATTI, F. Orçamento empresarial: Planejamento e controle gerencial. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2009.</p> <p>GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Addison Weley Pearson, 2010.</p> <p>PADOVEZE, Clóvis Luís e TARANTO, Fernando Cesar. Orçamento empresarial: novos conceitos e técnicas. São Paulo: Pearson Education do Brasil: 2009.</p> <p>SÁ, Carlos A. Fluxo de caixa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>SOUZA, Acilon B. Curso de administração financeira e orçamento. São Paulo: Atlas, 2014.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS843	ECONOMIA BRASILEIRA II	60
EMENTA		
Crise internacional e a resposta brasileira nos anos 70. O Brasil na década de 80: crise externa, políticas econômicas de ajuste e planos de estabilização. A definição de estratégias na economia brasileira nos anos 90: abertura, redefinição dos papéis do Estado e políticas de estabilização. Os anos FHC e Lula. Governos Dilma, Temer e Bolsonaro.		
OBJETIVOS		
Examinar as principais características da economia brasileira, entre a metade dos anos 1970 (início do II PND) até dias atuais. Pretende-se privilegiar as seguintes diretrizes: as mudanças estruturais na economia, as políticas econômicas e os agentes sociais, a inserção do país no cenário internacional.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.		
GIAMBIAGI, F. [et al.] Economia Brasileira Contemporânea . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005		
CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX . São Paulo: Editora UNESP, IE –Unicamp, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BELLUZO, L. G. M. e COUTINHO, R. (org.) Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise . v. 1 e v. 2, Campinas, Editora da UNICAMP, 1999.		
BELLUZZO, L. G & ALMEIDA, J. G. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.		
CASTRO, A. B. de; SOUZA, F. E. P. de. A economia brasileira em marcha forçada . 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.		
GREMAUD, A. P., SAES, D. A. M. e TONETO JR., R. Formação Econômica do Brasil . São Paulo: Atlas, 1997.		
REGO, J.M. Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS842	ECONOMIA INTERNACIONAL	60
EMENTA		
Teorias do comércio internacional. Política Comercial: instrumentos e efeitos. Protecionismo. Integração econômica. Sistema Monetário Internacional. Balanço de Pagamentos: conceituação, estrutura e ajustes no BP. Determinação das taxas de câmbio e fluxos de capital.		
OBJETIVOS		
Compreender a dinâmica da economia internacional e os instrumentos econômicos para interagir neste ambiente externo: políticas de comércio internacional, políticas de fluxo de capitais e cambial.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BAUMAN, R., CANUTO, O. & GONÇALVES, R. Economia internacional: teoria e experiência brasileira . Rio de Janeiro: Campus. 2004.		
GONÇALVES, R. Economia Política Internacional . Impetus Elsevier. 2005.		
KRUGMAN, P. R. & OBSTFELD, M. Economia internacional . São Paulo: Makron Books. 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CARVALHO, M. A de & SILVA, C. R. L. Economia internacional . São Paulo: Saraiva. 2002		
MAIA. J. M. Economia Internacional e Comércio Exterior . São Paulo: Atlas, 2005.		
WILLIAMSON, John. A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996. 394 p.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS845	MERCADO DE CAPITAIS II	60
EMENTA		
Tópicos avançados em mercado de capitais. Fundos de Investimento. Eficiência de Mercado e finanças comportamentais. Mercado de derivativos: mercado de opções, mercado futuro e a termo. Operações de swaps		
OBJETIVO		
Compreender e conhecer ferramentas para lidar com o mercado de derivativos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ASSAF NETO, A. Mercado Financeiro , 3ª ed. São Paulo, Editora Atlas S/A, 2000.		
FERREIRA, L. F. R. Mercado de opções: estratégia vencedora . SP: Saraiva, 2009.		
PINHEIRO, J. L. Mercado de capitais: fundamentos e técnicas . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 624 p.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BODIE, Z., KANE, A., MARCUS, A.J. Fundamentos de investimentos . Porto Alegre: Bookman. 2000.		
BRITO, N. R. O. de. Gestão de investimentos . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.		
HULL, J. Introdução aos mercados futuros e de opções . 2. ed. São Paulo: BM&F, 1996.		
MELLAGI FILHO, A.; ISHIKAWA, S. Mercado financeiro e de capitais . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS844	CONTABILIDADE DE CUSTOS	60
EMENTA		
Introdução à teoria geral de custos: da contabilidade geral à gerencial. Terminologia aplicável a custos: classificação dos custos. Elementos de custos. Custeio por absorção. Custeio baseado em atividades. Custeio variável/direto. Análise custo-volume-lucro. Formação do preço de venda.		
OBJETIVO		
Habilitar o estudante a calcular o custo dos produtos em diferentes segmentos econômicos, visualizando-o como um importante instrumento no processo de avaliação de estoques, controle e tomada de decisões.		
REFERÊNCIA BÁSICA		
BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne M. Gestão de custos: contabilidade e controle. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.		
LEONE, George Sebastião Guerra. Curso de contabilidade de custos. 24. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR		
IUDÍCIBUS, Sérgio de; MELLO, Gilmar Ribeiro de. Análise de custos: uma abordagem quantitativa. São Paulo: Atlas, 2013.		
MAHER, M. Contabilidade de Custos: criando valor para a administração. SP: Atlas, 2001.		
NAKAGAWA, Masayuki. ABC: custeio baseado em atividades. São Paulo: Atlas, 2001.		
PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de; COSTA, Rogério Guedes. Gestão estratégica de custos: textos e teses com respostas. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
SOUZA, A.; CLEMENTE, A. Gestão de custos: aplicações operacionais e estratégicas: exercícios resolvidos e propostos com utilização do EXCEL. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS846	EXTENSÃO ECONÔMICA III	90
EMENTA		
<p>Projetos de extensão universitária relacionados às atividades econômicas. Os projetos de extensão buscarão proporcionar aos estudantes oportunidades de atuação em projetos que abordem temas como políticas públicas, sustentabilidade ambiental, agricultura familiar, economia solidária, planejamento econômico, mercado financeiro, desenvolvimento econômico, finanças pessoais e empresariais, fortalecendo a capacidade analítica e crítica dos discentes e gerando impacto positivo no entorno social e econômico.</p>		
OBJETIVO		
<p>Promover a integração entre a universidade e a comunidade por meio de projetos de caráter misto, com parte voltada ao ensino para capacitar os acadêmicos e parte direcionada à extensão universitária. Busca-se aplicar de forma prática os conhecimentos adquiridos no curso de Ciências Econômicas, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social tanto do país quanto da comunidade regional.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>DIAS SOBRINHO, José. Universidade e sociedade: educação superior, extensão e cidadania. Florianópolis: Insular, 2005.</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Extensão universitária: parceria da universidade com a sociedade. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>MACHADO, Lucília Regina de Souza (Org.). Extensão universitária e sociedade: temas, conceitos e práticas em debate. Campinas: Autores Associados, 2014.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>As referências serão específicas para cada projeto de extensão.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS847	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	60
EMENTA		
Conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Teorias de desenvolvimento econômico (equilibrado x desequilibrado). O desenvolvimento na perspectiva neoclássica. Atualidades sobre desenvolvimento: inovação tecnológica, distribuição de renda, saúde, educação, sistema financeiro, meio ambiente. Desigualdades (regional, renda, educacional, racial, direitos humanos, gênero e outros) e desenvolvimento. Estratégias de desenvolvimento.		
OBJETIVO		
Apresentar as principais percepções do processo de desenvolvimento, desde sua concepção original nos anos 1950, passando pela contribuição schumpeteriana, neo-chumpeteriana, cepalina e, finalmente, apresentado as estratégias de desenvolvimento das nações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento . RJ: Fundo de Cultura, 1961. SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico . São Paulo: Abril, 1982. VEIGA, J. E.; Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI . – Rio de Janeiro: Garamond, 2010. RAMOS, André de Carvalho. Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional . 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1995.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRESSER-PEREIRA, L.C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo . RJ: Campus, 2016. CHANG, H-J. Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em perspectiva Histórica . São Paulo: Editora UNESP, 2004. SEN, Amartia. Desenvolvimento como Liberdade . SP: Companhia das Letras, 2000. VELOSO, F. et al (ORGs.) Desenvolvimento Econômico: uma perspectiva brasileira . Editora Campus, 2013 WILKINSON, R.; PICKETT, K. O nível: por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos . RJ: Civilização Brasileira, 2015. FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil . Editora Nacional, 2003.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS848	ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	60
EMENTA		
Papel do Setor Público na Economia. Funções do governo. Princípios da Tributação. Instrumentos de Medidas do Setor Público. Teoria Econômica do Setor Público. Finanças públicas: tributação e dívida pública. Política Econômica do Setor Público. O sistema federativo brasileiro. Ética no setor público.		
OBJETIVO		
Compreender as atribuições do Estado nas economias contemporâneas, em geral, e na economia brasileira, em particular; destacando sua relevância na promoção e manutenção do bem-estar econômico e social.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIAMBIAGI, Fábio & ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil . São Paulo: Elsevier, 2000, 2a. Edição, 7ª. Reimpressão (2001).		
RIANI, Flávio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória . São Paulo: Atlas, 2002, 4ª. Edição.		
ALVES PINTO, Márcio Percival & BIASOTO JR, Geraldo (orgs.). Política fiscal e desenvolvimento no Brasil . Campinas: Ed. Unicamp, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ARVATE, Paulo Roberto & BIDERMAN, Ciro (orgs.). Economia do setor público no Brasil . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.		
CARVALHO, Marco Antônio de Sousa. Privatização, dívida e déficits públicos no Brasil . Rio de Janeiro: IPEA, TD 847, 2001.		
GIACOMONI, James. Orçamento público . São Paulo: Atlas, 2007, 14ª. Edição ampliada, revista e atualizada.		
GIAMBIAGI, Fábio, REIS, José Guilherme & URANI, André (orgs.). Reformas no Brasil: balanço e agenda . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.		
PEREIRA, José Matias. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil . São Paulo: Atlas, 2009, 4ª. Edição.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1737	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	60
EMENTA		
O contexto da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão. Epistemologia da Ciência. Instrumentos, métodos científicos e normas técnicas. Projeto, execução e publicação da pesquisa. A esfera político-acadêmica: instituições de fomento à pesquisa. Ética na pesquisa científica, propriedade intelectual e autoria. Associações de pesquisa e eventos científicos.		
OBJETIVO		
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.		
APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2012.		
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.		
GIACCOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade . In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.		
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.		
GIACCOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.		
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.		
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.		
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.		
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.		
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0686	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	60
EMENTA		
Modos de produção e consumo. Noções de economia política. Relação entre ambiente e sociedade: agroecologia, sustentabilidade, agricultura familiar, cooperativismo, associativismo. Sociedade civil e a questão ambiental.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular . Blumenau: Edifurb, 2008.		
LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.		
MARX, Karl. O capital – livro 1: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v.1. Coleção crítica da economia política.		
MARX, Karl. O capital – livro 2: O processo de circulação do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 3. Coleção crítica da economia política.		
MARX, Karl. O capital – livro 3: O processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v.4. Coleção crítica da economia política.		
SMITH, Adam. Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações . 5. ed. [S.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza : estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.		
CHESNAIS, François. A mundialização do Capital . São Paulo: Xamã, 1996.		
FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx : materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.		
FURTADO, Celso. A economia latino-americana : formação histórica e problemas contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.		
GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antônio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. Economia brasileira contemporânea . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.		
HUNT, E. K. História do pensamento econômico : uma perspectiva crítica. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.		
LÖWY, Michael. Ecosocialismo e planificação democrática . Crítica Marxista, Unicamp, n.28, p.35-50, 2009. Disponível em:		
< http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo16_4artigo2.pdf >. Acesso em: 15 dez. 2014.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS849	PESQUISA MERCADOLÓGICA	60
EMENTA		
Fundamentos da pesquisa de Marketing. A pesquisa e os sistemas de informação em Marketing. A inteligência de marketing. Conceitos, definições, natureza, objetivos, tipologia, métodos e aplicação da pesquisa de Marketing. Pesquisa de marketing: planejamento, execução e avaliação. Análise qualitativa e quantitativa do mercado consumidor.		
OBJETIVO		
Desenvolver a compreensão dos conceitos e abordagens da pesquisa mercadológica e proporcionar uma visão geral sobre a formulação de projetos e relatórios de pesquisa de marketing.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AAKER, David; KUMAR, Vinay; DAY, George. Pesquisa de Marketing . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.		
MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada . 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.		
MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de Marketing: Metodologia, Planejamento, Execução e Análise . 7. Ed. São Paulo: Campus, 2014.		
MCDANIEL, Carl D; GATES, R. H. Pesquisa de Marketing . SP: Thomson, 2002.		
URDAN, André Torres; URDAN, Flávio Torres. Marketing Estratégico no Brasil: teorias e aplicações . São Paulo: Atlas, 2010.		
ZIKMUND, William G; BABIN, Barry J. Princípios da Pesquisa de Marketing . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático . 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.		
CRESWELL, J.W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.		
DIAS, Sérgio Roberto. Pesquisa de mercado . São Paulo: Saraiva, 2011.		
KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing . 12. ed. São Paulo: Pearson, 2008.		
SAMARA, Beatriz Santos e BARROS, José Carlos de. Pesquisa de marketing . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.		
SCHIFFMAN, Leon G; KANUK, Leslie Lazar. Comportamento do consumidor . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.		
VERGARA, Sylvia Maria. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração . 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.		
ZIKMUND, William G. Princípios da pesquisa de marketing . 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2012.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS550	ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS	60
EMENTA		
<p>Fundamentos da Gestão de Projetos. Conceituação e classificação de projetos. Etapas na elaboração de projetos. Estrutura do projeto. Gerenciamento de interesses no projeto. Introdução ao uso de softwares para projetos. Prazos, qualidade, escopo, custos, recursos humanos, recursos materiais em projetos. Avaliação social de projetos. Análise de projetos. Análise de risco e viabilidade. Relação com o meio ambiente. Gestão da implantação de projetos. Tópicos avançados em Gestão de Projetos. Tecnologia em projetos.</p>		
OBJETIVO		
<p>Demonstrar e integrar as principais práticas, técnicas e ferramentas necessárias para a elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos, capacitando o acadêmico a realizar uma análise ampla e criteriosa das decisões pertinentes ao projeto em questão.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. Gestão de projetos. 2ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.</p> <p>KEELLING, Ralph. Gestão de projetos: uma abordagem global. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>KERZNER, Harold. Gestão de projetos: as melhores práticas. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.</p> <p>MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>PMI – Project Management Institute. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (guia PMBOK). 5. ed. Project Management Institute, Pennsylvania, 2014.</p> <p>VARGAS, Ricardo Viana. Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos. 7. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>CANDIDO, Roberto et al. Gerenciamento de projetos. Curitiba-PR: Aymar, 2012.</p> <p>CLEMENTE, Ademir. Projetos empresariais e públicos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>DINSMORE, Paul Campbell; CAVALIERI, Adriane. Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos. 4. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.</p> <p>DINSMORE, Paul Campbell; SILVEIRA NETO, Fernando Henrique da. Gerenciamento de projetos e o fator humano: conquistando resultados através das pessoas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.</p> <p>DUFUMIER, Marc. Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas. 2. ed. Salvador, BA: EDUFBA, 2010.</p> <p>MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MEREDITH, Jack R; MATEL, Samuel J. Administração de projetos: uma abordagem gerencial. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2003.</p> <p>VALERIANO, Dalton L. Moderno gerenciamento de projetos. São Paulo: Pearson</p>		



Prentice Hall, 2005.

VALLE, André et al. **Fundamentos do gerenciamento de projetos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

VARGAS, Ricardo Viana. **Manual prático do plano de projeto: utilizando o PMBOK® guide**. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS525	FUNDAMENTOS DO COOPERATIVISMO	60
EMENTA		
<p>Associativismo e cooperativismo. Histórico do cooperativismo. Bases doutrinárias do cooperativismo. Surgimento do cooperativismo moderno. Cooperativismo e desenvolvimento. Crise do capitalismo e emergência da economia solidária. Economia solidária, cooperação e autogestão. Experiências cooperativas e solidárias no Brasil e no mundo.</p>		
OBJETIVO		
<p>Conhecer e compreender as bases doutrinárias e históricas do cooperativismo mundial e brasileiro. Identificar aspectos-chave a serem considerados para a criação e consolidação de experiências cooperativas e associativas.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>AZEVEDO, Alessandra de; GITAHY, Leda. A História da Mondragón Corporación cooperativa: uma experiência de inter-cooperação. Salvador: Eduneb, 2009.</p> <p>BOBBIO, Norberto. Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.</p> <p>CAMPOS, Ginez Leopoldo R. de. Cooperativismo agrário e integração econômica: a agricultura familiar no MERCOSUL. Passo Fundo: UPF, 1998.</p> <p>FRANÇA, Bárbara Heliodora; BARBOSA, Érica; CASTRO, Rafaelle; SANTOS, Rodrigo. Guia de Economia Solidária: ou porque não organizar cooperativas para populações carentes. Niterói: UFF, 2008.</p> <p>GEDIEL, José Antônio (org.). Os caminhos do cooperativismo. Curitiba: UFPR, 2001.</p> <p>MANCE, Euclides André. Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>ABRANTES, José. Associativismo e cooperativismo. Como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.</p> <p>ARROYO, João C. T.; SCHUCH, Flávio C. Economia popular e solidária: alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. (Coleção Brasil Urgente).</p> <p>ASSMANN, Hugo; MOSUNG, Jung. Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.</p> <p>BARBOSA, Rosângela N. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>CARNOY, M. Estado e teoria política. 17. ed. Campinas: Papyrus, 2014.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS876	EXTENSÃO ECONÔMICA IV	30
EMENTA		
<p>Projetos de extensão universitária relacionados às atividades econômicas. Os projetos de extensão buscarão proporcionar aos estudantes oportunidades de atuação em projetos que abordem temas como políticas públicas, sustentabilidade ambiental, agricultura familiar, economia solidária, planejamento econômico, mercado financeiro, desenvolvimento econômico, finanças pessoais e empresariais, fortalecendo a capacidade analítica e crítica dos discentes e gerando impacto positivo no entorno social e econômico.</p>		
OBJETIVO		
<p>Promover a integração entre a universidade e a comunidade por meio de projetos de caráter misto, com parte voltada ao ensino para capacitar os acadêmicos e parte direcionada à extensão universitária. Busca-se aplicar de forma prática os conhecimentos adquiridos no curso de Ciências Econômicas, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social tanto do país quanto da comunidade regional.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>DIAS SOBRINHO, José. Universidade e sociedade: educação superior, extensão e cidadania. Florianópolis: Insular, 2005.</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Extensão universitária: parceria da universidade com a sociedade. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>MACHADO, Lucília Regina de Souza (Org.). Extensão universitária e sociedade: temas, conceitos e práticas em debate. Campinas: Autores Associados, 2014.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>As referências serão específicas para cada projeto de extensão.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS852	ECONOMIA MONETÁRIA	30
EMENTA		
Características e funções da moeda; evolução histórica da moeda; Demanda por moeda. Oferta de moeda. Objetivos e metas da política monetária. Operacionalização da política monetária. Mecanismos de transmissão da política monetária. Atualidades monetárias.		
OBJETIVO		
Compreender a teoria e a política monetária e as instituições monetárias.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARVALHO, F.J.C. et alii. Economia Monetária e Financeira: teoria e política . 2ª ed. RJ: Elsevier, 2007.		
DORNBUSCH, R e FISHER. Macroeconomia , 5. edição, Makron Books, Mcgraw-Hill: 1991.		
MISHKIN, F. S. Moeda, Bancos e Mercados Financeiros . RJ: LTC, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia: teoria e política econômica . Rio de Janeiro: Campus, 2001.		
HILLBRECHT, R. Economia Monetária . São Paulo, Editora Atlas: 1999.		
MARINHO, Henrique Jorge Medeiros. Economia monetária: teoria E A Experiência Brasileira . [São Paulo]: Editora Ciência Moderna, 2007.		
PAULA, L. F. de; OREIRO, J. L. (Orgs). Sistema financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro . RJ: Campus, 2007.		
SACHS, Jeffrey D. e LARRAIN, Felipe B. Macroeconomia , Makron Books, São Paulo: 1995.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS853	ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA	60
EMENTA		
Visão sistêmica, empreendedora, humanística, participativa, sustentável e inovadora da organização. Os conceitos, as tipologias, as escolas e os componentes referentes às estratégias em negócios. O processo de formulação, implementação e monitoramento das estratégias. Vantagem competitiva. Técnicas analíticas para definição de estratégias competitivas. Cenários. Alternativas estratégicas. Dinâmicas Competitivas e Cooperativas. Competitividade Sustentável. Críticas às abordagens sobre estratégia.		
OBJETIVOS		
Desenvolver a compreensão sobre os conceitos e abordagens da administração estratégica e sobre o processo de formulação, implementação e controle das estratégias e do planejamento estratégico; assim como desenvolver o domínio sobre as principais metodologias e técnicas de análise estratégica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARNEY, Jay B.; HESTERLY, William. Administração estratégica e vantagem competitiva: conceitos e casos . 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2011.		
MINTZBERG, H; QUINN, J. B; LAMPEL, J; GHOSHAL. O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.		
MINTZBERG, Henry; AHLSTRAWD, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári da estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico . 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A estratégia em ação: balanced scorecard . 22. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.		
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Administração estratégica na prática: acompetitividade para administrar o futuro das empresas . 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.		
PARNELL, J.; KROLL, M.J. e WRIGHT P. Administração estratégica: conceitos . São Paulo: Atlas, 2000.		
PORTER, Michael E. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústria e concorrência . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.		
PORTER, M. E. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior . Rio de Janeiro: Campus, 1999.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS850	MONOGRAFIA I	60
EMENTA		
Elaboração de Projeto: Tema, problema, objetivos, justificativa, referencial teórico, metodologia e cronograma. Qualificação do projeto em banca.		
OBJETIVOS		
Capacitar o estudante na elaboração de projeto de pesquisa amparado nas propostas desenvolvidas durante o curso.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.		
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.		
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.		
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.		
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.		
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS851	MONOGRAFIA II	180
EMENTA		
Elaboração de monografia de acordo com as normas do regulamento específico. Apresentação da monografia perante banca examinadora em sessão pública		
OBJETIVOS		
Orientar o acadêmico no desenvolvimento de pesquisa científica relacionada as abordagens práticas e teóricas do curso.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.		
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.		
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.		
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.		
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.		
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.		



8.8.2 Componentes curriculares com oferta variável na estrutura curricular, porém, com carga horária fixa

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA213	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (Libras)	60
EMENTA		
1. Visão contemporânea da inclusão e da educação especial na área da surdez. 2. Cultura e identidade da pessoa surda. 3. Tecnologias voltadas para a surdez. 4. História da linguagem de movimentos e gestos. 5. Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. 6. Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais. 7. O alfabeto: expressões manuais e não manuais. 8. Sistematização e operacionalização do léxico. 9. Morfologia, sintaxe, semântica e pragmática da Libras; 10. Diálogo e conversação. 11. Didática para o ensino de Libras.		
OBJETIVO		
Dominar a língua brasileira de sinais e elaborar estratégias para seu ensino, reconhecendo-a como um sistema de representação essencial para o desenvolvimento do pensamento da pessoa surda.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRASIL. Língua Brasileira de Sinais . Brasília: SEESP/MEC, 1998.		
BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.		
COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças . João Pessoa: Arpoador, 2000.		
FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor . 4ª edição – Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005.		
QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.		
SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Decreto 5.626/05. Regulamenta a Lei no 10.436 , de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098 , de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.		
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue – LIBRAS . São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2001.		
LABORIT, Emmauelle. O Vôo da Gaivota . Paris: Editora Best Seller, 1994.		
LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. Letramento e Minorias . Porto Alegre: Mediação, 2002.		
MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade . Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2000.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS854	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA I	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a grade curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS855	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA II	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a grade curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS856	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA III	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS857	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA IV	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS858	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA V	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS859	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA VI	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS860	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA VII	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS861	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA VIII	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS862	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA IX	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS863	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA X	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS864	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA XI	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS865	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA XII	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS866	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA XIII	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS867	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA XIV	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS868	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA XV	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS869	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA XVI	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS870	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA XVII	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS871	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA XVIII	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1234	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA XIX	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1235	ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA XX	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
OBJETIVO		
Complementar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas com temas emergentes que não tenham sido abordados nos conteúdos curriculares de oferta regular.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Elencadas segundo o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2000	DIREITO DIGITAL E PROTEÇÃO DE DADOS	30
EMENTA		
Introdução ao Direito Digital e Eletrônico; Desenvolvimento histórico e evolução do Direito Digital; Aspectos jurídicos da sociedade da informação; Relações jurídicas na era digital; Proteção de dados e privacidade; Contratos eletrônicos e suas implicações; Responsabilidade civil na internet; Propriedade intelectual digital; Crimes cibernéticos e penalidades; Novas tecnologias e seus impactos no Direito; Análise crítica dos desafios e oportunidades no Direito Digital		
OBJETIVO		
Promover o conhecimento do Direito Digital e Eletrônico entre os acadêmicos, capacitando-os a identificar e solucionar questões relacionadas à aplicação das normas e às omissões legislativas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet – Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014.		
PAESANI, Liliana Minardi. Manual de Propriedade Intelectual: Direito de Autor, Direito da Propriedade Industrial, Direitos Intelectuais Sui Generes . São Paulo: Atlas, 2012.		
PAESANI, Liliana Minardi. O Direito na Sociedade da Informação II . São Paulo: Atlas, 2009.		
LEAL, Sheila do Rocio Cercal Santos. Contratos Eletrônicos: Validade Jurídica dos Contratos Via Internet . São Paulo: Atlas. 2009 (livro eletrônico)		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico: a Informatização Judicial no Brasil . 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.		
PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital . 5 ed. São Paulo: Saraiva. 2014.		
SILVA, Regina Beatriz Tavares da; SANTOS, Manoel Joaquim Pereira dos. Responsabilidade Civil na Internet e Nos Demais Meios de Comunicação . São Paulo: Saraiva, 2012.		
WACHOWICZ, Marcos. Propriedade Intelectual & Internet . v.2. Curitiba: Juruá, 2011.		
CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede I . São Paulo: Paz e Terra, 2008.		
PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet – Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014. (livro eletrônico).		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS872	EMPREENDEDORISMO	30
EMENTA		
Estudo e discussão sobre as mudanças no universo corporativo e a crescente importância do empreendedorismo; Análise das habilidades e atitudes essenciais para o sucesso dos empreendedores; Exploração da mentalidade empreendedora e seu impacto nas práticas de negócio; Identificação e análise de oportunidades de negócio no mercado atual; Planejamento de novos empreendimentos, incluindo estratégias e viabilidade; Apresentação de trajetórias de vida e carreira de empreendedores de destaque; Discussão sobre novos modelos de negócios e as fases de ideação necessárias para a implementação.		
OBJETIVO		
Apresentar os conceitos de empreendedorismo, apresentar as características do perfil do empreendedor, divulgar o movimento do empreendedorismo no Brasil e no mundo e a importância desta prática para a geração de emprego e renda e o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais. Oportunizar ao acadêmico aprendizado sobre gestão empreendedora e compartilhar experiências do empreendedorismo interno e externo. Desenvolver um Modelo de Negócio – BMG – Canvas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DORNELAS, José. Empreendedorismo corporativo : como ser um empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. 5. ed. - Barueri [SP]: Atlas, 2023. (Disponível Minha Biblioteca: https://app.minhabiblioteca.com.br)		
BARON, Robert A.; SHANE, Scott Andrew. Empreendedorismo : uma visão do processo. São Paulo: Cengage Learning, 2016.		
PIGNEUR, Yves; OSTERWALDER, Alexander. Business model generation : inovação em modelos de negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010.		
ALESSI, Ana Cristina Martins. Gestão de Startups: desafios e oportunidades. E-Book. Curitiba: Intersaberes, 2022. (Disponível Biblioteca Virtual: https://plataforma.bvirtual.com.br/)		
BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e Empreendedorismo . Porto Alegre: Bookman, 2009		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BENVENUTTI, Maurício. Incansáveis : como empreendedores de garagem engolem tradicionais corporações e criam oportunidades transformadoras. São Paulo: Editora Gente, 2016.		
SILVA, Ricardo da Silva e, et. al. Empreendedorismo social . Porto Alegre: SAGAH, 2019. Disponível Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br)		
DOLABELA, Fernando. O segredo de Luisa . São Paulo: Sextante, 2008.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2001	NOÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO	30
EMENTA		
Introdução ao estudo do Direito. Direito Constitucional. Direito Civil – Parte Geral. Direito das Obrigações. Contratos e Direito Empresarial.		
OBJETIVO		
Diferenciar os ramos do direito, para abordar, cada área específica do direito, especificamente nos setores público e privado; Compreender as primeiras noções de direito, identificando os seus principais ramos e as suas fontes, dando um enfoque especial no processo de elaboração das leis.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito . 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.		
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral . 12ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações . V.II. 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.		
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito das obrigações: parte especial: tomo 1 : contratos . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		
LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado . 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.		
MARTINS, Sérgio P. Instituições de Direito Público e Privado . 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito . 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. Resumo de Direito Constitucional Descomplicado . 5.ª ed. São Paulo: Método, 2011.		
DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações . 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.		
DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais . 27.ed. v.3. 2011		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS873	DIREITO EMPRESARIAL	30
EMENTA		
Noções de Direito Empresarial. Empresário e Estabelecimento. Títulos de crédito. Registros empresariais. Concorrência. Sociedade limitada. Renovação compulsória das locações. Cláusula de não restabelecimento. Transformação de sociedades. Direito do Consumidor.		
OBJETIVO		
Conhecer e aplicar as normas constitucionais e de direitos empresariais relacionadas ao empresário, às sociedades empresárias e outras formas de organização da atividade econômica. Conhecer os procedimentos registrares relacionados à atividade empresarial e a situação da empresa no mercado		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GUSMÃO, Mônica. Lições de Direito Empresarial . 10 ed. São Paulo: Editora Lumen Iuris, 2011.		
CAMPINHO, Sergio. O Direito de Empresa – à luz do novo Código Civil . 12 ed. Editora Renovar, 2011.		
GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de Empresa – Comentários aos arts. 966 a 1.195 do Código Civil . São Paulo: RT, 2014		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL, Código Comercial e Legislação . 60. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.		
BRASIL, Código Tributário Nacional . 44. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.		
RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquematizado . 5. ed. São Paulo: Método, 2015.		
FORGIONI, Paula. Os Fundamentos do Antitruste . 8. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1236	CIÊNCIA DE DADOS	30
EMENTA		
Ciência de Dados e Aprendizado de Máquina no contexto dos problemas econômicos: visão geral de objetivos e métodos o dilema entre viés e variância; Exploração e Visualização de dados (DataViz): tipos de dados análise exploratória de dados sumarizações representações gráficas; Agrupamento: K-médias modelos hierárquicos Redução de Dimensionalidade: componentes principais análise fatorial; Noções de redes neurais, conceitos básicos: perceptrons e camadas calibrações (treinamento) aplicações		
OBJETIVO		
O objetivo é apresentar aos estudantes as técnicas modernas de Ciências de Dados, enfatizando sua relação com Econometria tradicional e suas aplicações na resolução de problemas econômicos relevantes. Além dos aspectos teóricos, a ênfase maior do curso será nas aplicações das técnicas a bancos de dados reais, com a implementação dos algoritmos em R e/ou python. Para o bom acompanhamento do curso, recomenda-se conhecimento básico de estatística e de programação.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MELLO, Thiago de Lima; DA SILVA, Fernando R. P. <i>Introdução à Ciência de Dados</i> . São Paulo: Novatec, 2020.		
FREITAS, C. P. de; SANTOS, A. M. dos. <i>Fundamentos de Ciência de Dados</i> . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EdUSP), 2018.		
KOLTER, J. Z.; WANG, H.; SANTOS, J. F. <i>Análise de Dados em Python: Um Guia Prático</i> . 1. ed. São Paulo: Bookman, 2021.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CASTRO, E. M.; LIMA, M. G. de. <i>Ciência de Dados: Fundamentos, Métodos e Aplicações</i> . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2019.		
PEREIRA, A. R.; SANTOS, L. C. dos. <i>Big Data e Economia: Uma Introdução</i> . São Paulo: Editora Senac, 2018.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS874	ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	30
EMENTA		
Problemas e Políticas Ambientais. Escolha Social e Conservação Ambiental Ótima. Eficiência e Mercados. Falhas de Mercado: Males Públicos e Externalidades. Direitos de Propriedade. Taxas de Pigou. Regulação e Poluição. Taxas sobre Emissão e Direitos Negociáveis. Risco e Incerteza. Competição Internacional e Inter-regional. Recursos Pesqueiros. Recursos Florestais. Recursos Não-Renováveis. Valor de Opção e Desenvolvimento com Risco.		
OBJETIVO		
O objetivo central do componente curricular é apresentar a teoria microeconômica que trata de problemas ambientais e de gestão de recursos naturais. De forma complementar, o curso discutirá elementos básicos de políticas públicas com base em aplicações práticas e estudos empíricos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BESOURO, Rogério. Economia Ambiental: Teoria e Prática . São Paulo: Saraiva, 2019. REIS, André de Araújo. Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. PEREIRA, Jorge de Oliveira; NOBRE, Sérgio. Sustentabilidade e Economia: Um Enfoque Interdisciplinar . 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
LOPES, João Alberto. Gestão Ambiental e Economia: Uma Abordagem Prática . São Paulo: Editora Atlas, 2015. MARTINS, Paulina; CORRÊA, Edson. Economia Ecológica: Fundamentos e Desafios . 1. Ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2019. SILVA, Paulo Sérgio. Economia Ambiental: Conceitos, Instrumentos e Políticas . 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS875	MERCADO DE DERIVATIVOS	30
EMENTA		
Introdução ao mercado de derivativos. Mercados futuros e a termo. Margens e ajustes diários. Principais contratos futuros no Brasil (DI, Ibovespa, Dólar). Precificação de contratos futuros. Contratos de troca de rentabilidade (Swaps). Opções. Estratégias com opções (travas e combinações). Noções de cálculo estocástico. Precificação de opções: modelos de Black & Scholes, Black, Garman-Kohlhagen. Opções no Brasil: Ações, Ibovespa, Futuros, Dólar, Taxas de Juros. Modelo Binomial. Hedging com opções: delta, gama e demais “gregos”.		
OBJETIVO		
Fornecer ao acadêmico os conceitos econômicos e as ferramentas analíticas básicas utilizadas no mercado de derivativos, tais como: precificação, estratégias de hedge e especulação com contratos futuros, a termo, swaps, opções etc. Aplicações ao caso brasileiro serão feitas sempre que possível em cada um dos tópicos listados.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MOURA, Roberto. Mercado de Derivativos: Teoria e Prática . São Paulo: Atlas, 2018.		
SANTOS, Anderson. Derivativos: Estrutura, Funcionamento e Estratégias de Negociação . 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.		
PINTO, Sérgio. Derivativos: Fundamentos e Aplicações . São Paulo: Pearson, 2019.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
SOUZA, André. Mercado de Derivativos: Teoria e Prática em Risco e Retorno . 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2021.		
ROCHA, Gilberto. Gestão de Risco e Mercado de Derivativos . São Paulo: Novatec, 2017.		
CAMPOS, L. C.; CUNHA, R. L. Mercado Financeiro e Derivativos: Teoria e Prática . Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.		
FARIA, Paulo; MARTINS, Tiago. Derivativos: Análise e Estratégias . 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.		



9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

Em consonância com os princípios estabelecidos no Regulamento de Graduação para o desenvolvimento do ensino na UFFS, a avaliação do processo ensino e aprendizagem dar-se-á em dinâmica processual, de forma contínua e sistemática, priorizando as avaliações formativas, considerando os objetivos de diagnosticar e registrar o progresso do estudante e suas dificuldades; orientar o estudante quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades e; orientar as atividades de (re) planejamento dos conteúdos curriculares.

O método de avaliação voltado ao envolvimento dos estudantes em projetos de extensão no curso de Ciências Econômicas pode ser baseado em critérios de participação ativa e desenvolvimento de habilidades práticas. Esse método avalia quantitativamente e qualitativamente a contribuição dos estudantes em várias etapas do projeto, como planejamento, execução e monitoramento de resultados. Indicadores específicos podem incluir o número de horas dedicadas, a frequência e qualidade da interação com a comunidade ou equipe, a capacidade de aplicar conhecimentos teóricos à prática e a produção de relatórios ou análises econômicas. Além disso, são considerados o nível de autonomia e proatividade do estudante, bem como sua capacidade de trabalhar em equipe e de resolver problemas reais. Esse sistema incentiva o engajamento ativo, ao mesmo tempo que permite mensurar o crescimento acadêmico e profissional ao longo do projeto.

A avaliação do processo ensino e aprendizagem no curso de graduação em Ciências Econômicas deverá:

- ser concebida como um elemento interligado aos demais que constituem o processo ensino-aprendizagem;
- ser processual, portanto contínua e diagnóstica, subsidiando a tomada de decisão a partir dos indicadores do desempenho acadêmico;
- fundamentar-se em critérios claros, previamente definidos nos Planos de Ensino, e devidamente dialogados com os estudantes, em consonância com os objetivos previstos neste PPC;
- apresentar resultados parciais ao longo do semestre que deverão ser acompanhados pelos estudantes.

Em linha com os princípios da UFFS, a avaliação da aprendizagem dos estudantes será realizada levando-se em consideração a frequência e o aproveitamento nos estudos em cada



um dos componentes curriculares.

No conjunto, esses processos avaliativos constituirão um sistema que permitirá a visualização integrada das diversas dimensões enfocadas pelos instrumentos aplicados, oferecendo elementos à reflexão, à análise e ao planejamento institucional, visando subsidiar o alcance dos objetivos estabelecidos pelo curso de Ciências Econômicas.

A frequência do estudante em cada CCR ou outras atividades curriculares deverá ser de, no mínimo, 75% (setenta e cinco), cabendo ao professor o registro da mesma, excetuando-se os casos amparados em lei e os CCRs cursados a distância.

A verificação do alcance dos objetivos previstos nos planos de curso, em cada CCR, será realizada por meio da aplicação de diferentes instrumentos de avaliação, resultando no registro de, pelo menos, 2 (duas) Notas Parciais (NP). A aprovação do estudante em cada disciplina ou atividade curricular se vincula à frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco), e ao alcance da Nota Final, igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) pontos. O registro do desempenho dos estudantes, em cada disciplina e, onde couber, nos demais componentes curriculares, será efetivado pela atribuição de notas de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero), em escala decimal.

Antes da aplicação de cada instrumento de avaliação, o docente deverá estabelecer e divulgar os critérios que serão utilizados para a correção, bem como o peso de cada questão ou atividade. Se o resultado das notas parciais for inferior ao mínimo estabelecido para a aprovação do estudante, o professor deverá oferecer novas oportunidades de aprendizagem e avaliação, previstas no Plano de Curso, antes de seu registro no diário de classe. Os artigos 105 a 109 do regulamento de graduação da UFFS, estabelecem critérios para a reposição de atividades avaliativas. No Art. 105 a UFFS garante ao estudante o direito à avaliação de reposição, desde que: tenha cumprido o critério de assiduidade, possua média parcial de pelo menos 3,0 e a reposição esteja prevista no componente curricular. Caso o estudante não atenda a esses critérios ou não possa realizar a reposição, será reprovado com a média final igual à média parcial obtida. Os Artigos 106 a 109 do regulamento da UFFS descrevem o processo de reposição de notas. O Art. 106 estabelece que a nota da reposição substitui a menor nota anterior e o cálculo final é feito com as demais notas não substituídas. O Art. 107 define que a aprovação exige média final de 6,0 ou mais. O Art. 108 fixa um prazo mínimo de 3 dias após a divulgação das notas para a reposição. Já o Art. 109 estipula nota zero para ausências, mas permite que a reposição substitua apenas uma dessas notas.



No que se refere à acessibilidade, o curso de Ciências Econômicas disponibilizará diferentes estratégias de acompanhamento aos discentes com dificuldades de aprendizagem, contemplando ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, bem como apoio psicopedagógico:

i. Ações de acolhimento e permanência: É previsto no plano de curso de cada CCR ofertado no curso um horário específico de atendimento individual do professor ao aluno. Além dessas ações específicas, a UFFS oferece ações promovidas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) do campus, em colaboração com o Setor de Acessibilidade. O NAP promove uma série de atividades que envolvem a capacitação dos docentes, além das demandas específicas de cada curso, realizadas a fim de atender as necessidades levantadas pelo órgão colegiado. Cabe ressaltar também o papel da Assistência Estudantil - ASSAE-CH, setor do *Campus* que presta apoio direto aos acadêmicos desenvolvendo ações que buscam o seu bem-estar e permanência na universidade, por meio de uma equipe multiprofissional composta por: Assistente Social, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais/Pedagogo. A ASSAE-CH colabora de sobremaneira na orientação psicológica e pedagógica aos acadêmicos com dificuldade nos processos de aprendizagem.

ii. Acessibilidade metodológica e instrumental: Além do atendimento individual ao discente previsto no plano de curso do CCR, a acessibilidade metodológica e instrumental é intermediada pelo Núcleo de Acessibilidade do *Campus*, para os discentes que necessitem de atendimento especializado. Este Núcleo está presente em todos os *Campus* da UFFS, e atua por meio do Setor de Acessibilidade. Dentre as suas atribuições estão a de propor e promover ações que visem eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e profissional e, ainda, proporcionar apoio didático-pedagógico aos docentes e discentes nos processos de ensino e aprendizagem. É neste setor que atua a intérprete de LIBRAS.

iii. Monitorias: A UFFS oferta anualmente editais para o Programa de Monitorias, considerada uma modalidade de ensino e aprendizagem que contribui com a formação do acadêmico e integra as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação.



iv. Acompanhamento psicopedagógico: O acompanhamento psicopedagógico é realizado por meio da ASSAE-CH, que presta apoio aos discentes, oferecendo orientação psicológica e pedagógica para àqueles com dificuldade nos processos de aprendizagem.



10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO

Neste item estão descritos os processos pedagógicos e de gestão do curso, o processo de planejamento, a elaboração e aprovação dos planos de curso, como se dará a composição e funcionamento do colegiado e do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Econômicas.

10.1 Papel do coordenador

Ao coordenador cabe a função de promover a supervisão didática e organizacional do curso de Ciências Econômicas, bem como promover a harmonia entre o corpo docente e discente do curso, atuando com espírito integrador e democrático. Especificamente no que tange à supervisão didática e organizacional do curso, cabe ao coordenador a condução do processo de elaboração, revisão e execução do PPC, bem como a avaliação e acompanhamento pedagógico da sua implementação. A promoção e regularidade das avaliações internas do curso, abrangendo docentes, discentes, coordenação e secretaria do curso. Também são atribuições do coordenador.

Tratando-se da relação com o corpo docente, considera-se que o coordenador do curso deve:

- Atuar como um representante dos colegas frente ao Conselho de *Campus*;
- Articular a relação professor e aluno e intermediá-la em situações específicas;
- Propor orientações e ações de desenvolvimento dos planos de ensino;
- Prestar assistência didático-pedagógica aos docentes, principalmente em casos particulares de dificuldades de aprendizagem dos discentes;
- Promover a harmonia entre o colegiado e o corpo discente.

Referente à gestão e acompanhamento do corpo discente, cabe ao coordenador, dentre outras atividades:

- Recepcionar os alunos calouros, acolhendo e esclarecendo as particularidades da estrutura institucional e formativa do ensino superior e do curso;
- Incentivar a participação dos alunos em projeto de pesquisa, extensão e monitorias;
- Estimular a permanência do acadêmico no ambiente universitário;



- Promover condições para a realização das Atividades Complementares;

- Divulgar, estimular e esclarecer aos alunos concluintes, em situação de aplicação, sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Quanto a gestão do curso e da secretaria do curso, considera-se como papel do coordenador:

- Possibilitar o desenvolvimento e acompanhar os resultados das políticas e práticas pedagógicas do curso;

- Promover semestralmente a avaliação interna do curso;

- Conduzir as atividades do colegiado e do NDE do curso;

- Propor e coordenar estudos referentes ao desempenho dos discentes e a evasão escolar,

- Cuidar dos aspectos organizacionais do ensino, supervisionando atividades pedagógicas e curriculares;

- Contribuir e verificar junto à secretaria a organização dos dados, documentos e registros referentes à condução das atividades do curso.

Ao(A) coordenador(a) do curso também ficará responsável pela articulação junto à comunidade local e regional para a realização das atividades de extensão. Para tanto se pretende realizar encontros com os dirigentes de Organizações, tanto públicas, privadas e do terceiro setor para esclarecimento sobre políticas e procedimentos para a realização das atividades extensionistas, assim como para a realização de possíveis estágios não-obrigatórios e espaço para realização de Trabalhos de Conclusão de Curso para os estudantes.

A coordenação do curso é constituída pelo coordenador e o coordenador adjunto, sendo a sua eleição conduzida conforme prevista no Regulamento da Graduação da UFFS (aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 40/CONSUNI CGAE/UFFS/2022), mediante regras estabelecidas pelo colegiado do curso.

10.2 Papel do colegiado

O colegiado do curso de Ciências Econômicas deverá possuir natureza consultiva, normativa e deliberativa, tendo como finalidade acompanhar, avaliar, implementar e propor alterações do PPC; discutir e deliberar assuntos relacionados ao curso; planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso. O colegiado possuirá Regimento Interno próprio, regendo a



sua composição - conforme disposto no Art. 56 da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-, competências e funcionamento, atendendo às atribuições definidas pelo Regulamento de Graduação da UFFS.

O colegiado de curso de Ciências Econômicas será composto de:

- I – Coordenador de curso, que exercerá a presidência do colegiado;
- II – Coordenador adjunto do curso, que substituirá o coordenador de curso, em suas ausências, na presidência do colegiado;
- III – Docentes que compõem o domínio específico do curso ou que ministram aulas ou desenvolvam atividades de ensino, pesquisa e extensão com os discentes do curso;
- IV – 1 (um) representante discente regularmente matriculado no curso, com seu respectivo suplente, indicados pelo órgão representativo dos alunos do curso;
- V – 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos em educação (STAE) e respectivo suplente, eleitos por seus pares, entre aqueles que atuam no desenvolvimento de atividades relacionadas à gestão, ensino, pesquisa ou extensão afins ao curso.

10.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE consistirá de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. O NDE possuirá caráter consultivo e propositivo, sendo suas proposições submetidas à apreciação e deliberação do colegiado de curso. Em termos de atribuições e composição, o NDE do curso de Ciências Econômicas seguirá os normativos internos da UFFS à luz da legislação nacional.

Nestes termos, considera-se que o trabalho de acompanhamento do NDE é fundamental para orientar e criar diretrizes para o processo de gestão do curso, objetivando manter coesão, coerência e o foco nos objetivos do curso expostos neste PPC.

10.4 Papel dos docentes

As estratégias pedagógicas só terão valor se os docentes participarem como agentes de transformação e estiverem integrados ao desenvolvimento do currículo permitindo a interdisciplinaridade, através do diálogo permanente.



Os docentes necessitam desenvolver um papel de instigadores no processo de aprendizagem do aluno, contribuindo para o desenvolvimento da consciência crítica do mesmo, buscando orientar e aprimorar as habilidades que o futuro administrador deverá ter.

Outro aspecto relevante é a importância do docente ter presença contínua e marcante junto ao processo de ensino-aprendizagem, participando e interagindo com os alunos, assumindo papel de estudioso parceiro no desenvolvimento das habilidades e competências necessárias aos administradores.

Para valorizar o processo ensino e aprendizagem, está previsto, em cada plano de curso do professor, atendimento aos alunos para esclarecimento de dúvidas e discussão sobre o componente, em horário diferente da aula. Por fim, o professor deve proporcionar a integração teórico-prática na solução dos problemas, desafiando o aluno, participando e coordenando equipes, grupos, pesquisas e trabalhos orientados, seja no ensino, na pesquisa e na extensão.

Quanto ao planejamento das aulas, o professor deverá inicialmente se pautar pelo cumprimento do plano de curso, o qual deverá ser discutido perante o Colegiado do Curso para verificar sua adequação aos pressupostos teórico e metodológicos presentes no projeto de curso. No mesmo nível de importância, o processo de avaliação da aprendizagem, ao ser descrito no Plano de Curso, deve traduzir os pressupostos epistemológicos que sustentam o PPC.

O papel do docente deverá pautar-se por princípios como:

- a) Compreender o significado do componente no currículo;
- b) Identificar os conceitos, as habilidades e competências propostas pelo conteúdo e pelo PPC do curso;
- c) Elaborar um plano de curso que articule as questões acima;
- d) Estar interessado em que o aluno aprenda e se desenvolva;
- e) Encarar os conteúdos como meios e não como fins, e
- f) Tomar a avaliação como forma de conhecer os resultados do processo de ensino e de aprendizagem para tomar decisões sobre o mesmo, o que implica na devolutiva dos resultados aos acadêmicos.

Os critérios de avaliação a serem observados devem ser claros e se orientam pelos objetivos estipulados para o processo de ensino e de aprendizagem do componente.

10.5 Papel do Coordenador de Extensão e Cultura



O Coordenador(a) de Extensão e Cultura do curso de graduação em Ciências Econômicas desempenha um papel crucial na articulação e promoção de atividades de extensão, visando integrar teoria e prática. Essa função envolve a organização de projetos e eventos que estimulem a participação dos estudantes, além de fomentar a pesquisa aplicada e a interação com a comunidade. O coordenador também é responsável por garantir que as iniciativas atendam às diretrizes da instituição e contribuam para a formação integral dos alunos, promovendo uma abordagem crítica e reflexiva sobre questões econômicas e sociais.

10.6 Papel dos discentes

Os alunos serão estimulados a participar nas instâncias decisórias do curso, dando respaldo ao perfil democrático da Universidade, uma vez que eles têm participação representativa no Colegiado do Curso de Administração.

Os discentes terão direito a representação equivalente a até 20% (vinte por cento) do corpo do colegiado, indicados entre seus pares em processo definido pela entidade que os representa na instituição (no caso do curso de Ciências Econômicas, o Centro Acadêmico). Assim, os representantes dos acadêmicos participarão das reuniões do colegiado, com direito a voz e voto, ficando responsáveis por divulgar e discutir os temas e as deliberações aos demais discentes.

A cada período letivo, os estudantes deverão formalizar junto ao coordenador de curso os nomes dos representantes no colegiado, titulares e suplentes. Somente poderão ser representantes acadêmicos regularmente matriculados no curso e que estejam matriculados no número mínimo de horas determinado neste projeto.

Compreende-se que a participação discente no colegiado é uma forma de aproximar os alunos dos professores e compreender seus anseios e suas angústias com vistas a aprimorar o processo didático-pedagógico.

No caso de criação de outras instâncias relacionadas ao curso, o colegiado do curso poderá decidir novas formas de participação dos discentes.

10.7 Processo de planejamento

O planejamento do curso será organizado em duas etapas: o planejamento estratégico, com



prazo de vigência de 5 anos, revisado anualmente; e, o planejamento pedagógico, realizado de forma semestral, com fins de planejar o semestre letivo.

10.7.1 Planejamento estratégico

Consiste no planejamento detalhado em vista do alcance das metas e objetivos político pedagógicos estabelecidos, bem como em relação ao seu compromisso em contribuir com a transformação da realidade previsto neste PPC.

O planejamento estratégico deve contemplar metas e ações anuais e plurianuais, em vista de detalhar a forma como serão consolidados e alcançados tais objetivos. O plano anual deverá ser discutido e aprovado pelo Colegiado de Curso, preferencialmente até o mês de março de cada ano, assegurado um processo consultivo e participativo com a comunidade acadêmica.

O planejamento estratégico será elaborado pelo NDE e aprovado pelo Colegiado do curso, tendo como base os seguintes documentos: PPC e avaliações do curso (avaliação institucional, externa e autoavaliação) descritas no item 11 deste PPC.

10.7.2 Planejamento pedagógico

O Planejamento pedagógico consiste na organização e proposição das atividades pedagógicas a serem realizadas no semestre letivo subsequente. Esse planejamento é realizado por meio de reuniões entre os docentes do curso, servidores técnicos e participação discente, visando articular ações e fortalecer o processo de interdisciplinaridade e transversalidade dos conteúdos.

Especificamente o planejamento pedagógico ocorre nos seguintes momentos:

10.7.2.1 Reuniões pedagógicas e de Colegiado

Definido o colegiado do curso antes do início do semestre letivo, o coordenador de curso deverá agendar reuniões ordinárias, com objetivos específicos, de acordo com os seguintes referenciais:

10.7.2.2 Reunião de planejamento



A reunião de planejamento ocorre antes do início de cada semestre letivo, onde o coordenador de curso apresentará aos docentes os CCRs que deverão ministrar. A partir daí, os docentes deverão elaborar os planos de curso e planejar cada um dos CCRs, considerando as particularidades do calendário do período letivo, e a programação de trabalhos ou projetos e de realização de avaliações pontuais. Esta é uma oportunidade dos docentes terem uma visão geral de como os outros CCRs deverão transcorrer, evitando-se a sobreposição de conteúdo e possibilitando o inter-relacionamento entre as mesmas, além de discutir a metodologia do processo de ensino e aprendizagem, os critérios de avaliação dos alunos e a bibliografia básica.

As reuniões de planejamento estão previstas no calendário de eventos e de reuniões do curso e devem ocorrer com antecedência mínima de 30 dias antes do início do semestre letivo.

10.7.2.3 Reunião de acompanhamento

Esta reunião poderá ocorrer a qualquer momento, sendo apropriado que, no planejamento do coordenador de curso, seja definida uma reunião ordinária próximo à metade do período letivo, com o objetivo de verificar o desempenho parcial dos estudantes após as primeiras avaliações. É uma segunda oportunidade dos docentes analisarem eventuais problemas associados aos seus CCRs, bem como de melhor orientar os alunos de como proceder para tirar o melhor proveito possível do curso. Nesta ocasião pode-se ter uma ideia de que alguns acadêmicos não estão tendo um aproveitamento satisfatório, os quais poderão ser chamados para apresentarem os problemas que estão causando seus baixos rendimentos acadêmicos e receberem orientações adicionais para poderem se recuperar. Todo este processo possibilita a tomada de medidas pró-ativas tanto por parte dos docentes como por parte dos estudantes, devendo ser gerenciado pelo coordenador do curso.

10.7.2.4 Reunião de avaliação final

Esta reunião tem o objetivo de fornecer uma posição global de como o curso transcorreu no período letivo, realizada logo após as últimas provas. É uma oportunidade de trocas de experiências entre os professores e representantes dos acadêmicos a respeito de fatos



tanto positivos quanto negativos, permitindo a correção de problemas para os próximos períodos (correção dos aspectos negativos) e o aperfeiçoamento da forma de se ministrar um dado CCR (incorporação de aspectos positivos relatados em outros CCRs). Deve-se destacar que os aspectos positivos e negativos são determinados a partir dos relatos efetuados pelos docentes e representantes discentes, sendo que os acadêmicos devem expressar a opinião da classe. Outra meta desta reunião é a verificação do desempenho global da turma, quais são os estudantes sujeitos a reprovação em um ou mais CCRs, a existência de alunos com bom desempenho global e baixo desempenho em uma disciplina isolada, etc.

10.7.2.5 Reuniões extraordinárias

Eventuais reuniões extraordinárias podem ser agendadas, quando algum fato significativo surgir e cuja urgência justifique uma reunião não programada. O coordenador do curso deverá convocar a reunião com, no mínimo, 48 horas de antecedência, informando a pauta com a justificativa da convocação extraordinária.

10.7.3 Planejamento docente

O ensino superior tem características muito próprias porque objetiva a formação do cidadão e do profissional enquanto pessoa de uma formação que o habilite ao trabalho e à vida.

O planejamento é essencial para que não apenas os objetivos da prática docente propostos em um CCR sejam atingidos, mas também para garantir a organização e o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas. Assegurando, assim, as condições necessárias para que tanto o docente quanto o discente tenham atuação eficiente e eficaz quanto ao processo de ensino-aprendizagem.

Os planos devem ser desenvolvidos de maneira que sejam definidas as competências e habilidades que o discente deverá apresentar ao final do CCR. Estes planos deverão conter, ao menos:

10.7.3.1 Identificação do CCR

O docente deverá iniciar o planejamento com a identificação da disciplina, onde



constará o nome e código da disciplina, a carga horária e o período e horários semanais em que ocorrerá, bem como o nome do docente responsável e outras informações que julgar necessárias.

10.7.3.2 Ementa do CCR

A ementa é um resumo dos conteúdos que irão ser trabalhados na disciplina. A ementa de cada disciplina do curso de graduação está determinada neste PPC. A mudança de uma ementa somente ocorrerá por solicitação do docente mediante apreciação e aprovação do colegiado do curso.

10.7.3.3 Justificativa

Todo componente de uma estrutura curricular representa, em última análise, um instrumento importante para a formação profissional de uma dada área, definida a partir do PPC, ou seja, há uma razão de ser do CCR para o processo formativo. Por essa razão, cabe ao docente indagar-se acerca do papel da sua disciplina no curso em que irá lecionar, no processo de formação do profissional em diálogo com o ementário, com o perfil profissional desejado pelo curso e com o contexto social de atuação profissional.

10.7.3.4 Objetivos do curso

A prática educativa é uma prática intencional. Desse modo, os objetivos expressam os propósitos que orientam a formação e o desenvolvimento de qualidades humanas para atuação na sociedade. Sob esse prisma, os objetivos antecipam os resultados desejados expressos na relação professor – aluno – conhecimento, expressando os conteúdos e os conceitos a serem construídos, as habilidades e hábitos, as competências a serem alcançadas pelo processo pedagógico de um CCR ou área de conhecimento. Devem ser elaborados na perspectiva da formação de habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos: habilidades cognitivas, sociais, atitudinais, entre outras. Há níveis diferenciados de objetivos: Objetivo Geral, expressa o papel mais amplo do CCR no curso e no projeto institucional. É o que define a contribuição do conteúdo da disciplina para a formação profissional tanto em termos cognitivos e técnicos como em termos do perfil sócio-cultural; e Objetivos Específicos, os



quais determinam os resultados esperados da atividade dos alunos e deve ser expresso, principalmente, na forma do comportamento cognitivo e sócio-cultural (valores, hábitos, habilidades e competências) almejado para cada unidade de ensino ou tema de estudo. Este deve explicitar de forma clara a intenção proposta.

10.7.3.5 Conteúdo programático

Quais são os conteúdos de ensino? Quais os saberes fundamentais? O professor deverá, na seleção dos conteúdos, considerar critérios como: validade, relevância, gradualidade, acessibilidade, interdisciplinaridade, articulação com outras áreas, cientificidade, adequação.

No plano da disciplina trata-se do detalhamento do conteúdo a ser trabalhado ao longo do semestre e deve expressar coerência com a ementa da disciplina, com os objetivos específicos, previstos para cada unidade ou tema, conforme se definir a organização do mesmo.

Este poderá ser apresentado como um “cronograma” (Quadro 01), onde serão detalhados os conteúdos específicos trabalhados em cada encontro (aula), o método de ensino e os recursos didáticos que serão utilizados para a prática docente. Aqui, trata-se de explicitar o caminho mediador entre o conteúdo (conceitos, habilidades, competências, valores, hábitos) e os objetivos (resultados esperados); e do modo como se concebe o processo de construção do conhecimento ou o caminho através do qual o aluno mobiliza suas habilidades intelectuais para conhecer.

Encontro (data)	Conteúdo	Método/Recursos didáticos
Aula 01 (30/Julho)	Macroeconomia	Aula expositiva/Debate de texto – Uso de Projetor multimídia.

Quadro 14: Exemplo de apresentação do conteúdo programático do tipo “cronograma”.

Poderá ainda, de maneira mais geral, apresentar os conteúdos que serão trabalhados em um esquema de sumário ou tópicos de aprendizagem, após os quais deverão vir o Método de Ensino e os Recursos Didáticos que serão utilizados durante todo o período da disciplina.

10.7.3.6 Método de ensino



Método de ensino é o *caminho escolhido* pelo professor para organizar as situações ensino e aprendizagem. A técnica é a operacionalização do método. No planejamento, ao elaborar o plano do CCR, o docente antevê quais os métodos e as técnicas que poderá desenvolver com os discentes em sala de aula na perspectiva de promover a aprendizagem. E, juntamente com estes, irão avaliando quais são os mais adequados aos diferentes saberes, ao perfil do grupo, aos objetivos e aos discentes como sujeitos individuais. Nesse processo participativo o professor deixa claro suas possibilidades didáticas e o que ele pensa e o que espera do aluno como sujeito do processo de aprendizagem, suas possibilidades, sua capacidade para aprender, sua individualidade.

10.7.3.7 Recursos didáticos

São todos os recursos disponíveis utilizados pelo docente para mediar o processo de ensino e aprendizagem. Ao planejar, o professor deverá levar em conta as reais condições dos alunos, os recursos disponíveis pelo aluno e na instituição de ensino, a fim de organizar situações didáticas em que possam utilizar as novas tecnologias.

10.7.3.8 Avaliação

A avaliação é uma etapa presente cotidianamente em sala de aula, exerce uma função fundamental, que é a função diagnóstica. Deve ser feita de modo a evitar a função classificatória, comparando sujeitos entre sujeitos. A avaliação deverá considerar o avanço que aquele aluno obteve durante o curso. O processo avaliativo compreende a atuação integral do estudante, na sua oralidade, na escrita e na linguagem adequada.

A avaliação seguirá as normativas institucionais e os princípios e diretrizes apontados no item 9 deste PPC.



11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação do curso de Ciências Econômicas, realizada pelos seus discentes e docentes, é concebida como uma ferramenta necessária a verificação da efetividade das estratégias empregadas no PPC do curso, bem como um instrumento de reflexo das ações desenvolvidas pelo corpo docente e coordenação do curso na percepção dos estudantes.

A autoavaliação está alinhada e articula-se com as diretrizes gerais da avaliação institucional da UFFS (PDI e PPI) e avaliação externa. Nestes termos, apresenta-se cada uma dessas três avaliações: avaliação institucional ou interna, avaliação externa e autoavaliação do curso.

a) Avaliação institucional: coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no curso de graduação em Ciências Econômicas e o desempenho dos estudantes. A CPA da UFFS é regida pela Resolução n. 20/UFFS/CONSUNI/2020.

b) Avaliação externa: Realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades semestrais.

c) Autoavaliação do curso: organizada pelo curso e realizada ao final de cada semestre letivo, por comissão definida em âmbito do Colegiado, a autoavaliação contempla a participação de todos os alunos e professores do curso. A aplicação desta autoavaliação é realizada por meio virtual, sendo o questionário disponibilizado aos acadêmicos, servidores



técnicos e professores através de um link enviado por e-mail. Seu principal foco está em cada um dos componentes curriculares e/ou atividades ofertados pelo curso, abrangendo a análise de três dimensões: i) a avaliação dos discentes sobre cada um dos CCRs cursados no semestre vigente; ii) a avaliação dos discentes e dos docentes sobre a coordenação e a secretaria do curso; iii) a avaliação dos docentes referentes a cada uma dos CCRs ofertados no semestre vigente. iv) avaliação dos discentes e dos docentes sobre cada um dos CCRs cursados na modalidade EaD; v) avaliação dos discentes e dos docentes sobre os projetos de extensão implementados. Cabe ressaltar que os instrumentos listados nos pontos “i” e “ii” preservam o anonimato de seus respondentes.

A autoavaliação dos CCRs ministrados na modalidade presencial e EaD, será organizada por uma comissão definida pelo Colegiado, que realizará a avaliação ao final de cada semestre letivo. A autoavaliação envolverá a participação de todos os estudantes e professores e será aplicada virtualmente por meio de um questionário enviado por e-mail. As análises abrangerão três dimensões principais:

- Avaliação dos discentes sobre os componentes curriculares (CCRs) cursados;
- Avaliação dos discentes e docentes sobre a coordenação e secretaria do curso;
- Avaliação dos docentes em relação aos CCRs oferecidos.

Os instrumentos de avaliação garantirão o anonimato dos respondentes, assegurando uma participação sincera e construtiva.

A autoavaliação para as atividades de extensão do curso de Ciências Econômicas da UFFS inclui os seguintes passos:

- Critérios de avaliação que abranjam participação, planejamento, execução, e resultados dos projetos de extensão;
- Questionários online para discentes e docentes, abordando aspectos como horas dedicadas, interação com a comunidade, e aplicação prática de conhecimentos;
- Espaço para *feedback* aberto, permitindo que os participantes expressem suas experiências e sugestões, esse processo incluirá também a comunidade externa, para avaliar os projetos de extensão implementados;
- Reuniões semestrais para discutir os resultados da autoavaliação e propor melhorias; Relatórios que sintetizem os dados coletados e apresentem as conclusões, contribuindo para o aprimoramento contínuo das atividades de extensão.

A análise dos dados, bem como a avaliação dos mesmos é realizada e aprovada inicialmente no colegiado, sendo encaminhada a cada docente do curso a avaliação referente aos CCRs que



tenha ministrado naquele semestre. Além de ser uma ferramenta que espelha a percepção do aluno e do professor sobre determinado CCR, a autoavaliação proporciona à coordenação do curso e ao seu colegiado a compreensão da realidade percebida por meio de seus docentes e discentes.

Após a análise pelo colegiado, o curso promoverá anualmente um seminário de autoavaliação em âmbito do curso, estimulando a participação de todos os discentes, docentes e servidores técnicos que atuam para o curso. O seminário é considerado o momento de divulgação e discussão dos resultados da autoavaliação, visando tanto a devolutiva aos pares, como pensar no plano de ações para as sugestões de melhoria ou de correção de rumo, que podem surgir no processo avaliativo.



12 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O curso de Ciências Econômicas pretende articular o ensino, a pesquisa e a extensão de maneira indissociável, permitindo que a universidade desempenhe o papel de promotora de um ensino superior contextualizado, que busque atender aos anseios e às necessidades da sociedade na qual se insere.

Ao intervir na realidade social, por meio da realização de práticas educativas, culturais e científicas que derivam de seu papel social, a universidade atua de maneira engajada, sem se deixar convencer pela ilusão de que os desafios sociais são externos às ações das instituições de ensino superior ou pela percepção simplista de que as universidades não possuem compromisso com a superação desses desafios. Por meio da permanente interligação entre ensino, pesquisa e extensão, cada uma destas instâncias do fazer pedagógico da UFFS possibilitará que estudantes e professores se constituam, de fato, como sujeitos ativos do ato de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos.

Para que isso aconteça, no tocante ao ensino, ressalta-se que ela não se efetivará como mera prática de circulação ou de transmissão de saberes. Imbricado à pesquisa e à extensão, primeiro o ensino se realizará como prática de análise, de reflexão crítica e de construção de saber, o que implica tanto o trabalho qualificado dos professores quanto a atuação dinâmica dos alunos dentro da universidade. Nas atividades de ensino próprias do funcionamento da instituição (aulas, debates, palestras, seminários, mesas redondas etc.), a ação dos professores será, notadamente, a de interagir, dialogar, propor questionamentos, socializar, examinar criticamente saberes, mostrar caminhos possíveis aos alunos e orientá-los na descoberta de seus próprios caminhos para a aprendizagem do novo e para a reflexão.

No que compete ao domínio da pesquisa universitária, destaca-se que a responsabilidade social da instituição pública de ensino requer uma proposta de formação superior que contemple pesquisas intensamente imersas na realidade social do país e fortemente fundadas em uma relação dialética entre teoria e prática. Além disso, requer que o professor priorize o papel de mediador do processo de construção de conhecimento do aluno, para que assim seja evitada a simples reprodução de saber, de maneira tal que o espaço da significativa participação do estudante, junto com a possibilidade de sua autonomia acadêmica, estejam garantidos. As atividades de pesquisa, assim como as de extensão, acontecerão associadas aos conteúdos e às dinâmicas dos componentes do curso, evitando-se, deste modo, a separação indesejável entre a docência e a pesquisa, já que estas atividades são



consideradas essenciais aos processos de ensino e de aprendizagem na universidade. Evitar-se-á também outro distanciamento igualmente indesejável, aquele entre a graduação e a pós-graduação, a fim de que as pesquisas empreendidas neste último nível se relacionem em larga medida com as práticas de pesquisa, de ensino e de extensão desenvolvidas entre os graduandos. Destaca-se, ainda, que a instância da pesquisa no nível da graduação poderá se efetivar por meio de projetos de iniciação científica ou de iniciação à pesquisa, grupos de pesquisa CNPq, financiados ou não, que envolvam as áreas de conhecimento que compõem a estrutura curricular do curso.

Com relação às práticas de extensão universitária que serão executadas pelo curso, importa salientar que elas não terão somente o objetivo de difundir os ganhos provenientes das produções científicas e culturais, numa via vertical que vai, de cima para baixo, da universidade para a sociedade. Por meio do efetivo diálogo com a comunidade em geral, a extensão também terá a finalidade de estabelecer uma via horizontal e de mão dupla, na qual estará assegurada a troca real de experiências e de saberes com a sociedade.

Articulada ao ensino e à pesquisa de maneira ininterrupta, como determina o Plano Nacional de Educação, a extensão universitária do curso de Ciências Econômicas consolidar-se-á como instância indispensável na formação do aluno, na qualificação dos professores e no intercâmbio produtivo com a sociedade, o que pressupõe relações multidisciplinares e interprofissionais.

A Universidade Federal da Fronteira Sul e seu curso de Ciências Econômicas têm na extensão planejada um elemento central para a inserção e o relacionamento com a comunidade regional, contribuindo para a produção de conhecimento voltado à superação de seus desafios e problemas.

A sociedade brasileira já compreendeu, depois de décadas de planos e pacotes econômicos, que apenas o crescimento do Produto Interno Bruto não é uma medida suficiente para superar as desigualdades sociais do país. A sociedade clama por justiça social, por redução das desigualdades, pela erradicação das doenças sociais causadas pela pobreza e miséria, pelo fim da fome nos campos e nas cidades. Somente assim ter-se-á condições como país, de enfrentar e vencer as epidemias de violência e criminalidade, degradação humana que grassam pelos campos e cidades. Somente assim nos será assegurado um futuro com vida digna para todos os brasileiros.

O papel da UFFS diante disso tem de ser ainda mais compromissado, com a transformação social, com a sustentabilidade ambiental e com o desenvolvimento equitativo,



visto ter sido criada sob demanda direta dos movimentos sociais que compõem essa grande região fronteira com os países do Mercosul. E esses movimentos deixam claro que a vocação dessa Universidade não seria se converter numa torre de marfim, mas sim num grande movimento onde o saber científico fosse permanentemente beber da realidade, molhar-se nela e fundamentalmente, transformá-la.

Mais especificamente, os projetos de extensão do curso de Ciências Econômicas estão formalizados para atingir os seguintes objetivos:

- a) Criar espaço em que o aluno tenha inserção na comunidade possibilitando aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula;
- b) Contribuir para o alcance dos objetivos da UFFS na mesorregião, isto é, fomentar projetos que visem à geração de emprego e renda;
- c) Garantir a interdisciplinaridade dos conhecimentos, para que o graduando em Economia tenha uma formação ampla e completa;
- d) Complementar aptidões dos alunos na Ênfase do curso.

Nestes termos, elenca-se alguns instrumentos de apoio pedagógico que visam articular o ensino, a pesquisa e a extensão no curso:

- a) Grupo de Pesquisa de Economia e Desenvolvimento (certificado pelo CNPq): grupo de pesquisa do curso que vincula os professores do curso e seus projetos de pesquisa;
- b) Núcleo de Estudos sobre Cooperação (NECOOP): com atuação na UFFS desde 2013, o NECOOP possui parceria com o “Movimento Cooperativo de Mondragón” e a “Fundação Mundukide” da Espanha, cujo objetivo é aproximar as ações do ensino, da pesquisa e da extensão voltadas ao desenvolvimento regional, por meio da articulação de atividades entre os demais *campi* da UFFS (situados nos três estados da Região Sul do Brasil);
- c) Grupo de Análise de Conjuntura Econômica (GACE): projeto de extensão que visa reunir dados e análises sobre conjuntura nacional, estadual e regional e posterior divulgação trimestral, mediante palestras e boletins on-line para a comunidade local e regional;
- d) Observatório e Banco de Dados Socioeconômicos da Fronteira do Sul: projeto de pesquisa e de extensão que visa reunir dados socioeconômicos dos municípios pertencentes a



Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul com o intuito de acompanhar/avaliar políticas públicas, subsidiar pesquisas na área de ciências sociais aplicadas e fonte de pesquisa para as organizações regionais;

e) Pesquisa Mensal de Dados Socioeconômicos do Município de Chapecó e Região: projeto de pesquisa e de extensão que visa realizar mensalmente pesquisa de preços, emprego, confiança do consumidor e índice de atividade do município;

f) Viagens de estudo: visita às empresas, cooperativas e demais organizações do país com o objetivo de oportunizar aos estudantes do curso o conhecimento de experiência dessas instituições.

g) Seminário Diálogos sobre Desenvolvimento: projeto de ensino e de extensão que visa reunir pesquisadores em economia de todo país para debater temas relacionados ao desenvolvimento econômico sustentável da região. Realizado no formato on-line via canal do Youtube.



13 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

A docência na universidade configura-se, como um processo contínuo de construção da identidade docente, e baseia-se nos saberes da experiência, construídos no exercício profissional mediante o ensino dos saberes específicos das áreas de conhecimento (PIMENTA; NASTASIOU, 2005).

No lugar da ênfase sobre conteúdos, resultados, informações e conceitos a serem memorizados, repetidos e copiados, são reconhecidos a importância do processo, de uma metodologia voltada para a qualidade do processo de aprendizagem que valoriza a pesquisa e os trabalhos em grupo, o que implica programas, horários e currículos mais flexíveis e adaptáveis às condições dos alunos, respeitando-se o ritmo individual e grupal do trabalho e o processo de assimilação/acomodação do conhecimento (MORAES, 1996).

Conforme Perrenoud (2000), o professor é um profissional da articulação do processo ensino-aprendizagem em uma determinada situação, um profissional da interação das significações compartilhadas. Assim, o professor é um profissional da aprendizagem, da gestão de condições de aprendizagem e da regulação interativa em sala de aula.

De acordo com Benetti et al. (2008), o processo desenvolvimento de competências profissionais implica aprendizagem contínua e aperfeiçoamento constante. Tal processo exerce influência direta no desempenho do docente. Além de contribuir para a construção da identidade profissional, a formação docente favorece o contato com as teorias e ferramentas da área. É nesse processo que o docente capacita-se para atender às necessidades discentes e gerar resultados satisfatórios para a instituição em que atua.

Em consonância com este cenário, o perfil do quadro docente do curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFFS está voltado para atender às características e aos objetivos do curso. Como principal característica desse perfil, está a aliança entre ensino, pesquisa e extensão, que faz da UFFS uma Universidade expressiva. Neste sentido, exige-se que o professor mantenha vínculos estreitos com as linhas de pesquisa e projetos de extensão definidos pela Universidade.

O alcance desses objetivos é possível à atuação dos docentes nos grupos de pesquisa, na coordenação de projetos de pesquisa e de extensão e na participação na docência em programas de pós-graduação *stricto-sensu*, como são os casos do Programa de Pós-Graduação em “Ciências e Tecnologias Ambientais” e “Desenvolvimento e Políticas Públicas”. Essas



atividades de pesquisa e de extensão permitem que o docente atue como pesquisador, como orientador e como extensionista, desenvolvendo seus estudos com temas específicos da área da Economia, bem como, temas interdisciplinares vinculados ao desenvolvimento socioeconômico. Em razão disso, surgem pesquisas conjuntas com outros cursos de graduação e de pós-graduação, materializando a interdisciplinaridade.

Nesse sentido, exige-se que o professor mantenha vínculos estreitos com as linhas de pesquisa e projetos de extensão oportunizados pela Universidade. Além disso, torna-se indispensável ao docente do curso de Ciências Econômicas demonstrar uma atitude de diálogo com a realidade atual, conduzindo os discentes a estabelecerem relações plausíveis entre a teoria e os problemas atuais das organizações.

Os professores do curso estarão voltados para atuar em conjunto nos projetos iniciados pelo curso, possibilitando uma perfeita interlocução entre as diversas áreas da Economia e entre os professores e alunos envolvidos.

Assim, espera-se que, o professor alie na sala de aula seu conhecimento teórico com sua experiência nas pesquisas e projetos que desenvolve, garantindo assim uma aula mais aderente à realidade socioeconômica e uma constante reciclagem do conteúdo ministrado, aspecto primordial num cenário de constantes transformações. Com relação ao ensino, o professor deve estar consciente de que seu papel não é mais o de transmissor de conteúdos ou de verdades prontas e acabadas, como advogava o ensino tradicional, mas sim o de “problematizador” e “mediador” da relação entre aluno e conhecimento, garantindo assim o estímulo ao espírito crítico e de iniciativa, inerentes ao empreendedor.

Para garantir à sustentação e unidade dos três pilares em que se edifica o curso de Ciências Econômicas, a universidade proporciona meios (tempo e recursos) para que os docentes possam obter êxito em suas atividades. Por outro lado, há a cobrança e acompanhamento das atividades docentes, por meio da gestão universitária, com o objetivo de garantir o desenvolvimento dos trabalhos com qualidade.

Institucionalmente, a UFFS possui uma política de formação de docentes continuada que objetiva estimular os professores a manterem-se articulados com as inovações em seus campos de estudo. Neste sentido, a Universidade incentiva a participação dos docentes em seminários e encontros, bem como a realização de cursos de capacitação, conduzidos pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP).



13.1 Núcleo de apoio pedagógico

O Núcleo de apoio pedagógico (NAP) foi instituído pela Câmara de Graduação do Conselho Universitário – CGRAD/CONSUNI da UFFS. Conforme Res. nº 039/2022 – CONSUNI/Câmara de Graduação e de Assuntos Estudantis.

O Núcleo de Apoio Pedagógico está vinculado à Diretoria de Organização Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação da UFFS, tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos professores da UFFS e de articulação para a formação docente no *campus*.

Os objetivos do NAP são:

I-acolher os novos professores, apresentando a eles a instituição, os objetivos, as diretrizes e os documentos norteadores da UFFS;

II-promover uma formação inicial ao professor ingressante na carreira do magistério superior embasada na proposta de origem da universidade;

III-assessorar a Coordenação Acadêmica, as coordenações e os colegiados de cursos nas questões pedagógicas;

IV-fomentar o debate político-pedagógico *no campus*;

V-fortalecer a comunicação e a interdisciplinaridade entre os professores, entre as áreas do conhecimento e entre os componentes curriculares;

VI-promover a formação continuada dos professores, visando o aperfeiçoamento didático-pedagógico por meio de um programa de formação continuada, articulado com a política de formação institucional;

VII-proporcionar apoio pedagógico a partir de necessidades apontadas pelos diversos setores, envolvendo os diferentes núcleos que atuam no campus.

As justificativas que envolvem a criação do NAP são:

I-a necessidade de constituir um espaço de apoio didático-pedagógico;

II-a necessidade da formação continuada dos docentes: a especificidade institucional e curricular, o ritmo acelerado das mudanças históricas, políticas, sociais, econômicas e os



desafios da formação acadêmica e pedagógica exigem a criação de alternativas de formação continuada dos professores. Diferentes estratégias podem ser desenhadas, articulando preocupações gerais com a particularidade dos projetos de cada curso e atividades interdisciplinares. Da mesma forma, alternativas que se concentrem em torno de problemáticas comuns à produção e construção do conhecimento e à formação humana e profissional no mundo contemporâneo, os pressupostos teórico-metodológicos do ensino e as dimensões pedagógicas neles implicados, entre outros, constituem importantes referências de continuidade da formação;

III-a necessidade de construir diagnósticos acerca da prática docente na UFFS: as atividades de ensino encontram no planejamento, execução e avaliação a sua lógica processual de desenvolvimento. Produzir um diagnóstico sobre o trabalho docente, demarcando a especificidade dos processos de ensino e aprendizagem e/ou da identidade pedagógica da instituição, contribui para avaliar as formas de mediação pedagógica e suas relações com o desenvolvimento do projeto institucional e dos projetos pedagógicos dos cursos. Este diagnóstico é também fundamental para orientar os processos de formação continuada;

IV-a necessidade de promover o conhecimento da natureza e da especificidade da UFFS: a história da criação e da institucionalização da UFFS é marcada pela mobilização social e pelo compromisso com o desenvolvimento e a integração regional. Enquanto instituição de ensino, pesquisa, extensão e cultura, a universidade constitui-se como espaço de mediação social, capaz de produzir conhecimentos relacionados à realidade regional, em articulação com escalas mais amplas, e criar propostas alternativas para o desenvolvimento;

V - a necessidade de socialização da organização curricular e do perfil de formação da UFFS: a organização curricular em forma de domínios, entre os quais os domínios comum, conexo e específico conformam sua particularidade institucional, introduz uma perspectiva de formação geral, interdisciplinar e humana, que objetiva a inserção do acadêmico na vida social e profissional com capacidade de interagir de forma autônoma e crítica. A objetivação desse perfil institucional é algo desafiador para docentes, acadêmicos e para a própria instituição; algo que está por ser construído e reconstruído em sintonia com os compromissos e objetivos institucionais;

VI- a necessidade de acompanhar os professores em seu ingresso na carreira docente subsidiando o processo formativo;

VII- a necessidade de interlocução dos projetos dos cursos e de planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão: socializar o Projeto Pedagógico e os princípios institucionais e



promover atividades relacionadas à construção/discussão do planejamento do ensino, buscando conferir sentido acadêmico e social aos processos de ensino e aprendizagem.



14 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

O quadro atual de docentes da área de Economia no *campus* Chapecó conta com quatro professores, que atendem aos domínios específicos dos cursos de Administração, Ciências Sociais, Engenharia Ambiental e Medicina e o domínio comum (CCR de Meio Ambiente, Economia e Sociedade) do *campus*. Há ainda três professores de áreas (e cursos) correlatas (Administração/Contabilidade, História e Ciências Sociais) que estão dispostos a contribuir com o curso, embora essa participação se daria de forma menor, por conta de seus compromissos em seus cursos de origem.

A projeção exposta no Quadro 14.1, considera que com esse grupo de professores, seria possível iniciar o curso de Economia e avançar até o final do 2º ano (4º semestre letivo). Haveria ainda a necessidade de contemplar professores do domínio comum e conexo (Administração/Contabilidade, Matemática, Estatística, Letras e Direito) para oferecer esses CCRs até esse período. A partir do 5º semestre letivo haveria a necessidade de dois novos professores (área de Métodos Quantitativos em Economia e de Finanças) e a partir do 7º semestre, mais um professor da área de Teoria Econômica. Caso novos códigos de vagas para docentes não sejam disponibilizados, os componentes curriculares em questão serão atendidos por meio da parceria na modalidade EaD com os docentes do curso de Ciências Econômicas do *campus* da UFFS em Laranjeiras do Sul, conforme documento em anexo ao processo de criação do curso de ciências econômicas no *campus* de Chapecó.

14.1 Docentes que atuam no curso:

Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1ª NÍVEL				
Introdução à Economia	Darlan Christiano Kroth	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas; Mestrado: Teoria Econômica; Doutorado: Desenvolvimento Econômico .Link do Lattes:
Matemática B	Milton Kist	Dr	DE	Graduação: Matemática Mestrado: Matemática e Computação Científica Doutorado: Engenharia Mecânica e de Materiais Link do Lattes:
Produção Textual Acadêmica	Angela Derlise Stube	Dr	DE	Graduação: Letras Mestrado: Letras Doutorado: Linguística Aplicada Link do Lattes:



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Fundamentos de Administração	Ronei Arno Mocelin	Ms	DE	Graduação: Administração Mestrado: Administração Link do Lattes:
Introdução ao Pensamento Social	Antonio Inácio Andrioli	Dr	DE	Graduação: Filosofia Mestrado: Educação Doutorado: Ciências Econômicas e Sociais Link do Lattes:
2ª NÍVEL				
Estatística Básica	Everton Loretto	Dr	DE	Graduação: Engenharia química Mestrado: Engenharia da produção Doutorado: Engenharia da produção Link do Lattes:
Matemática para economistas	Milton Kist	Dr	DE	Graduação: Matemática Mestrado: Matemática e Computação Científica Doutorado: Engenharia Mecânica e de Materiais Link do Lattes:
Mercado Financeiro	Darlan Christiano Kroth	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas; Mestrado: Teoria Econômica; Doutorado: Desenvolvimento Econômico Link do Lattes:
Contabilidade Introdutória	Roberto Mauro Dallagnol	Dr	DE	Graduação: Contabilidade Mestrado: Contabilidade Doutorado: Administração Link do Lattes:
História Econômica Geral	Antonio Luiz Miranda	Dr	DE	Graduação: História Mestrado: História Doutorado: História Link do Lattes:
Extensão Econômica	Fabiano Geremia	Dr.	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Economia Doutorado: Economia Link do Lattes:
3ª NÍVEL				
Análise Estatística	Everton Loretto	Dr	DE	Graduação: Engenharia química Mestrado: Engenharia da produção Doutorado: Engenharia da produção Link do Lattes:
Matemática Financeira	Péricles Luis Brustolin	Dr.	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Desenvolvimento regional Doutorado: Administração Link do Lattes:
Microeconomia I	Darlan Christiano Kroth	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas; Mestrado: Teoria Econômica; Doutorado: Desenvolvimento Econômico Link do Lattes:
Contabilidade Social	Angelo Brião Zanella	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas; Mestrado: Teoria Econômica; Doutorado: Desenvolvimento Econômico Link do Lattes:
Estrutura e de Análise de Balanços	Roberto Mauro Dallagnol	Dr	DE	Graduação: Contabilidade Mestrado: Contabilidade Doutorado: Administração Link do Lattes:



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Formação Econômica do Brasil	Angelo Brião Zanella	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas; Mestrado: Teoria Econômica; Doutorado: Desenvolvimento Econômico .Link do Lattes:
4ª NÍVEL				
Econometria I	Everton Loretto	Dr	DE	Graduação: Engenharia química Mestrado: Engenharia da produção Doutorado: Engenharia da produção Link do Lattes:
Microeconomia II	Darlan Christiano Kroth	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas; Mestrado: Teoria Econômica; Doutorado: Desenvolvimento Econômico .Link do Lattes:
Macroeconomia I	Angelo Brião Zanella	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas; Mestrado: Teoria Econômica; Doutorado: Desenvolvimento Econômico .Link do Lattes:
Finanças Corporativas I	Péricles Luis Brustolin	Dr.	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Desenvolvimento regional Doutorado: Administração Link do Lattes:
História do Pensamento Econômico	Fabiano Geremia	Dr.	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Economia Doutorado: Economia Link do Lattes:
Extensão Econômica II	Janete Stoffel	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Desenvolvimento Regional Doutorado: Desenvolvimento Regional Link do Lattes:
5ª NÍVEL				
Macroeconomia II	Professor Novo I (Métodos Quantitativos em Economia)	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Economia Doutorado: Economia Link do Lattes:
Meio Ambiente, Economia e Sociedade	Péricles Luis Brustolin	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Desenvolvimento regional Doutorado: Administração Link do Lattes:
Mercado de capitais I	Fabiano Geremia	Dr.	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Economia Doutorado: Economia Link do Lattes:
Finanças Corporativas II	Professor Novo II (Finanças)	Dr	DE	Graduação: Contabilidade Mestrado: Contabilidade Doutorado: Contabilidade Link do Lattes:
Economia Brasileira	Angelo Brião Zanella	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas; Mestrado: Teoria Econômica; Doutorado: Desenvolvimento Econômico .Link do Lattes:
6ª NÍVEL				
Economia Internacional	Professor Novo I (Métodos Quantitativos em Economia)	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Economia Doutorado: Economia Link do Lattes:



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Mercado Capitais II	Fabiano Geremia	Dr.	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Economia Doutorado: Economia Link do Lattes:
Contabilidade de custos	Professor Novo II (Finanças)	Dr	DE	Graduação: Contabilidade Mestrado: Contabilidade Doutorado: Contabilidade Link do Lattes:
Economia Brasileira II	Angelo Brião Zanella	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas; Mestrado: Teoria Econômica; Doutorado: Desenvolvimento Econômico .Link do Lattes:
Extensão Econômica III	Janete Stoffel	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Desenvolvimento Regional Doutorado: Desenvolvimento Regional Link do Lattes:
7ª NÍVEL				
Economia do setor público	Professor Novo III (Teoria Econômica)	Dr	DE	Graduação: Economia Mestrado: Economia Doutorado: Economia Link do Lattes:
Desenvolvimento econômico	Janete Stoffel	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Desenvolvimento Regional Doutorado: Desenvolvimento Regional Link do Lattes:
Iniciação à prática científica	Professor Novo I (Métodos Quantitativos em Economia)	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Economia Doutorado: Economia Link do Lattes:
Pesquisa mercadológica	Professor Novo II (Finanças)	Dr	DE	Graduação: Contabilidade Mestrado: Contabilidade Doutorado: Contabilidade Link do Lattes:
Direitos e Cidadania	Jeferson Saccol Ferreira	Dr	DE	Graduação: Educação Mestrado: Educação Doutorado: Educação Link do Lattes:
8ª NÍVEL				
Optativa I	Professor Novo I (Métodos Quantitativos em Economia)	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Economia Doutorado: Economia Link do Lattes:
Optativa II	Professor Novo III (Teoria Econômica)	Dr	DE	Graduação: Economia Mestrado: Economia Doutorado: Economia Link do Lattes:
Monografia I	Fabiano Geremia	Dr.	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Economia Doutorado: Economia Link do Lattes:
Administração e análise de projetos	Professor Novo II (Finanças)	Dr	DE	Graduação: Contabilidade Mestrado: Contabilidade Doutorado: Contabilidade Link do Lattes:



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Fundamentos Cooperativismo	Antonio Inácio Andrioli	Dr	DE	Graduação: Filosofia Mestrado: Educação Doutorado: Ciências Econômicas e Sociais Link do Lattes:
9ª NÍVEL				
Economia Monetária	Darlan Christiano Kroth	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas; Mestrado: Teoria Econômica; Doutorado: Desenvolvimento Econômico Link do Lattes:
Optativa III	Professor Novo III (Teoria Econômica)	Dr	DE	Graduação: Economia Mestrado: Economia Doutorado: Economia Link do Lattes:
Monografia II	Angelo Brião Zanella	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas; Mestrado: Teoria Econômica; Doutorado: Desenvolvimento Econômico Link do Lattes:
Administração estratégica	Professor Novo II (Finanças)	Dr	DE	Graduação: Contabilidade Mestrado: Contabilidade Doutorado: Contabilidade Link do Lattes:
Optativa IV	Professor Novo I (Métodos Quantitativos em Economia)	Dr	DE	Graduação: Ciências Econômicas Mestrado: Economia Doutorado: Economia Link do Lattes:



15 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

15.1 Bibliotecas

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Elas são vinculadas administrativamente à Coordenação Acadêmica do seu respectivo Campus e, tecnicamente, ao Sistema de Bibliotecas da UFFS (SiBi/UFFS).

Cada uma das bibliotecas tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos campi, sejam oferecidos de forma consonante à Resolução nº 12/CONSUNI/UFFS/2018, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços. Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada Campus. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; comutação bibliográfica; orientação sobre normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; teleatendimento; serviço de referência online; serviço de geração de ficha de identificação da obra.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a Divisão de Bibliotecas (DBIB) no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

A DBIB, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, visa articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; objetiva propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão. Assim, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como



fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum).

Com relação à ampliação do acervo, os materiais que compõem as coleções do acervo das bibliotecas da UFFS devem estar registrados e tombados no Sistema de Gestão de Acervos. As coleções são formadas por materiais bibliográficos, em diferentes suportes físicos, sendo adquiridas mediante doação e compra conforme as bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC. A Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) é o instrumento que define as diretrizes para a formação, conservação e disponibilização do acervo das bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas da UFFS.

A UFFS integra o rol das instituições que participam do Portal de Periódicos da CAPES, que oferece mais de 49 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

15.2 Laboratórios

15.2.1 Laboratório de métodos quantitativos em economia (econometria, banco de dados socioeconômicos, métodos quantitativos em análise regional)

É um laboratório de informática equipado com softwares adequados para a realização de aulas, pesquisas e de projetos de extensão, que contemplem os seguintes componentes curriculares: Matemática para economistas, Estatística Básica e Análise Estatística, Econometria I, Finanças Corporativas I e II, Mercado de Capitais I e II, Administração e análise de projetos e Optativa I.

LABORATÓRIO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS EM ECONOMIA	
Professor Responsável:	Darlan Christiano Kroth
Alunos por turma:	50
Área:	Localização: <i>Campus</i> Chapecó



Quantidade	Descrição
01	Sala de aula
01	Quadro
30	Computadores Desk-top
30	Mesas para computadores
30	Cadeiras
01	Impressora Multi-funcional a laser
02	Armário
01	Data-Show
01	Software econométrico STATA
01	Software SPHINX (pesquisa qualitativa)
01	Software SPSS (pesquisa quantitativa)
01	Software Pesquisa Operacional
01	Software MATLAB
01	Software Equilíbrio Geral
01	Bases de dados da PNAD/IBGE
01	Bases de dados da POF/IBGE
01	Central telefônica
05	Aparelhos de telefone
01	Roteador Wireless
01	Servidor – computador
10	PDA's (Personal Digital Assistants) ou handhelds

15.2.2 Laboratório de práticas em economia e finanças

Trata-se de um laboratório destinado à realização de aulas, pesquisas e projetos de extensão, abrangendo os componentes curriculares relacionados à temática de finanças organizacionais e mercado de capitais.

Este laboratório também dará suporte aos projetos de extensão conjuntos dos cursos de Ciências Econômicas, Administração, Agronomia e Ciências Sociais, que consiste em espaço destinado para os alunos dos quatro cursos desenvolverem seus projetos.

O objetivo é realizar trabalho em conjunto com os quatro cursos da UFFS a fim de fomentar a geração de projetos de economia solidária que promovam a geração de emprego e



renda e de inclusão econômica.

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS EM ECONOMIA E FINANÇAS	
Professor Responsável: Angelo Brião Zanella	
Alunos por turma: 30	
Área:	Localização: <i>Campus Chapecó</i>
Quantidade	Descrição
02	Salas de aula divididas em escritórios
01	Quadro
15	Escrivaninhas
15	Cadeiras de escritório
15	Gaveteiros
15	Cadeiras de espera
15	Computadores Desk-top
02	Notebooks
01	Impressoras laser preto-e-branco
01	Impressora multi-funcional
04	Calculadoras HP-12C
01	Mesa com cadeiras para reunião 10 lugares
02	Mesas redondas com cadeiras 4 lugares
04	Armários
02	Fichários de aço
01	Máquina fotográfica digital
01	Central telefônica
01	Roteador Wireless
01	Servidor – computador
10	Aparelhos de Telefone
01	Softwares de banco de dados

15.3 Demais itens

O Curso de Ciências Econômicas, prevê a criação de uma infraestrutura que atenda perfeitamente às necessidades do seu corpo docente e discente. A previsão de infraestrutura para o funcionamento do Curso nos próximos anos é a seguinte:



Salas de aula: o Curso prevê a necessidade de cinco salas de aula. As salas devem possuir um número de sessenta lugares para acomodar os discentes. As salas devem conter os materiais necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. Dentre elas destaca-se: quadro branco e pincel, datashow, climatizador e carteiras para alunos.

Sala da Coordenação: A sala da coordenação deve contar com espaço físico adequado ao atendimento dos alunos e professores da instituição. Deve possuir computador, impressora, mesa de atendimento, três cadeiras, armário, climatizador, telefone e materiais de consumo diário (caneta, lápis, folhas de ofício, etc).

Sala para PET Economia: A sala do PET visa acomodar o Projeto de Ensino Tutorial do curso de Economia. Sendo um espaço para a realização das atividades do PET com professor-tutor e alunos envolvidos. Essa sala deve conter: 05 computadores, impressora, mesa de atendimento, três cadeiras, armário, mesa para reuniões, cadeiras, climatizador, telefone e materiais de consumo diário (caneta, lápis, folhas de ofício etc.).

Sala para o Núcleo de Estudos em Cooperativismo (NECOOP): esta sala será um espaço para a realização de pesquisas do NECOOP, e será dividida com todos os professores ligados ao Núcleo, que envolvem professores do curso de Administração, Agronomia, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Filosofia e Geografia. Essa sala deve conter: computadores, impressora, mesa de atendimento, cadeiras, armário, mesa para reuniões, cadeiras, climatizador, telefone e materiais de consumo diário (caneta, lápis, folhas de ofício etc.).

Laboratório de Informática: O laboratório de informática utilizado no *campus* para CCrs de Estatística básica. O laboratório possui espaço físico e recursos materiais suficientes ao atendimento dos alunos, sendo de livre acesso aos docentes e discentes, desde que respeitados os dias em que são agendadas aulas no local. Prevê-se a necessidade de cinquenta lugares com equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

Sala de professores: são salas que acomodam até dois professores, na qual os professores poderão realizar a preparação de aulas, pesquisa e extensão e atendimentos aos alunos. As salas dos professores de Economia ficarão localizadas junto ao prédio de professores (próximo aos Blocos A e B) do *campus* da UFFS Chapecó. As salas dos professores contemplam: mesa, cadeira, computadores, armários, gaveteiros e climatizador. No prédio dos professores há salas de reuniões, sala para atendimento dos alunos e auditório.

Sala de reuniões: sala para a realização de reuniões do colegiado e do Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) localizadas junto ao prédio dos professores.



Auditório: auditórios disponíveis no *campus* para a realização de palestras, seminários e oficinas. Os auditórios estão localizados no Bloco A (200 lugares), Bloco B (150 lugares) e prédio dos professores (150 lugares) e Bloco C (250 lugares).

Deve-se ressaltar que para atender a ampliação de demandas administrativas em termos de atendimento e fluxos acadêmicos, será necessário o aporte/contratação de pelo menos mais um servidor técnico-administrativo para o *campus* Chapecó.

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução Nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_6-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Regulamento_do_Ncleo_de_Acessibilidade.pdf). Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução Nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_4-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Institui_a_Poltica_de_Acessibilidade_da_UFFS.pdf).

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

1. Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio



administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;

- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

2. Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva

3. Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;

4. Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;
- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;
- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos



conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;

- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;
- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;
- Disponibilização de apoio acadêmico.

5. Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;
- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;
- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;
- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais.
- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.



16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENETTI, K. C.; MELO, P. A.; PACHECO, A. S. V.; NAKAYAMA, M. K.; SPANHOL, F. J.; DALMAU, M. B. L.; GIRARDI, D.; TOSTA, H. T. Atuação docente na Educação a Distância: uma análise das competências requeridas. **RENOTE**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, 2008.

DWYER, T. et al. (Orgs). **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016.

GEREMIA, D. S. et al. (Orgs). **O ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura na perspectiva de uma universidade popular**. II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE). Série memória. Chapecó-SC: 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas. **Estimativas da população**. Brasília: 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

KROTH, D. C.; BARTH, E. Do acesso ao êxito acadêmico: a importância da política de assistência estudantil no ensino superior. **Desenvolvimento Em Questão**, 20(58), 2022.

MACEDO, F. C.; MONTEIRO NETO, A.; VIEIRA, D. J. **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI**. – Brasília: IPEA, 2022.

MORAES, M. C. O Paradigma educacional emergente: implicações na formação do professor e nas práticas pedagógicas. 16. ed. **Revista Em Aberto**, Brasília, ano 16. n.70, abr./jun. 1996.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas : Papirus, 2000.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Artmed, 2000.

PIMENTA, S.G. E ANASTASIOU, L. Das G.C. **Docência no ensino superior**. SP: Cortez, 2005



17 ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

ANEXO II - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ANEXO III - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE
EXTENSÃO E CULTURA**



ANEXO I - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Dispõe sobre a participação dos acadêmicos do curso de **Ciências Econômicas** em Atividades Autônomas – AAs, em atendimento ao que prevê o Projeto Pedagógico de **Ciências Econômicas** e Resolução Nº 40/CONSUNI CGAE/UFFS/2022

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Entende-se por Autônomas AAs - do Curso de Graduação em **Ciências Econômicas**, aquelas realizadas pelo acadêmico, de livre escolha, desde que vinculadas à sua formação e que possibilitam à complementação dos conteúdos ministrados no curso e/ou atualização de temas emergentes ligados à **Ciência Econômica**, ao mesmo tempo em que favoreçam a prática de estudos independentes, transversais e/ou interdisciplinares, bem como o desenvolvimento das habilidades comportamentais, políticas e sociais, auxiliando na consolidação do perfil do egresso.

Parágrafo único. As AAs são componentes Autônomas AAs enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com os diferentes modelos econômicos emergentes no Brasil e no mundo e as ações de extensão junto à comunidade.

Art. 2º Os objetivos gerais das Atividades Curriculares Complementares do curso de **Ciências Econômicas** da UFFS são os de ampliar o currículo obrigatório, aproximar o acadêmico da realidade social e profissional e propiciar aos seus acadêmicos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre comunidade e



Universidade, por meio da participação do acadêmico em atividades que visem à formação profissional e para a cidadania.

Art. 3º As Atividades Autônomas AAs propiciam ao curso uma flexibilidade exigida pelas Diretrizes Curriculares.

CAPÍTULO II

FORMAS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

Art. 4º As Atividades Complementares têm uma carga horária mínima prevista de 120 horas e estão divididas em nove modalidades, conforme indicadas nos capítulos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, deste Regulamento.

Art. 5º As atividades somente serão aceitas quando realizadas após o ingresso do acadêmico no curso, as quais poderão ser comprovadas mediante apresentação dos documentos expostos no Capítulo XIII, deste Regulamento.

Art. 6º As atividades Autônomas AAs c serão avaliadas e reconhecidas semestralmente, por professores designados pela Coordenação do Curso.

CAPÍTULO III

DOS PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA INSTITUCIONAL E/OU INSTITUCIONALIZADOS

Art. 7º Entende-se por projeto de iniciação científica institucional e/ou institucionalizados, os programas de bolsas de iniciação científica financiados com recursos de Fundos de Apoio à Pesquisa, PIBIC-CNPq, outros vinculados a UFFS e outras instituições, totalizando 120 (cento e vinte) horas.

Parágrafo Único. Os alunos bolsistas e voluntários que desenvolvem projetos aprovados terão direito a apropriação de 60 (sessenta) horas e, caso os resultados do referido projeto sejam apresentados em algum evento de Iniciação Científica, o aluno terá direito ao cômputo de 30 (trinta) horas adicionais.

CAPÍTULO IV

DAS MONITORIAS E ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS



Art. 8º Consideram-se monitorias e estágios não obrigatórios as atividades realizadas em sala de aula e nos espaços destinados à formação profissional que tenham estreita relação com atividades exercidas no campo da **Ciência Econômica**.

Parágrafo Único. Cada monitoria e/ou estágio desenvolvido equivale até 60 (sessenta) horas, totalizando, no máximo, 120 (cento e vinte) horas.

CAPÍTULO V CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Art. 9º Considera-se cursos de aperfeiçoamento os minicursos, os cursos e outras atividades que propiciem um aperfeiçoamento do acadêmico em áreas de Ciências Econômicas. Serão considerados cursos presenciais e a distância, desde que aprovados pelo colegiado de Ciências Econômicas.

I. A carga horária mínima por atividade é de 8 horas, até o limite de 60 horas.

II. A carga horária máxima cursada na modalidade EaD é de 30 horas.

CAPÍTULO VI DAS VIAGENS DE ESTUDO

Art. 10 Serão consideradas viagens de estudo, aquelas programadas e/ou acompanhadas por professor da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, destinadas a ampliar os conhecimentos sobre as temáticas tratadas em sala de aula ou para atualização de conteúdos do curso, totalizando 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO VII PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS: CONGRESSOS, SIMPÓSIOS, SEMINÁRIOS, JORNADAS E OUTROS

Art.11 Será considerada a participação nos seguintes eventos: congressos, seminários, simpósios, semanas **acadêmicas**, conferências, colóquios, jornadas acadêmicas, palestras, oficinas, mesas redondas, painéis, encontros, fóruns, ciclos e outros de natureza similar.

§ 1º Para estas atividades a carga horária mínima por evento é de 2 (**duas**) horas, totalizando



até 90 horas.

§ 2º Na condição de apresentador de trabalho ou palestrante, o aluno terá direito a duas horas adicionais (por apresentação ou palestra), até o limite de 30 (trinta) horas.

CAPÍTULO VIII

DA PUBLICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Art. 12 A cada artigo publicado em revista científica indexada (com Qualis) serão computados 60 (sessenta) horas e não indexada 30 horas, desde que a revista possua revisão por pares, até o limite de 120 (cento e vinte) horas

Art. 13 A cada publicação em anais de eventos científicos e/ou extensão o aluno pontuará da seguinte maneira:

I – artigo completo: até o limite de 30 (trinta) horas;

II – resumo expandido e resumo: 10 horas por trabalho até o limite de 30 horas.

Art. 14 Será atribuído 15 (quinze) horas para a participação na organização de eventos.

Art. 15 As atividades deste grupo totalizam no máximo 135 (cento e trinta e cinco) horas.

CAPÍTULO IX

DAS DISCIPLINAS ISOLADAS E/OU CURSOS SEQUENCIAIS DE GRADUAÇÃO

Art. 16 A disciplina isolada e/ou curso sequencial de graduação pode totalizar até 120 (cento e vinte) horas.

CAPÍTULO X

DA PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADO DE CURSO, ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES E GRUPOS ARTÍSTICO CULTURAIS CREDENCIADOS OU REGULARMENTE CONSTITUÍDOS

Art. 17 A participação, na condição de representante, em colegiado do curso, órgãos colegiados superiores da UFFS e membro de grupos artísticos culturais credenciados ou regularmente constituídos e vinculados à UFFS, podem totalizar até 15 (quinze) horas por ano de participação, até o máximo de 30 (trinta) horas.



CAPÍTULO XI

DA PARTICIPAÇÃO EM ELEIÇÕES NA QUALIDADE DE MESÁRIO

Art. 18 A participação como mesário em eleições presidenciais, estaduais e municipais o acadêmico terá o direito a 4 (quatro) horas por eleição trabalhada, sendo que a carga máxima neste grupo poderá ser de 8 horas, ou seja, o acadêmico poderá participar de até dois processos eleitorais diferentes.

CAPÍTULO XII

DOS PROCEDIMENTOS PARA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

Art. 19 Para validar as Atividades Autônomas AAs o estudante deverá apresentar pedido acompanhado dos respectivos comprovantes das atividades desenvolvidas de acordo com o prazo definido em Calendário Acadêmico, junto à secretaria acadêmica.

Parágrafo único. Os comprovantes a que se refere o artigo dizem respeito a certificados ou declarações e, no caso de publicações científicas, a cópia das mesmas.

Art. 20 O professor responsável por avaliar os pedidos deverá emitir parecer de validação que deverá ser entregue a Coordenação do curso para os demais encaminhamentos.

Art. 21 As atividades Autônomas AAs demandadas pelos estudantes serão validadas de acordo com as seguintes cargas horárias máximas, as quais também servirão de parâmetro em caso de inexistência de referência ao número de horas:

Capítulo/Grupo	Cargas horárias do Grupo		Atividades realizadas	Carga máxima horária da atividade
	Mín.	Máx.		
III	0h	120h	Participação em projetos como bolsista.	60h
Programas e Projetos De Extensão e de Iniciação Científica Institucional			Participação em projetos como voluntário.	60h
			Publicações de trabalho em evento.	30h
IV	0h	120h	Participação em monitorias e estágios não obrigatórios.	60h
Monitorias e Estágios Não Obrigatórios				



V	8h	60h	Participação em cursos, minicursos e similares.	60h
Cursos de Aperfeiçoamento				
VI	0h	90h	Participação em viagens de estudo.	90h
Viagens De Estudo				
VII	2h	90h	Participação em congressos, simpósios, jornadas e outros como ouvintes.	60h
Participação em Eventos: Congressos, Simpósios, Jornadas e Outros			Participação em congressos, simpósios, jornadas e outros como apresentador ou palestrante (15h por palestra).	30h
VIII	15h	225h	Publicação em revista indexada Qualis A, B, C.	120h
Publicação e Organização de Eventos			Publicação em revista não indexada.	30h
			Publicação de artigo completo em anais de eventos ou extensão (mínimo de 30h por trabalho).	30h
			Publicação de resumo ou resumo expandido em anais de eventos ou extensão (mínimo de 15h por trabalho).	30h
			Organização de Evento	15h
IX	0h	120h	Participação de disciplina isolada ou curso sequencial de graduação.	120h
Disciplinas Isoladas e/ou Cursos Sequenciais De Graduação				
X	0h	30h	Participação em colegiado de curso, conselho, representação estudantil e grupos culturais credenciados ou regularmente constituídos, desde que, vinculados à UFFS.	15h
Participação em Colegiado de Curso, Conselhos, Representação Estudantil e Grupos Culturais Credenciados				
XI	0h	8h	Participação em eleições como mesário.	4h
Participação em eleições - mesário				

CAPÍTULO XIII



DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 São documentos comprobatórios das Atividades Autônomas AAs:

Tipo de AA	Documento comprobatório
Participação como bolsista ou voluntário em atividade de extensão.	Certificado contendo período e carga horária com cópia do relatório de avaliação e/ou Declaração de Extensão da Pró-Reitoria.
Participação como bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).	Cópia do projeto e Certificado contendo período e carga horária com título do projeto e/ou declaração da Pró-Reitoria.
Atividades desenvolvidas no PET (Programa Educação Tutorial).	Certificado contendo período e carga horária.
Participação como bolsista ou voluntário em programa de monitoria com relatório de avaliação e/ou declaração do professor.	Certificado e relatório/declaração do professor contendo período e carga horária.
Participação como voluntário em atividades administrativas ligadas ao ensino.	Certificado contendo atividades, período e carga horária, emitido pela Pró-Reitora competente.
Estágio não-obrigatório.	Certificado concedido pela Divisão de Estágio da UFFS com período ou documento emitido por órgão agenciador oficial, carga horária e atividades desenvolvidas.
Participação em cursos de extensão.	Certificado contendo período, carga horária do curso e frequência.
Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, festivais e similares.	Certificado e relatório de participação contendo período e carga horária.
Disciplinas não previstas no currículo pleno que tenham relação com o curso nas modalidades presencial e não presencial.	Plano de curso assinado, Histórico Escolar e/ou Certificado da disciplina
Publicação de artigo em jornal, revista especializada e/ou científica da área com corpo editorial.	Cópia do artigo e da Revista/Jornal contendo o corpo editorial (data, páginas, autor(es)) ou certificado de publicação.
Participação em evento de extensão com apresentação de pôster.	Certificado de participação.
Trabalho publicado em Anais de Evento Técnico-científico resumido ou completo.	Cópia do resumo publicado nos Anais ou certificado de publicação nos Anais (capa, data, páginas, autor(es)).
Artigo publicado em periódico indexado.	Cópia do artigo e da Revista/Jornal contendo o corpo editorial (data, páginas, autor(es)) ou Certificado de Publicação.



Produção e participação em eventos culturais, científicos, artísticos, esportivos e recreativos de caráter compatível com o curso de Ciências Econômicas.	Certificado de participação, contendo período e carga horária, ou declaração da comissão organizadora do evento.
Participação estudantil nos colegiados de curso	Declaração expedida pela coordenação do curso de Ciências Econômicas, com carga horária.
Participação estudantil em órgãos colegiados superiores	Declaração expedida pela secretaria do órgão, com carga horária.
Participação na organização de eventos.	Certificado/ atestado de organizador, com carga horária.
Participação em programas e projetos institucionais da UFFS.	Certificado de participação contendo período e carga horária.
Realização de viagens de estudos.	Certificado de participação contendo período e carga horária.
Cursos técnicos de áreas afins da Ciências Econômicas.	Certificado de participação contendo período e carga horária.
Participação em processo eleitoral – mesário	Certificado de participação expedido pelo Cartório Eleitoral com período e carga horária definida.
Teste de língua inglesa TOEFL/ITP, organizado pelo Ministério da Educação	Declaração emitida pela Assessoria de Assuntos Internacionais da Reitoria, conforme Portaria nº571/GR/UFFS/2014

Art. 23 Cabe ao coordenador das Atividades Autônomas e secretário do curso a que realizará a análise avaliar a aderência das atividades submetidas à análise, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais e o PPC do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 24 Os casos não previstos neste regulamento serão dirimidos pelo Colegiado do curso de Ciências Econômicas.

Art. 25 Este regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação na Câmara de Graduação e de Assuntos Estudantis.



ANEXO II - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Dispõe sobre orientações para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, em atendimento ao que prevê o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser entendido como um componente curricular obrigatório do curso a ser realizado sob a supervisão docente.

Parágrafo único. O TCC, deverá compreender o ensino de Metodologia e Técnicas de Pesquisa em Economia e será realizado sob supervisão docente. Pode envolver projetos de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, que reúna e consolide as experiências em atividades complementares, em consonância com os conteúdos teóricos estudados.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso tem os seguintes objetivos:

- I. Introduzir o aluno ao campo da investigação científica.
- II. Capacitar o aluno para elaboração e apresentação de estudos teórico-práticos, de acordo com a metodologia científica.
- III. Estimular a pesquisa científica, através do aprofundamento de um tópico da teoria econômica, ou do desenvolvimento de uma aplicação teórica.

CAPÍTULO II O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO COMO TRABALHO CIENTÍFICO



Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem a dimensão de uma monografia, cujos argumentos e indagações de pesquisa devem propiciar ao estudante a possibilidade da iniciação científica.

Parágrafo Único. O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC deve ser desenvolvido de forma individual pelo acadêmico matriculado na disciplina de “Monografia II” sob a orientação individual de um professor efetivo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Art.4º O TCC deve resultar de um estudo nas áreas de teoria econômica ou economia aplicada descritas na estrutura curricular.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TCC

Art. 5º A apresentação do TCC deve seguir a mesma estrutura de publicações científicas, devendo ser feita com base no manual para elaboração de trabalhos acadêmicos da UFFS, disponível no sítio da Biblioteca Central:

§1º O TCC deve conter no mínimo 40 (quarenta) e no máximo 60 (sessenta) páginas, excluindo os elementos pós-textuais.

§2º O TCC pode ser apresentado no formato de artigo científico, quando aprovado pelo professor orientador, e neste caso, deve conter no mínimo 20 (vinte) e no máximo 40 (quarenta) páginas.

Art.6º O conteúdo do TCC deve demonstrar capacidade de análise e de expressão na forma escrita, a partir da familiaridade do estudante com a literatura sobre tema econômico, além de demonstrar sua habilidade de empregar os conhecimentos teóricos e metodológicos obtidos ao longo do curso de graduação.

Art.7º O TCC deve se enquadrar em uma das seguintes modalidades:

i) Trabalho de revisão crítica de literatura sobre determinado tema econômico.



ii) Trabalho de análise de determinado tema econômico através da exposição temática, com alguma contribuição pessoal ou aplicação prática.

Art.8º A disciplina de “Monografia II”, a ser oferecida na 9ª fase, terá 180 horas.

§1º São requisitos para a matrícula na disciplina “Monografia II”:

- i) que o aluno tenha completado 1.980 horas em componentes curriculares regulares (CCRs);
- ii) que o aluno tenha sido aprovado na disciplina “Monografia I”.

§2º Na disciplina de “Monografia I” deve ser desenvolvido o projeto de TCC.

§3º O conteúdo do Projeto de TCC desenvolvido na disciplina de “Monografia I” deve ser apresentado em conformidade com o modelo disponível na Coordenação de TCCs do curso.

CAPÍTULO IV DA COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO

Art.9º A Coordenação de TCCs do curso de Ciências Econômicas é a responsável pela coordenação, administração e supervisão geral do TCC.

Art.10 São atribuições da Coordenação de TCCs:

- 1) Cumprir e fazer cumprir o Regulamento de TCC, trabalhando em conjunto com o colegiado do curso de Ciências Econômicas.
- 2) Coordenar as atividades administrativas relacionadas ao TCC.
- 3) Disponibilizar o Regulamento e a Legislação que rege o TCC aos professores orientadores, alunos e demais interessados.
- 4) Organizar, juntamente com o colegiado do curso, reuniões informativas e/ou formativas com professores orientadores e orientandos.
- 5) Deliberar sobre problemas disciplinares associados ao processo de TCC.
- 6) Deliberar sobre solicitações dos alunos e professores durante o período de TCC.
- 7) Elaborar normas, procedimentos e propor alterações neste Regulamento.
- 8) Formalizar a relação entre o professor orientador de TCC e o aluno.
- 9) Divulgar a composição das Bancas Examinadoras de TCC.



10) Providenciar a distribuição das cópias dos trabalhos aos membros das Bancas Examinadoras.

Art.11 A coordenação do curso de Ciências Econômicas manterá um coordenador de TCC com as seguintes atribuições:

Orientar e informar acadêmicos e professores do Colegiado sobre as normas e os procedimentos de TCC no Curso, bem como sobre eventuais alterações no processo.

- a) Auxiliar os acadêmicos na escolha do professor orientador.
- b) Estabelecer comunicação entre professores e acadêmicos do Curso, sistematizando e divulgando, semestralmente, a listagem atualizada dos docentes e sua respectiva área de atuação, com vistas à adequada seleção e articulação entre orientadores e orientandos.
- c) Orientar os alunos sobre o envio dos documentos de Avaliação do TCC.
- d) Designar os avaliadores do TCC.
- e) Articular o Colegiado do cursos de Ciências Econômicas e a Coordenação de TCC, diante da necessidade de revisão e de alterações neste Regulamento.

Parágrafo Único. A coordenação de TCC do colegiado deve ser exercida por professor efetivo e preferencialmente por docente do domínio específico de Economia e que ministre a disciplina de Monografia I.

Art.12 O professor orientador deve ter uma postura de comprometimento, responsabilidade e disponibilidade em relação ao processo de elaboração de TCC de seu(s) orientando(s), devendo assumir e desenvolver as funções e atividades de natureza técnica e as atribuições que lhe são designadas.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES DISCENTES

Art. 13 São atribuições do professor orientador:

- i) Acompanhar o desenvolvimento do TCC e o desempenho do acadêmico orientado, em cumprimento à carga horária alocada para orientação.
- ii) Verificar o andamento das atividades, a assiduidade do acadêmico e o desenvolvimento



coerente com a proposta do TCC.

Ii) Autorizar expressamente o encaminhamento do TCC à Banca Examinadora, via Coordenação de TCC, caso o considere apto à avaliação.

Art. 14 São obrigações do aluno orientando:

- 1) Conhecer e cumprir as determinações do Regulamento de TCC e da legislação pertinente, assim como os prazos para o seu cumprimento.
- 2) Apresentar à Coordenação de TCC os documentos necessários à formalização da orientação.
- 3) Comparecer aos encontros previstos com o professor orientador para discussão, planejamento e análise dos trabalhos.
- 4) Elaborar e encaminhar o projeto de TCC desenvolvido na disciplina de Monografia I ao professor orientador em tempo hábil, para análise, avaliação e posterior encaminhamento no prazo estabelecido pela Coordenação de TCC.
- 5) Elaborar seu TCC de acordo com as disposições contidas neste regulamento e com as orientações do professor.
- 6) Apresentar à Coordenação de TCC o TCC, com autorização expressa do professor orientador para avaliação pela Banca Examinadora.

CAPÍTULO VI DA AVALIAÇÃO

Art. 15 O projeto de TCC será avaliado pelo professor da disciplina “Monografia I” como um dos requisitos de aprovação na referida disciplina.

Parágrafo Único: a não apresentação do projeto de TCC, implica na reprovação automática do aluno na disciplina.

Art. 16 O projeto de TCC aprovado na disciplina será encaminhado à Coordenação de TCCs do curso, acompanhado de formulário de “Aceite de Orientação”, devidamente preenchido e assinado pelo professor que pretenda orientar o trabalho na disciplina de “Monografia II” no



semestre seguinte.

Art. 17 A nota do TCC é atribuída por uma Banca Examinadora composta por três docentes, sendo no mínimo dois docentes efetivos da UFFS e um deles o orientador, que avaliarão o trabalho por escrito.

§1º Cada avaliador atribuirá ao trabalho uma nota entre 0 e 10 (zero a dez).

§2º A nota final do TCC será dada pela média aritmética das notas atribuídas pelos avaliadores e será a nota final da disciplina TCC.

Art.18 Será divulgada apenas a nota final atribuída ao TCC, sem o lançamento das notas de cada professor avaliador.

Art.19 O estudante cujo TCC seja reprovado por nota deverá realizar nova matrícula na disciplina de Monografia II.

Art. 20 Fica automaticamente reprovado o aluno que:

- a - Apresentar trabalho plagiado, assim considerado na forma da legislação em vigor.
- b - Não entregar o TCC nos prazos estabelecidos pela Coordenação de TCC.

Art.21 A Coordenação de TCC elaborará calendário semestral, fixando:

- I. as datas e prazos limites para entrega do trabalho.
- II. os prazos para a comissão avaliadora divulgar a nota final do TCC e eventuais correções exigidas.
- III. a entrega da versão final do TCC.

Art. 22 Após as eventuais correções sugeridas pelos avaliadores, o TCC deverá ser revisado e aprovado pelo professor orientador.

Art. 23 A versão final completa do TCC deve ser entregue à Coordenação de TCC nos modelos definidos na disciplina de Monografia II, acompanhada do formulário próprio de autorização de publicação, devidamente assinada pelo orientador.

Art. 24 A versão final completa do TCC deve obrigatoriamente, integrar o Repositório Digital



da UFFS, cabendo ao próprio estudante apresentar a documentação exigida junto ao setor responsável da Biblioteca do Campus.

Art. 25 O TCC deve ser inédito, segundo o disposto na Lei nº 9.610, de 18/02/1998, sendo de exclusiva responsabilidade do aluno o cumprimento da legislação, isentando a UFFS, a Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, a Comissão Examinadora e o orientador do Trabalho de Conclusão de Curso de toda e qualquer responsabilidade acerca do cumprimento desta.

Art. 26 O aluno, cujo TCC esteja incompatível com a ética e a dignidade acadêmica, nos termos do Regimento Geral da UFFS, fica sujeito às sanções previstas.

Art. 27 Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, com base nas determinações emanadas nos órgãos Colegiados superiores da UFFS.

Art. 28 Os Trabalhos de Conclusão de Curso que tiverem seres humanos como objeto de pesquisa deverão ter os projetos submetidos ao Comitê de Ética da UFFS.

Art. 29 Este Regimento passa a valer a partir do semestre subsequente a sua aprovação no CONSUNI/UFFS.



ANEXO III: REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA NO CURRÍCULO DO CURSO

Dispõe sobre a participação dos acadêmicos do curso de **Ciências Econômicas** em Atividades Curriculares Complementares de Extensão – ACEs, em atendimento ao que prevê o Projeto Pedagógico de **Ciências Econômicas**.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Entende-se por Atividades Curriculares Complementares de Extensão – ACEs - do Curso de Graduação em **Ciências Econômicas**, aquelas realizadas pelo acadêmico, de livre escolha, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I. Sejam realizadas sob a coordenação e/ou orientação docente;
- II. Que promovam o envolvimento da comunidade regional como público abrangido pela ação;
- III. Tenham o discente como protagonista das atividades;
- IV. Que se vinculem a formação do estudante às atividades que proporcionem o desenvolvimento da formação geral e do perfil do egresso almejado.
- V. Sejam ações que promovam a inclusão social, a relação com problemas e problemáticas sociais relevantes;
- VI. Garantam a participação democrática e plural dos atores sociais e o diálogo universidade/sociedade, por meio de metodologias participativas, pautadas na perspectiva investigação/ação e em métodos de análise inovadores.

Art. 2º Os objetivos gerais das Atividades Curriculares Complementares de Extensão (ACE) do curso de **Ciências Econômicas** da UFFS são:

- I. Ampliar e complementar o currículo obrigatório do curso;
- II. Aproximar o acadêmico da realidade social e profissional;
- III. Propiciar aos acadêmicos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre comunidade e Universidade, por meio da participação do acadêmico em atividades que visem à formação profissional e para a cidadania;
- IV. Desenvolver habilidades comportamentais, políticas e sociais, auxiliando na consolidação do perfil do egresso.

Art. 3º É obrigatória a designação de um Coordenador responsável pelas ACEs, que será encarregado de planejar, organizar e supervisionar as atividades, garantindo a integração entre



teoria e prática, bem como o acompanhamento do desempenho dos estudantes.

Art. 4º Critérios de Avaliação das ACEs:

- I - Participação e engajamento nas atividades propostas;
- II - Qualidade e relevância das contribuições feitas pelo estudante;
- III - Desenvolvimento de habilidades práticas e teóricas aplicadas;
- IV - Produção de relatórios ou documentos que evidenciem a experiência adquirida;
- V - *Feedback* da comunidade ou parceiros envolvidos nas atividades.

Art. 5º As Atividades Curriculares Complementares de Extensão propiciam ao curso uma flexibilidade e complementaridade exigida pelas Diretrizes Curriculares.

CAPÍTULO II FORMAS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES DE EXTENSÃO

Art. 6º As ACEs têm uma carga horária mínima prevista de 330 horas e estão divididas entre componentes curriculares regulares (Extensão Econômica I a IV, totalizando 180 horas) e Atividades Complementares de Extensão, totalizando 150 horas, classificadas em cinco modalidades, conforme indicadas nos capítulos IV, V, VI, VII e VIII. Os critérios para cumprimento e validação estarão descritos neste Regulamento.

Art. 7º As atividades somente serão aceitas quando realizadas após o ingresso do acadêmico no curso, as quais poderão ser comprovadas mediante apresentação dos documentos expostos no Capítulo XII, deste Regulamento.

Art. 8º As ACEs serão avaliadas e reconhecidas semestralmente, por professores designados pela Coordenação do Curso.

CAPÍTULO III DO PROGRAMA DE EXTENSÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Art. 9º O programa de extensão do curso de Ciências Econômicas integra os diferentes projetos de extensão do curso de Ciências Econômicas e que estão articulados e integrados às atividades de pesquisa e ensino, em conformidade com a Política de Extensão da UFFS.

Art. 10º Para desenvolvimento das ações dos projetos de extensão do curso, em âmbito do programa de extensão do curso de Ciências Econômicas, foram reservados CCRs específicos (Extensão Econômica I a IV) distribuídos ao longo do curso, em que o estudante poderá realizar as ações dentro do projeto de extensão do qual esteja matriculado.

CAPÍTULO IV



DOS PROJETOS DE EXTENSÃO

Art.11 Entende-se por projeto de extensão a ação processual e contínua de caráter educativo, social e cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado.

Art.12 O projeto de extensão pode ser:

I - Vinculado ao Programa de Extensão do Curso de Ciências Econômicas;

II - Não-vinculado ao Programa de Extensão Curso de Ciências Econômicas.

Art. 13 Cada projeto de extensão vinculado ao Programa de Extensão do Curso de Ciências Econômicas pode conceder o total de 180 (cento e oitenta) horas de participação a um estudante.

§1 A participação e respectiva certificação do estudante nos projetos vinculados ao Programa de Extensão do Curso, se dará através de matrícula nos CCRs de Extensão Econômica, em que o aluno aprovado receberá automaticamente o total da carga horária do referido CCR.

§2 Caso o estudante seja bolsista de um projeto de extensão o aluno terá direito ao cômputo de 60 (sessenta) horas adicionais em ACEs.

§3 Caso os resultados do referido projeto sejam apresentados em algum evento acadêmico/científico e/ou publicado em periódico, o aluno terá direito ao cômputo de 30 (trinta) horas adicionais em ACEs.

Art. 14 Os projetos de extensão que não sejam vinculados ao Programa de Extensão Curso de Ciências Econômicas devem estar institucionalizados na UFFS ou em outra instituição (a exemplo do Projeto Rondon).

Parágrafo Único. Os alunos que participarem de projetos de extensão não-vinculados ao Programa de Extensão Curso de Ciências terão direito a apropriação de até 120 (cento e vinte) horas, mediante apresentação de certificação.

CAPÍTULO V DA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS JÚNIOR E/OU PROJETOS DE INCUBAÇÃO TECNOLÓGICA OU SOCIAL

Art. 15 A participação em Empresas Júnior e/ou projetos de incubação tecnológica ou social pode se dar de três formas e suas equivalências:



- I - Participação como dirigente: (90h), para uma gestão anual ou proporcional.
II - Participação como membro efetivo: (60h), para uma gestão anual ou proporcional.
III - Participação na execução de projetos de consultoria: limitada a dois projetos de até 60 (sessenta) horas cada.

CAPÍTULO VI

DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGs), CLUBES DE SERVIÇO, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, MOVIMENTOS SOCIAIS E/OU ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP)

Art. 16 A participação em organizações não-governamentais, clubes de serviço, organizações sociais, movimentos sociais e/ou organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) está condicionada ao atendimento dos requisitos expostos no art. 1º.

Parágrafo Único. Os alunos que participarem de ações extensionistas nas entidades descritas no caput poderão apropriar o montante de até 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO VII

DOS ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS

Art. 17 Consideram-se estágio não obrigatório as atividades realizadas nos espaços destinados à formação profissional que tenham estreita relação com atividades exercidas no campo da Ciência Econômica.

§1 O estágio deve colocar o estudante como protagonista de ação de extensão, conforme apontam as DCNs nacionais e institucionais, e destacados no art. 1.

§2 Cada estágio desenvolvido equivale até 60 (sessenta) horas, totalizando, no máximo, 120 (cento e vinte) horas, desde que não sejam utilizados para a comprovação de Atividades Curriculares Complementares (ACCs).

CAPÍTULO VIII

DOS COMPONENTES CURRICULARES REGULARES PARA AÇÕES E ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art. 18 Os componentes curriculares regulares que possuem percentual de carga horária de extensão estão previstos no PPC do curso de Ciências Econômicas, denominados de “Extensão Econômica”.

Parágrafo único. Nos CCRs de Extensão Econômica, os alunos desenvolverão ações de extensão vinculados a projetos em âmbito do Programa de Extensão.



Art. 19 O estudante poderá cursar um CCR que trate de temas específicos da extensão e que contemple a parte conceitual/teórica da extensão, oferecidos em outros cursos da UFFS, terá direito ao cômputo da carga horária adicional relativa ao CCR, em ACEs.

Parágrafo Único. O aluno poderá utilizar a comprovação da participação de apenas um componente curricular com até 60 (sessenta) horas.

CAPÍTULO IX DOS PROCEDIMENTOS PARA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES EXTENSÃO

Art. 20 Para validar as Atividades Curriculares Complementares de Extensão, o estudante deverá apresentar pedido acompanhado dos respectivos comprovantes das atividades desenvolvidas de acordo com o prazo definido em Calendário Acadêmico ou pela coordenação do curso, junto à secretaria acadêmica.

§1 Não é necessário a validação pelo estudante dos componentes curriculares regulares que possuem percentual de carga horária de extensão conforme previstos no PPC do curso de Ciências Econômicas.

§2 Os comprovantes a que se refere o caput dizem respeito a certificados ou declarações e, no caso de publicações científicas, a cópia das mesmas.

Art. 21 O professor responsável por avaliar os pedidos deverá emitir parecer de validação que deverá ser entregue a Coordenação do curso para os demais encaminhamentos.

Art. 22 O acadêmico poderá vincula-se a projetos de extensão de outros cursos da UFFS, desde que a carga horária seja validada pelo coordenador do projeto;

Art. 23 As ACEs demandadas pelos estudantes serão validadas de acordo com as seguintes cargas horárias máximas, as quais também servirão de parâmetro em caso de inexistência de referência ao número de horas:



Capítulo/Grupo	Cargas horárias do Grupo		Atividades realizadas	Carga horária máxima da atividade
	Mín.	Máx.		
IV	0h	330h	Participação em projetos como bolsista.	240h
Projetos de Extensão do Curso			Participação em projetos como voluntário.	180h
			Publicações de trabalho em evento decorrentes de participação do estudante como protagonista em ação de extensão.	30h
		Projetos de Extensão externos ao curso	120h	Participação em projetos como bolsista.
Participação em projetos como voluntário.				60h
V		0h	180h	Participação como membro dirigente.
Participação em Empresa Júnior ou projeto de incubação tecnológica e social	Participação como membro efetivo.			60h
	Participação como membro executor de projetos de consultoria.			120h
VI	0h	90h	Da participação em ONGs, clubes de serviço, OS, movimentos sociais e/ou OSCIP's	90h
Participação em ONGs, clubes de serviço, OS, movimentos sociais e/ou OSCIP's				
VII	0h	120h	Participação em estágios não obrigatórios.	60h
Estágios Não Obrigatórios				
VIII	0h	60h	Disciplina específica de extensão	60h
Disciplina específica de extensão oferecida em outro curso da UFFS				



CAPÍTULO XI DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 São documentos comprobatórios das Atividades Curriculares de Extensão

Tipo de ACE	Documento comprobatório
Participação como bolsista ou voluntário em atividade de projeto de extensão do curso.	Certificado ou Declaração contendo período e carga horária.
Participação como bolsista ou voluntário em atividade de projeto de extensão externo ao curso.	Certificado contendo período e carga horária com cópia do relatório de avaliação e/ou Declaração de Extensão da Pró-Reitoria.
Publicações de trabalho de extensão em periódicos.	Certificado do evento e/ou cópia da página da publicação em que consta o título da revista, do trabalho e o nome dos autores e/ou certificado da publicação
Atividades de extensão realizadas na Empresa Júnior.	Certificado de participação contendo período e carga horária.
Participação em ONGs, clubes de serviço, OS, movimentos sociais e/ou OSCIP's	Certificado ou Declaração da entidade contendo período, carga horária e função desempenhada e ateste/declaração do professor orientador.
Estágio não-obrigatório.	Certificado concedido pela Divisão de Estágio da UFFS com período ou documento emitido por órgão agenciador oficial, carga horária e atividades desenvolvidas.
Disciplina específica de extensão oferecida em outro curso da UFFS	Histórico escolar fornecido pela Secretaria Acadêmica da UFFS.
Participação em evento de extensão com apresentação de trabalhos.	Certificado de participação.

Art. 25 Cabe ao professor que realizará a análise avaliar a aderência das atividades submetidas, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais, Diretrizes institucionais da curricularização da Extensão e o PPC do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 26 Os casos não previstos neste regulamento serão dirimidos pelo Colegiado do curso de Ciências Econômicas.

Art. 27 Este regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação na Câmara de Graduação e de Assuntos Estudantis.